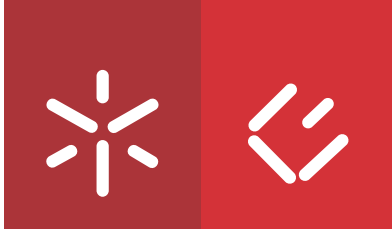


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Ana Sofia Oliveira Magalhães

**O Papel da Informação Contabilística no
Processo de Tomada de Decisão nas
Empresas Familiares**



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Ana Sofia Oliveira Magalhães

O Papel da Informação Contabilística no Processo de Tomada de Decisão nas Empresas Familiares

Relatório de Estágio
Mestrado em Contabilidade

Trabalho efetuado sob a orientação da
**Professora Doutora Lídia Cristina Alves Morais
de Oliveira**

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição

CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

O presente Relatório de Estágio marca o encerramento do meu percurso acadêmico, cuja conclusão não seria possível sem a colaboração e apoio de diversas pessoas e entidades, às quais gostaria de expressar o meu mais sincero agradecimento.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, Professora Lídia Oliveira, por ter aceitado ser a orientadora do meu Relatório de Estágio e me ter dado a conhecer a área da Contabilidade logo no primeiro ano da Licenciatura em Gestão. Ao longo deste ano sempre se mostrou disponível para me apoiar no desenvolvimento desta investigação e para partilhar comigo os seus conhecimentos, algo que foi essencial para o sucesso deste trabalho. Por isso, sou profundamente grata pela sua dedicação e compromisso.

À Partida Decisiva, Lda., por ter sido a entidade acolhedora do meu estágio, em especial à minha supervisora, Arminda Silva, pela paciência, orientação e envolvimento neste projeto. O conhecimento que me foi transmitindo ao longo do estágio foi fundamental para o meu crescimento enquanto profissional. Aos restantes colegas de escritório, a vossa pupila agradece por sempre se mostrarem disponíveis para me ajudar, mesmo nos dias mais agitados, e por me integrarem de forma tão acolhedora.

À Associação das Empresas Familiares, principalmente à Marina Malhão Pereira, por ter facultado aos seus associados o questionário para a obtenção de dados, bem como a todas as empresas familiares que responderam ao questionário e, dessa forma, contribuírem para a realização desta investigação.

Aos meus amigos de sempre e aos que encontrei ao longo da universidade e ao longo da vida, pela motivação e apoio constante. Vocês tornaram esta etapa da minha vida muito mais leve e bonita, repleta de memórias inesquecíveis.

Aos meus pais, pelo esforço incansável que fizeram para que eu pudesse realizar todo o meu percurso acadêmico e pelo apoio incondicional em cada uma das minhas escolhas, bem como aos restantes elementos da minha família por sempre acreditarem no meu potencial.

Por fim, dedico esta conquista ao meu tio e ao meu avô que partiram este ano, enquanto ainda trabalhava neste projeto. A ausência deles tornou este período ainda mais desafiador, mas os valores que me transmitiram - como a humildade, força de vontade e prontidão em ajudar os outros - continuam a inspirar-me diariamente, motivando-me a dar o melhor de mim em tudo o que faço.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

O papel da informação contabilística no processo de tomada de decisão nas empresas familiares

RESUMO

O presente Relatório de Estágio tem como objetivo principal analisar o papel da contabilidade, através do uso da informação contabilística, que inclui informação financeira e não financeira, no processo de tomada de decisão dos gestores nas empresas familiares. Mais especificamente, no âmbito do processo de tomada de decisão nas empresas familiares, pretende-se analisar a perceção dos gestores acerca da importância e utilização da informação contabilística, identificar os fatores que influenciam a importância e utilização da informação contabilística e identificar as principais limitações e desafios inerentes à utilização da informação contabilística. Pretende-se, por último, descrever as atividades desenvolvidas no âmbito do estágio curricular, a fim de cumprir o n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento de Inscrição, Estágio e Exames Profissionais da Ordem dos Contabilistas Certificados.

De forma a alcançar os objetivos anteriormente descritos, este estudo quantitativo seguiu uma filosofia de investigação positivista. Recorreu-se ao inquérito por questionário como método de recolha de dados. As 109 respostas obtidas foram analisadas estatisticamente.

Os resultados indicam que a maioria dos respondentes atribui uma importância significativa e utiliza a informação financeira no processo de tomada de decisão. Em contrapartida, a informação não financeira apresenta uma importância e utilização moderadas para a maioria dos participantes. Por sua vez, foi possível identificar fatores, como o nível de escolaridade, experiência profissional, início de atividade da empresa, categoria da empresa, normativo contabilístico aplicável, iniciativa de entrega da informação contabilística, periodicidade de disponibilização da informação contabilística, e presença de sistemas de contabilidade de gestão, que influenciam a importância e utilização da informação contabilística na tomada de decisão. Finalmente, também foi possível identificar limitações inerentes ao papel da informação financeira no processo de tomada de decisão, como a falta de consideração pela informação não financeira, a falta de tempo e formação dos gestores para analisar a informação contabilística adequadamente e a indisponibilidade ou desatualização da informação, bem como os principais desafios da elaboração de informação não financeira, ou seja, a falta de recursos (incluindo tempo), a falta de conhecimento e consciência acerca de conceitos relacionados com sustentabilidade, a dificuldade em medir o impacto social e ambiental, e a baixa prioridade em relação a informações financeiras.

Palavras-chave: Empresas Familiares, Informação Contabilística, Informação Financeira, Informação não Financeira, Processo de Tomada de Decisão.

The Role of Accounting Information in the Decision-Making Process of Family Businesses

ABSTRACT

This internship report aims to analyze the role of accounting through the use of accounting information, including financial and non-financial information, in managers' decision-making processes in family businesses. More specifically, in the context of the decision-making process in family businesses, the aim is to analyze managers' perceptions regarding the importance and utilization of accounting information, identify the factors that influence the significance and use of accounting information, and identify the main limitations and challenges associated with the use of accounting information. Finally, the study aims to describe the activities conducted during the curricular internship in compliance with Article 9 of the Registration, Internship, and Professional Examination Regulations of the Order of Certified Accountants.

To achieve the objectives set out above, this study followed the positivist research philosophy, using the quantitative research method and the questionnaire survey as a data collection method, where 109 responses were obtained.

The results indicate that most respondents assign significant importance to and utilize financial information in decision-making. At the same time, most responses reflect a moderate significance and utilization of non-financial information in this process. Furthermore, it was possible to identify factors such as level of education, professional experience, the start of the company's activity, company category, applicable accounting standards, an initiative to provide accounting information, the frequency with which accounting information is made available, and the presence of management accounting systems, which influence the importance and use of accounting information in decision-making. Finally, it was also possible to identify limitations inherent to the role of financial information in the decision-making process, such as the lack of consideration for non-financial information, the lack of time and training for managers to analyze accounting information correctly, and the unavailability or outdatedness of information, as well as the main challenges of preparing non-financial information, such the lack of resources (including time), the lack of understanding and awareness of concepts related to sustainability, the difficulty in measuring social and environmental impact, and low priority about financial information.

Keywords: Accounting Information, Decision-Making Process, Family Businesses, Financial Information, Non-Financial Information.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO.....	V
ABSTRACT	VI
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	X
ÍNDICE DE QUADROS	XI
ÍNDICE DE TABELAS.....	XI
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	XV
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Justificação do estudo	1
1.2. Questões de investigação e objetivos	2
1.3. Estrutura do trabalho	3
2. REVISÃO DE LITERATURA	4
2.1. Conceito de contabilidade e a sua evolução	4
2.2. Informação contabilística no processo de tomada de decisão	11
2.2.1. Processo de tomada de decisão.....	11
2.2.2. Fatores que condicionam a utilização da informação financeira na tomada de decisão	15
2.2.3. Limitações da informação financeira no processo de tomada de decisão	19
2.3. Empresas familiares.....	23
2.3.1. Definições de empresa familiar	23
2.3.2. Estrutura e características das empresas familiares	25
2.3.3. O peso das empresas familiares	30
2.4. Em resumo	31
3. METODOLOGIA	33

3.1. Perspetiva e métodos de investigação	33
3.2. Elaboração, apresentação e análise do questionário.....	36
3.2.1. Formular questões que permitam obter a informação necessária	36
3.2.2. Definir estrutura do questionário, sequência das perguntas e o <i>layout</i>	37
3.2.3. Pré-teste.....	40
3.2.4. Seleção das empresas familiares alvo do estudo	40
3.2.5. Envio do questionário e recolha de dados	42
3.2.6. Método de análise dos dados.....	43
4. ESTUDO EMPÍRICO	45
4.1. Caraterização da amostra.....	45
4.1.1. Caraterização do respondente	45
4.1.2. Caraterização da empresa familiar	48
4.1.3. Caraterização do serviço de contabilidade	52
4.2. Análise dos resultados	54
4.2.1. Informações que contribuem para a eficácia da gestão empresarial	54
4.2.2. Informação financeira	55
4.2.3. Informação não financeira	66
4.2.4. Comparação entre informação financeira e informação não financeira no processo de tomada de decisão.....	73
4.3. Discussão dos resultados	80
5. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O ESTÁGIO.....	88
5.1. Apresentação da entidade acolhedora.....	89
5.2. Caraterização do estágio	90
5.2.1 Aprendizagem relativa à forma como se organiza a contabilidade nos termos do sistema de normalização contabilística ou outros normativos contabilísticos oficialmente aplicáveis, desde a receção dos documentos até à sua classificação, registo e arquivo	91
5.2.2. Práticas de controlo interno	97
5.2.3. Apuramento de contribuições e impostos e preenchimento das respetivas declarações	98
5.2.4. Supervisão dos atos declarativos para a segurança social e para efeitos fiscais relacionados com o processamento de salários	111
5.2.5. Encerramento de contas e preparação das demonstrações financeiras e restantes documentos que compõem o “dossier fiscal”	114
5.2.6. Preparação da informação contabilística para relatórios e análise de gestão e informação periódica à entidade a quem presta serviços	116
5.2.7. Identificação e acompanhamento relativo à resolução de questões da organização com o recurso a contactos com os serviços relacionados com a profissão.....	117
5.2.8. Preparação de pareceres e relatórios de consultoria ou de peritagem nas áreas da contabilidade e da fiscalidade	118

5.2.9. Sensibilização para a possibilidade de intervenção, em representação dos sujeitos passivos, na fase graciosa do procedimento tributário e no processo tributário, até ao limite a partir do qual, nos termos legais, é obrigatória a constituição de advogado, no âmbito de questões relacionadas com as competências específicas dos contabilistas certificados	118
5.2.10. Conduta ética e deontológica associada à profissão	119
5.3. Em resumo	121
6. CONCLUSÃO.....	122
6.1. Principais conclusões	122
6.2. Contribuições do estudo	125
6.3. Limitações	126
6.4. Pistas para investigações futuras	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127
APÊNDICES	134
Apêndice 1 – Inquérito por questionário.....	134
Apêndice 2 – Corpo de texto do <i>e-mail</i>	143
Apêndice 3 – Posições médias resultantes dos testes H de Kruskal-Wallis e testes U de Mann Whitney	144
 ÍNDICE DE FIGURAS	
Figura 1. Teoria do <i>Triple Bottom Line</i>	7
Figura 2. Processo de Tomada de Decisão.....	12
Figura 3. Modelo dos Três Círculos	25
Figura 4. Entrada geral no <i>software</i> de gestão “Sage X3”	90
Figura 5. Lançamento contabilístico de uma fatura de compra a fornecedores.....	93
Figura 6. Lançamento contabilístico de uma fatura-recibo de compra a fornecedores.....	93
Figura 7. Lançamento contabilístico de uma nota de crédito de compra a fornecedores.....	94
Figura 8. Lançamento contabilístico de uma fatura de eletricidade (fornecimento e serviços externos)	94

Figura 9. Lançamento contabilístico de uma fatura de venda a um cliente francês (isento de IVA ao abrigo do artigo 14.º do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI)).....	95
Figura 10. Lançamento contabilístico de um depósito bancário	95
Figura 11. Lançamento contabilístico de pagamentos a fornecedores	96
Figura 12. Lançamento contabilístico de recebimentos de clientes	96
Figura 13. Declaração periódica de IVA.....	99
Figura 14. Folha de rosto da declaração recapitulativa de IVA.....	100
Figura 15. Folha de rosto da declaração de rendimentos modelo 22	103
Figura 16. Folha de rosto da declaração de IRS - Modelo 3	105
Figura 17. Declaração de rendimentos e retenções – residentes (Modelo 10)	107
Figura 18. Submissão do ficheiro SAF-T(PT) no portal das finanças	108
Figura 19. Relatório único.....	109
Figura 20. Folha de rosto da declaração anual IES	111
Figura 21. Ficha dos funcionários	112
Figura 22. Recibo de vencimento	112
Figura 23. Declaração Mensal de Remunerações para a AT	113
Figura 24. Declaração Mensal de Remunerações para a Segurança Social	113
Figura 25. Pedido de esclarecimento no e-balcão da AT	117

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Caraterização dos respondentes por género	45
Gráfico 2. Caraterização dos respondentes por idade	45
Gráfico 3. Caraterização dos respondentes por anos de experiência profissional	47
Gráfico 4. Caraterização da empresa por categoria	49
Gráfico 5. Caraterização da empresa por normativo contabilístico aplicável.....	49
Gráfico 6. Caraterização da empresa por setor(es) de atividade	49

Gráfico 7. Caraterização da empresa por início de atividade	50
Gráfico 8. Caraterização da empresa por periodicidade do regime de IVA	50
Gráfico 9. Caraterização da empresa por tipo de gestão	51
Gráfico 10. Caraterização do serviço de contabilidade pelo local onde está centralizado.....	52
Gráfico 11. Caraterização do serviço de contabilidade por iniciativa de entrega da informação contabilística	52
Gráfico 12. Caraterização do serviço de contabilidade por periodicidade de disponibilização da informação contabilística	53
Gráfico 13. Presença ou ausência de sistemas de contabilidade de gestão/analítica.....	53

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Atributos bivalentes e a respetiva descrição	26
Quadro 2. Relação entre as questões de investigação, as questões do questionário e as fontes utilizadas	39

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Critérios e fontes de informação para constituir a população do estudo	42
Tabela 2. Caraterização dos respondentes por nível de escolaridade concluído	46
Tabela 3. Caraterização dos respondentes por área de formação	46
Tabela 4. Caraterização dos respondentes por função na empresa	47
Tabela 5. Caraterização dos respondentes por pertencer à família proprietária da empresa e ser fundador da empresa	47
Tabela 6. Caraterização da empresa por número de efetivos, volume de negócio anual e balanço total anual.....	48
Tabela 7. Caraterização da empresa pela nacionalidade da família proprietária e local onde está sediada a empresa	51
Tabela 8. Caraterização da empresa por distrito em que se localiza	51
Tabela 9. Importância atribuída a diferentes tipos de informação no âmbito de uma gestão eficaz	54

Tabela 10. Importância atribuída às finalidades da informação financeira	55
Tabela 11. Frequência de utilização da informação financeira na tomada de decisão.....	55
Tabela 12. Importância atribuída a cada uma das demonstrações financeiras no processo de tomada de decisão	56
Tabela 13. Importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão	56
Tabela 14. Análise à informação financeira	57
Tabela 15. Limitações inerentes ao papel da informação financeira no processo de tomada de decisão	58
Tabela 16. Continuidade do serviço de contabilidade sem não fosse uma exigência legal.....	58
Tabela 17. Teste H de Kruskal-Wallis entre caraterísticas do respondente e utilização da informação financeira	59
Tabela 18. Teste U de Mann-Whitney entre caraterísticas do respondente e utilização da informação financeira	59
Tabela 19. Teste H de Kruskal-Wallis entre caraterísticas da empresa e utilização da informação financeira	60
Tabela 20. Teste U de Mann-Whitney entre caraterísticas da empresa e utilização da informação financeira	60
Tabela 21. Teste H de Kruskal-Wallis entre caraterísticas do serviço de contabilidade e utilização da informação financeira	61
Tabela 22. Teste U de Mann-Whitney entre caraterísticas do serviço de contabilidade e utilização da informação financeira	61
Tabela 23. Teste H de Kruskal-Wallis entre caraterísticas do respondente e importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão	62
Tabela 24. Teste U de Mann-Whitney entre caraterísticas do respondente e importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão	62
Tabela 25. Teste H de Kruskal-Wallis entre caraterísticas da empresa e importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão	64
Tabela 26. Teste U de Mann-Whitney entre caraterísticas da empresa e importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão	64
Tabela 27. Teste H de Kruskal-Wallis entre caraterísticas do serviço de contabilidade e importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão	65
Tabela 28. Teste U de Mann-Whitney entre caraterísticas do serviço de contabilidade e importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão	66

Tabela 29. Elaboração e divulgação de informação não financeira	66
Tabela 30. Destinatários da divulgação interna da informação não financeira	67
Tabela 31. Documento de divulgação externa da informação não financeira	67
Tabela 32. Destinatários da divulgação externa da informação não financeira.....	68
Tabela 33. Importância atribuída à informação não financeira na tomada de decisão	68
Tabela 34. Utilização da informação não financeira na tomada de decisão	68
Tabela 35. Desafios para a elaboração da informação não financeira	69
Tabela 36. Teste H de Kruskal-Wallis entre características do respondente e importância e utilização da informação não financeira	70
Tabela 37. Teste U de Mann-Whitney entre características do respondente e importância e utilização da informação não financeira	70
Tabela 38. Teste H de Kruskal-Wallis entre características da empresa e importância e utilização da informação não financeira	71
Tabela 39. Teste U de Mann-Whitney entre características da empresa e importância e utilização da informação não financeira	71
Tabela 40. Teste H de Kruskal-Wallis entre características do serviço de contabilidade e importância e utilização da informação não financeira.....	73
Tabela 41. Teste U de Mann-Whitney entre características do serviço de contabilidade e importância e utilização da informação não financeira.....	73
Tabela 42. Importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão.....	73
Tabela 43. Abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão	74
Tabela 44. Teste de independência do qui-quadrado entre características do respondente e importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão	75
Tabela 45. Teste de independência do qui-quadrado entre características da empresa e importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão	76
Tabela 46. Teste de independência do qui-quadrado entre características do serviço de contabilidade e importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão	77

Tabela 47. Teste de independência do qui-quadrado entre características do respondente e abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão 78

Tabela 48. Teste de independência do qui-quadrado entre características da empresa e abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão 79

Tabela 49. Teste de independência do qui-quadrado entre características do serviço de contabilidade e abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão 80

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEF – Associação das Empresas Familiares

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*

AT – Autoridade Tributária e Aduaneira

BSR – *Business for Social Responsibility*

CAE – Código de Atividade Económica

CDCC – Código Deontológico da Ordem dos Contabilistas Certificados

CEO – *Chief Executive Officer*

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

CIRS – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

CPPT – Código de Procedimento e de Processo Tributário

CSC – Código das Sociedades Comerciais

CT – Código do Trabalho

DMR - Declaração Mensal de Remunerações

DP – Desvio Padrão

EC – Estrutura Conceptual

ESG - *Environmental, Social and Governance*

EUA – Estados Unidos da América

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IAS – *International Accounting Standards*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IES – Informação Empresarial Simplificada

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado

KPI's – Key Performance Indicators

LGT – Lei Geral Tributária

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NCRF-ME – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Microentidades
NCRF-PE – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades
OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados
PIB – Produto Interno Bruto
PME – Pequenas e Médias Empresas
PPC – Pagamentos por Conta
RAI – Resultado antes de Imposto
RIEEP – Regulamento de Inscrição, Estágio e Exames Profissionais
RITI – Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias
RLP – Resultado Líquido do Período
RSE – Responsabilidade Social das Empresas
SAF-T(PT) – *Standard Audit File for Tax Purposes – Portuguese Version*
SNC – Sistema de Normalização Contabilística

1. Introdução

1.1. Justificação do estudo

Atualmente, vivemos numa era marcada pela globalização e por um ambiente organizacional em constante mudança, impulsionado por fatores como a transformação digital, os conflitos internacionais e os efeitos da pandemia de COVID-19. Estes desafios, que levam a alterações cada vez mais frequentes, acentuam a necessidade de dispor de informação relevante e precisa, essencial para a sobrevivência, sustentabilidade e crescimento de um negócio. Portanto, os sistemas de informação assumem um papel essencial na gestão de uma empresa. Um dos sistemas de informação mais importantes de uma empresa são os sistemas contabilísticos, pois estes fornecem, ao nível interno, uma boa base de informação para a tomada de decisões de gestão e, ao nível externo, permitem aos *stakeholders* conhecerem o sucesso da atividade de uma empresa, ajudando-os a tomar decisões que incidem sobre a mesma (Horvat & Mojzer, 2019). Desta forma, a contabilidade, ao fornecer tanto informação financeira como não financeira, facilita a tomada de decisão dos seus utilizadores, apoiando-os na definição de estratégias para responder às mudanças constantes.

No entanto, nem sempre a informação contabilística é utilizada para todas as finalidades a que se destina. No caso da informação financeira, há organizações que não aproveitam plenamente essa informação para a gestão, limitando-se, em alguns casos, a utilizá-la apenas para o cumprimento de obrigações legais e fiscais (Witt et al., 2018; Moreira et al., 2013). No caso da informação não financeira, apesar de, nos últimos anos, se ter constatado um aumento significativo da sua relevância junto das empresas, impulsionado pela crescente consciencialização sobre o impacto social e ambiental, bem como pela necessidade de apoiar as organizações a enfrentar e adaptar-se às constantes mudanças (Meseguer-Sánchez et al., 2021), a verdade é que esta ainda continua a ser pouco utilizada no âmbito da estratégia e da gestão empresarial, pois o foco nos resultados financeiros continua a ser predominante (Krechovská & Procházková, 2014). Posto isto, é fundamental compreender quais são os fatores e desafios que condicionam a utilização da informação contabilística por parte dos gestores no processo de tomada de decisão, visto que a mesma é produzida essencialmente para esse fim.

Por sua vez, no que diz respeito às empresas de estrutura familiar, estas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento económico e social, tanto a nível nacional como a nível internacional, contribuindo significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB), para a dinamização de

emprego e para coesão territorial e promoção de diversas regiões, pela sua capacidade produtiva e durabilidade (AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, 2020).

De facto, as empresas familiares são de extrema importância para as maiores economias do mundo, representando entre 80% a 95% das empresas nos Estados Unidos da América (EUA) e na América Latina, e mais de 80% das empresas na Europa e na Ásia. Estas empresas de propriedade familiar representam mais de 50% do PIB das economias mais avançadas do mundo e empregam a maioria da população (Poza & Daugherty, 2014). Já a nível nacional, embora não existam estatísticas precisas, estima-se que mais de 70% das empresas portuguesas sejam familiares (Associação das Empresas Familiares, 2023), contribuindo para 2/3 do PIB nacional e em 50% para geração de emprego (Marques et al., 2018).

Apesar do elevado número de empresas familiares em todo o mundo, só nas últimas décadas é que o meio académico se dedicou à investigação nas empresas de dimensão familiar como determinante dos fenómenos empresariais, com um crescimento significativo do interesse ao longo do tempo (Prencipe et al., 2014). Contudo, a contabilidade é uma das correntes de investigação mais subdesenvolvidas nos estudos sobre empresas familiares, ainda que a investigação contabilística seja uma das disciplinas empresariais mais antigas e as empresas familiares representem a forma de organização económica predominante no mundo (Songini et al., 2013). Como a investigação contabilística parece ter sido, até à data, bastante lenta a apreender as características distintivas das empresas familiares e as suas implicações para as práticas contabilísticas e de relato (ver Prencipe et al., 2014), torna-se importante continuar e consolidar a investigação nesta área.

1.2. Questões de investigação e objetivos

Este trabalho pretende dar resposta às seguintes questões de investigação:

- Qual é a perceção dos gestores de empresas familiares sobre a importância e utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão?
- Quais são os fatores que influenciam a importância e utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão dos gestores nas empresas familiares?
- Quais são as principais limitações e desafios que os gestores de empresas familiares enfrentam ao utilizar a informação contabilística no processo de tomada de decisão?

Assim, o principal objetivo desta investigação é analisar o papel da contabilidade, através do uso da informação contabilística, que inclui informação financeira e não financeira, no processo de tomada de decisão dos gestores nas empresas familiares. Consequentemente, são apresentados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a perceção dos gestores de empresas familiares acerca da importância e utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão;
- Identificar os fatores que influenciam a importância e utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão em empresas familiares;
- Identificar as principais limitações e desafios inerentes à utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão no contexto das empresas familiares.

Por fim, o presente Relatório de Estágio também tem como objetivo o cumprimento do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento de Inscrição, Estágio e Exames Profissionais (RIEEP) da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) para dispensa do estágio profissional, de modo a aplicar os conhecimentos adquiridos no âmbito do Mestrado em Contabilidade num contexto profissional.

1.3. Estrutura do trabalho

O presente estudo está estruturado em seis capítulos, para além do atual. No segundo capítulo encontra-se a revisão de literatura, subdividida em três temas fundamentais: conceito de contabilidade e a sua evolução; informação contabilística no processo de tomada de decisão; e empresas familiares. No terceiro capítulo é descrita a metodologia utilizada para dar resposta às questões de partida, nomeadamente, as perspetivas e métodos de investigação, a caracterização da população, bem como a elaboração e apresentação do questionário. O quarto capítulo diz respeito ao estudo empírico e tem como objetivo analisar e discutir os resultados provenientes do tratamento dos dados recolhidos por meio do questionário. No quinto capítulo é efetuada uma descrição das atividades desenvolvidas durante o estágio curricular. Finalmente, no sexto capítulo são sintetizadas as principais conclusões, contributos e limitações deste estudo, bem como as potenciais pistas para investigações futuras.

2. Revisão de Literatura

2.1. Conceito de contabilidade e a sua evolução

A contabilidade é cada vez mais reconhecida em todo o mundo pelos seus efeitos (e reflexos) nos comportamentos humanos e nas culturas organizacionais subjacentes, com ramificações no funcionamento e desenvolvimento, tanto das organizações quanto da sociedade (Carnegie et al., 2023). Na sua forma mais dinâmica e influente, a contabilidade gera informação muito útil, não só sobre o desempenho financeiro de uma organização, mas também sobre o seu desempenho social e ambiental (Deegan, 2023). Contudo, nem sempre a contabilidade foi vista dessa forma, pois, até há poucas décadas, era vista apenas como uma prática técnica, em que o objetivo era a medição, registo, classificação e resumo da informação financeira para utilização na tomada de decisão (Carnegie et al., 2023). Posto isto, embora a forma de como a contabilidade foi percebida possa não ser uma base adequada para como deve ser definida atualmente, é útil conhecer as definições passadas para compreender a sua evolução (Carnegie et al., 2021).

Uma definição genericamente aceite no passado foi apresentada pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) (1953, p.9), que definiu contabilidade como “a arte de registar, classificar, e sumariar de uma forma relevante e em termos monetários, as transações e os eventos que são, pelo menos em parte, de carácter financeiro, e de interpretar os resultados obtidos”. Posteriormente, a *American Accounting Association* (1966, p.1) baseou-se na noção de utilidade da contabilidade para a tomada de decisões e defendeu que a contabilidade consistia no “processo de identificar, medir, e comunicar informação económica de forma a permitir julgamentos e avaliações esclarecidas pelos utilizadores da informação”. Mais tarde, o AICPA (1970, p.17) encarou a contabilidade como um serviço, em que a sua função se baseava no fornecimento de “informações quantitativas, principalmente de natureza financeira, sobre entidades económicas que se destinam a ser úteis na tomada de decisões económicas - fazer escolhas fundamentadas entre cursos de ação alternativos”. Por último, devido aos desenvolvimentos na investigação, foi elaborada uma definição mais moderna de contabilidade, que a levou para novas dimensões, tornando-a uma ciência com maturidade suficiente para ser autónoma. Segundo Mautz (1963, p.318),

a contabilidade lida com empresas, que são certamente grupos sociais; preocupa-se com transações e outros eventos económicos que têm consequências sociais e influenciam as relações sociais; produz conhecimento que é útil e significativo para os seres humanos envolvidos em atividades com implicações

sociais; é principalmente de natureza mental. Com base nas orientações disponíveis, a contabilidade é uma ciência social.

De facto, esta vertente mais técnica da contabilidade manifesta-se através da informação financeira, sobretudo por meio das demonstrações financeiras. De acordo com a *International Accounting Standards* (IAS) 1, revista pelo *International Accounting Standards Board* (IASB, 2007), um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui: uma Demonstração da Posição Financeira, uma Demonstração dos Resultados, uma Demonstração das Alterações no Capital Próprio, uma Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas (ou Anexo), que compreende informações materiais sobre a política contabilística e outras informações explicativas.

Neste sentido, para que a informação financeira seja útil, quem a elabora deve saber claramente para quem é que a informação está a ser preparada e para que fins será utilizada, pois existem vários utilizadores (designadas por “*stakeholders*”) com interesse numa determinada organização que precisam de tomar decisões sobre a mesma e, para isso, recorrem a informação gerada pela contabilidade (Atrill & McLaney, 2019). Esses utilizadores são, essencialmente, proprietários, clientes, concorrentes, funcionários e os seus representantes, fornecedores, gestores, governo, representantes da comunidade, credores e analistas de investimento (Atrill & McLaney, 2019). É possível distinguir dentro do grupo dos utilizadores os internos e os externos. Os utilizadores internos são os indivíduos de dentro da empresa que planeiam, organizam e gerem o negócio, e os utilizadores externos são indivíduos ou organizações de fora da empresa que precisam de informação financeira relacionada com a mesma (Weygandt et al., 2011).

A importância das demonstrações financeiras pode ser destacada em três elementos principais (Hamdan, 2013 citado por Abdulshakour, 2020):

- Uma ferramenta de comunicação: o papel das demonstrações financeiras neste domínio é transmitir uma mensagem compreensível aos utilizadores da informação financeira sobre a atividade da empresa e os resultados da mesma;
- Um meio de avaliação do desempenho: quando as demonstrações financeiras são utilizadas para avaliar o desempenho da gestão e da governação, em termos de eficiência e utilização dos recursos à sua disposição, estas permitem analisar a posição financeira da empresa e os progressos alcançados na realização dos seus objetivos;
- Um meio para a tomada de decisões: as demonstrações financeiras ajudam a gestão e as várias partes que lidam com a empresa a tomarem as decisões necessárias: são utilizadas

para tomar decisões sobre a forma de usar os recursos no futuro e são utilizadas por outras partes que têm uma relação direta com a empresa, tais como fornecedores, clientes e bancos, para orientar o futuro das suas relações.

Assim, conforme demonstrado no estudo de Pereira et al. (2021), a informação financeira assume um papel relevante, na medida em que constitui um dos principais *outputs* da contabilidade, mostrando ser uma ferramenta essencial para auxiliar os gestores no processo de tomada de decisão. Ao fundamentar as suas escolhas em informações precisas e fiáveis, os gestores podem agir de forma mais consciente e informada. Este tema será examinado com maior detalhe na secção “2.2.1. Processo de tomada de decisão”.

Contudo, nos últimos anos, constatou-se um aumento significativo na relevância da informação não financeira, pois a sociedade sentiu necessidade de mudar o rumo do crescimento económico quantitativo para uma dimensão mais qualitativa e responsável (Meseguer-Sánchez et al., 2021). Mesmo para os investidores e gestores, que priorizam, principalmente, o lucro das empresas, era evidente que os dados financeiros, por si só, não eram suficientes para entender completamente o desempenho e o valor de uma empresa, tornando-se necessário abordar outras perspetivas da contabilidade (Leocádio, 2017).

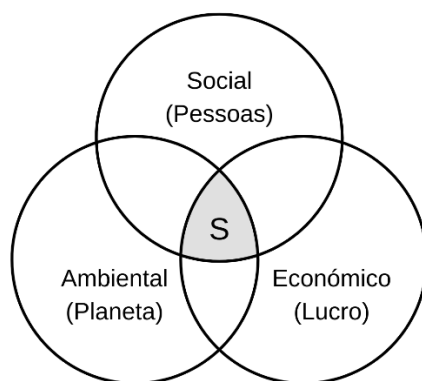
Desta forma, os conceitos de Responsabilidade Social das Empresas (RSE) e Desenvolvimento Sustentável adquiriram uma maior importância ao longo do tempo, à medida que a sociedade em geral se tornou mais consciente do seu impacto no cenário ambiental e social e da necessidade de construir um mundo melhor (Meseguer-Sánchez et al., 2021). Posto isto, prevê-se que a tendência para a elaboração de relatos não financeiros continue e cresça conforme as partes interessadas das empresas exigem mais informações fiáveis e precisas sobre os impactos ambientais, sociais e de governação (ESG) (Vukić et al., 2017).

Um dos pontos de vista mais aceites na literatura neste domínio define a RSE como "um conceito através do qual as empresas integram preocupações sociais e ambientais nas suas operações comerciais e na sua interação com as partes interessadas numa base voluntária" (*Commission of the European Communities*, 2006, p.2). Nesta perspetiva, a RSE não representa apenas uma aspiração de uma boa imagem ou otimização do lucro, mas também um estilo transparente de gestão de recursos que garante os resultados (económicos, políticos, sociais, ambientais, entre outros) esperados (Meseguer-Sánchez et al., 2021).

Já a ideia de Desenvolvimento Sustentável é, desde há vários anos, aceite como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do mundo presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (*World Commission on Environment and Development*, 1987, p.41). O Desenvolvimento Sustentável tem sido frequentemente (e continua a ser) representado pela proposta *Triple Bottom Line*, sugerida por Elkington, em 1997, sobre as práticas de RSE (Sánchez-Hernández et al., 2021).

De acordo com a teoria do *Triple Bottom Line*, representada na Figura 1, uma empresa deve olhar para além do resultado único dos lucros para alcançar a sustentabilidade. A gestão sustentável é alcançada quando as empresas se comprometem com as suas comunidades e o ambiente, bem como com os seus lucros, numa relação equilibrada. O domínio económico refere-se especificamente aos esforços feitos para aumentar os benefícios económicos para a sociedades. O domínio ambiental consiste em políticas e/ou ações tomadas por uma empresa para reduzir os danos ambientais (por exemplo, utilizando materiais reciclados e diminuindo as emissões e os resíduos). Por último, o domínio social diz respeito à promoção da igualdade e dos direitos humanos na sociedade (Shim et al., 2021).

Figura 1. Teoria do *Triple Bottom Line*



Fonte: Shim et al. (2021, p.4)

Legenda: S = Sustentabilidade

Neste seguimento, o relatório de sustentabilidade está ligado à ideia de Desenvolvimento Sustentável e é um relatório publicado pelas organizações sobre os impactos económicos, ambientais e sociais causados pelas suas atividades diárias. Este pode ser considerado sinónimo de outros termos, como relatório não financeiro, relatório “*triple bottom line*”, relatório de RSE e é também um elemento intrínseco do relatório integrado (uma evolução mais recente que combina a análise do desempenho

financeiro e não financeiro). Assim, o relatório de sustentabilidade pode ajudar as organizações a medir, entender e comunicar o seu desempenho económico, ambiental, social e de governação e, em seguida, definir metas e gerir mudanças de forma mais eficaz (Deegan, 2023).

Segundo a *Business for Social Responsibility* (BSR, 2020), os relatórios de sustentabilidade permitem alcançar dois resultados importantes: a tomada de decisões informadas por parte dos *stakeholders* e a melhoria do desempenho das empresas em termos de sustentabilidade. Ou seja, as empresas que divulgam informações num relatório de sustentabilidade fazem-no porque isso traz benefícios internos e externos. A nível interno, os relatórios de sustentabilidade têm o potencial de esclarecer e aprimorar o desempenho de uma empresa em questões de sustentabilidade. Esses relatórios podem auxiliar na definição das prioridades estratégicas, na demonstração da integração dessas prioridades com os objetivos empresariais e na identificação das áreas que requerem mudança, melhoria contínua ou inovação para desenvolver estratégias, alcançar metas ou alinhar a empresa como um todo numa só direção (BSR, 2020). A nível externo, os relatórios de sustentabilidade auxiliam as empresas no cumprimento dos requisitos de divulgação, bem como a melhorar as relações com as partes interessadas, que esperam poder usar essa informação na sua avaliação do desempenho das empresas e na tomada de decisões. A divulgação de relatórios também desempenha um papel crucial no aprimoramento da reputação e da perceção de confiabilidade das empresas (BSR, 2020).

De facto, anteriormente, a *accountability* estava associada aos relatórios financeiros que tornam as empresas responsáveis pelas suas ações e resultados, principalmente perante os acionistas e os mercados de capitais (Hopper, 2023). A contabilidade facilita este processo, preparando demonstrações financeiras precisas e verificando a sua correção através de auditorias. No entanto, existe atualmente uma pressão crescente para que a *accountability* das empresas inclua a responsabilização pelo seu impacto na sociedade e no ambiente, bem como a revelação dos riscos materiais dos fatores ecológicos sobre o valor das empresas (vital para os investidores e acionistas) (Hopper, 2023). Seja qual for o leque de fatores pelos quais a organização é responsabilizada, a transparência é crucial para avaliar o desempenho e proteger contra possíveis abusos de poder (Hopper, 2023).

Neste sentido, pode-se afirmar que a contabilidade, a *accountability* e a governação estão interligadas e devem combinar-se eficazmente para atingir os fins desejados (Carnegie & Napier, 2023). Posto isto, verifica-se que a contabilidade não se preocupa apenas com a *accountability*, mas a *accountability* contribui para uma compreensão da necessidade da contabilidade nas organizações e sociedades (Carnegie & Napier, 2023). Por sua vez, a *accountability* fornece uma base para estimular o

desenvolvimento da governação nas organizações e sociedades. Por fim, a governação é mais do que a contabilidade pode proporcionar por si só, mas foi concebida para se apoiar na contabilidade para que a governação seja possível e sustentada. Ou seja, a contabilidade fornece os meios para que a *accountability* e a governação sejam operacionalizadas na prática em contextos organizacionais e sociais específicos. Portanto, a contabilidade, a *accountability* e a governação não são apenas práticas técnicas a aprender, adotar e repetir, mas devem ser aplicadas como práticas sociais e morais nos contextos em que operam (Carnegie & Napier, 2023).

Assim, sabe-se que as noções de contabilidade, *accountability* e governação não são fixas no tempo e continuam a evoluir e a mudar com implicações para o funcionamento e desenvolvimento organizacional e social (Carnegie & Napier, 2023). A *accountability* continua a alargar-se, contribuindo para novas formas de governação. Nos últimos tempos, surgiram então novas formas de *accountability*, em especial, com o facto de se ter dado destaque à importância da produção e reporte de informação não financeira às partes interessadas (Carnegie & Napier, 2023).

No que concerne à literatura desenvolvida acerca do tema, numa investigação conduzida por Krechovská e Procházková (2014) a empresas da República Checa, os autores comprovaram que, apesar de as empresas estarem conscientes da importância do conceito de sustentabilidade para melhorar a vantagem competitiva e alcançar um melhor desempenho empresarial a longo prazo, a sustentabilidade ainda não está integrada nos processos empresariais individuais, sendo que o foco nos resultados financeiros da empresa ainda continua a ser predominante. Ou seja, muitas empresas não utilizam a sustentabilidade no âmbito da estratégia e da gestão empresarial, nem a incluem na medição e gestão do desempenho, apesar de ser necessário refletir a sustentabilidade em todo o processo de gestão empresarial para atingir o pleno funcionamento da governação empresarial.

Por sua vez, Jain e Tripathi (2022) elaboraram um estudo com o objetivo de identificar os desafios da elaboração de relatórios de sustentabilidade e os motivos da sua não divulgação. Relativamente às barreiras internas, destacam-se: a falta de compreensão e consciência, pois os gestores envolvidos não estão bem cientes das diretrizes e padrões que devem ser seguidos e das questões críticas que precisam de ser abordadas na preparação de relatórios de sustentabilidade; o custo elevado em comparação com os benefícios percebidos; a falta de recursos (incluindo tempo); e a dificuldade em medir o impacto social e ambiental. Quanto às barreiras externas, destacam-se: alguma falta de requisitos legais e de iniciativas governamentais, pelo que o governo deve tomar medidas para fornecer incentivos e educar os gestores sobre questões de sustentabilidade, bem como a necessidade de

aumentar os requisitos regulatórios obrigatórios para a divulgação de sustentabilidade, de forma a promover a mesma; e falta de procura de informação sobre sustentabilidade por parte dos *stakeholders*, em que um baixo nível de adesão das partes interessadas não motiva a gestão a dedicar tempo e recursos à preparação de relatórios de sustentabilidade. Posto isto, há necessidade de sensibilizar e educar as partes interessadas e os gestores, de forma a consciencializá-los para a importância da informação não financeira no processo de tomada de decisões e das mais valias associadas à sua utilização.

Também uma investigação conduzida por Pereira et al. (2021), destinada a Contabilistas Certificados em Portugal, com o objetivo de perceber a utilidade que a informação financeira e não financeira tem para a tomada de decisão, permitiu verificar que a informação não financeira ainda é uma grande lacuna no reporte da informação, pois em 43 empresas, apenas 10 faziam reporte de informação não financeira, e dessas 10, apenas 3 o faziam fora do relatório de gestão, no relatório de sustentabilidade e no relatório integrado. Isto permite concluir que ainda poucas empresas reportam informação não financeira, limitando a visão global necessária para decisões que integrem fatores como sustentabilidade e RSE.

Assim, é cada vez mais aceite que a contabilidade vai muito além de um conjunto de técnicas, conceitos e procedimentos e, embora seja entendida como um fenómeno mais amplo e socialmente interativo, ainda carece de uma definição que reflita com precisão o seu objetivo e os meios para o alcançar (Carnegie et al., 2021). A verdade é que a contabilidade é fundamental para os processos centrais de governação, estratégia, controlo e *accountability*, não só no setor empresarial/com fins lucrativos, mas também no setor não lucrativo e no setor público. Além disso, abrange considerações de responsabilidade que compreendem tanto o setor financeiro como o não financeiro e reflete o envolvimento e os discursos entre uma multiplicidade de partes interessadas. Isto torna-a um fenómeno muito mais multidimensional do que as definições tecnicistas históricas têm reconhecido (Carnegie et al., 2021).

Neste seguimento, Carnegie et al. (2021, p.69) propuseram, recentemente, uma definição, que assume a contabilidade como “uma prática técnica, social e moral preocupada com a utilização sustentável de recursos e a *accountability* para com os *stakeholders*, de modo a potenciar o desenvolvimento das organizações, pessoas e natureza”.

Tal como mencionado anteriormente, a contabilidade, até há poucas décadas, era vista apenas como uma prática técnica. Contudo, além desta componente, considera-se hoje que a contabilidade

também compreende a vertente social e moral, tal como referem Carnegie et al. (2021) na definição que propõem. Neste sentido, como prática social, a contabilidade preocupa-se, sobretudo, com os impactos ou efeitos nas organizações, nas pessoas, na natureza ou no planeta. Quer seja mutável ou resistente à mudança, a contabilidade tem consequências para o comportamento humano (ou seja, no comportamento individual de cada um de nós), estendendo-se à cultura organizacional e social numa base coletiva. Além disso, condiciona a forma como o ser humano pensa e age, sendo, por isso, um ingrediente fundamental na visão sobre o mundo das pessoas (Carnegie et al., 2023). Já como prática moral, esta envolve a centralidade da moralidade na contabilidade. Isto engloba a auditoria e a garantia, tanto externa como interna, e a noção de divulgação de âmbito alargado que envolve divulgações financeiras e não financeiras e outras narrativas. Enquanto prática moral, é vital que a profissão contabilística possua uma consciência social em prol da sua própria legitimidade. Para tal, é necessário que a contabilidade evolua, passando das suas origens técnicas para a utilização de formas contabilísticas, já desenvolvidas ou não, como um meio de melhorar o mundo, para um lugar menos agressivo, menos orientado para os *Key Performance Indicator* (KPI's) e para se tornar um lugar mais inclusivo, solidário e compassivo (Carnegie et al., 2023).

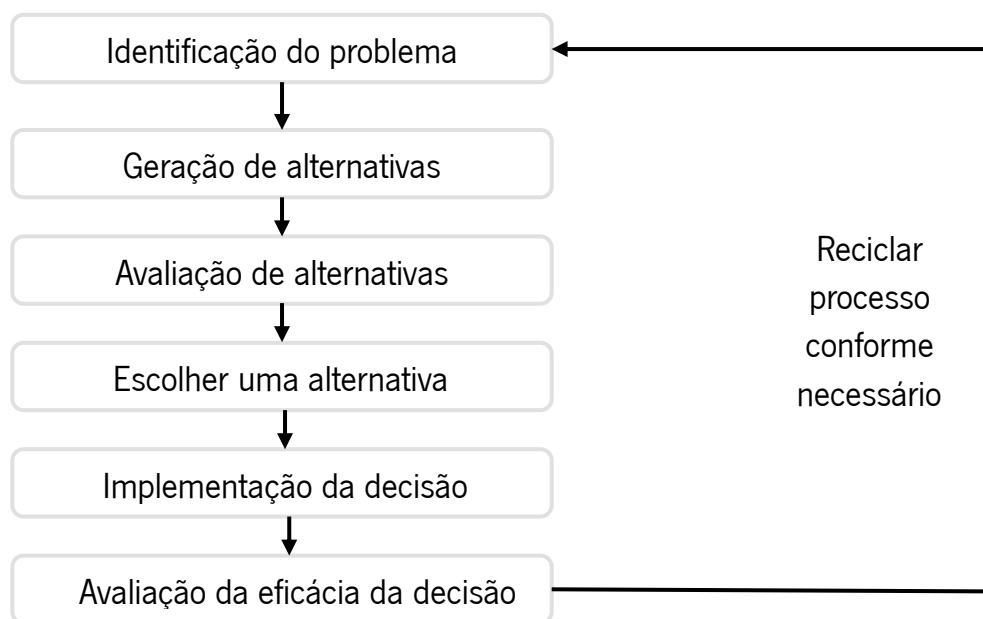
2.2. Informação contabilística no processo de tomada de decisão

2.2.1. Processo de tomada de decisão

A tomada de decisão faz parte do dia a dia tanto do ser humano quanto das empresas. Como tal, no caso das empresas, a tomada de decisão é uma das responsabilidades mais cruciais dos gestores, uma vez que as suas escolhas podem influenciar diretamente o desempenho financeiro, social e ambiental, a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo do negócio.

Neste sentido, o processo de tomada de decisão caracteriza-se como sendo “o processo de pensamento lógico conduzido num ambiente organizacional por uma pessoa com poder legal de decisão que, com a ajuda de todas as partes especializadas, procura preparar, gerir, implementar e controlar uma determinada decisão” (Gencia et al., 2016, p.110). As etapas que compõem este processo estão descritas na Figura 2.

Figura 2. Processo de Tomada de Decisão



Fonte: Lunenburg (2010, p.3).

Após a identificação de um problema, são geradas soluções alternativas para o mesmo. Essas soluções são cuidadosamente avaliadas e a melhor alternativa é escolhida para ser implementada. A alternativa implementada é avaliada ao longo do tempo para assegurar a sua eficácia imediata e contínua. Contudo, se surgirem dificuldades em qualquer uma das fases, pode ser efetuada uma reciclagem do processo, ou seja, iniciar o processo novamente. Assim, verifica-se que a tomada de decisão é uma sequência lógica de atividades, ou seja, antes de gerar alternativas, o problema deve ser identificado, e assim por diante (Lunenburg, 2010).

No decurso da atividade empresarial, as decisões que precisam de ser tomadas surgem, geralmente, em planos distintos. Num primeiro plano estão as decisões estratégicas, aplicadas numa perspetiva de longo prazo, pois estão ligadas aos objetivos da empresa. Desta forma, uma decisão estratégica é uma decisão única ou combinada que pode afetar o funcionamento global da organização, como o lançamento de um novo produto, a expansão da quota de mercado ou a mudança de tecnologia. Este tipo de decisões é administrado pelo mais alto nível de gestão, que tem direitos de propriedade sobre a organização (Kuruppuge & Gregar, 2020). Num plano inferior, mas em harmonia com o plano estratégico da empresa, estão as decisões táticas e operacionais, que estão presentes nos níveis seccional, departamental ou individual, em vez de no nível global da empresa (Kuruppuge & Gregar,

2020). As decisões táticas, também designadas por decisões de nível funcional, são decisões de médio prazo que estão relacionadas com o financiamento, o investimento e os recursos humanos da empresa e, normalmente, são tomadas pelos gestores seniores da empresa (Kuruppuge & Gregar, 2020). Já as decisões operacionais relacionam-se com a atividade corrente da empresa, sendo aplicadas numa base diária e, por isso, de curto prazo (Nunes & Serrasqueiro, 2004). Estas são reconhecidas como decisões menos importantes e tomadas ao nível da supervisão, onde o objetivo final passa pela utilização eficaz dos recursos (Kuruppuge & Gregar, 2020).

De facto, os resultados e o desempenho de uma empresa são fruto das decisões tomadas pela gestão de uma entidade, decisões essas que advêm de um processo complexo de análise e processamento dos dados fornecidos pelo sistema de informação disponível. Portanto, as decisões adequadas e corretas que conduzem à realização dos objetivos e à obtenção de desempenhos superiores dependem da qualidade e da quantidade da informação (Floştoiu, 2019). Neste seguimento, a informação fornecida pelo sistema contabilístico, se for compreensível, fiável, comparável e relevante, isto é, se concentrar todas as suas características qualitativas, fornece, efetivamente, o poder de tomar decisões informadas (Floştoiu, 2019). Ou seja, a contabilidade proporciona a vários utilizadores, dentro e fora de uma organização, informação para tomarem decisões, sendo da responsabilidade do contabilista determinar quais as informações mais apropriadas para permitir que esses utilizadores tomem decisões informadas (Deegan, 2023). Estas informações podem dizer respeito a diferentes aspetos do desempenho financeiro, social e/ou ambiental (Deegan, 2023).

Para a maioria das empresas, a implementação de contabilidade organizada é obrigatória, o que lhes proporciona uma maior facilidade no acesso às informações contabilísticas necessárias. Consequentemente, na literatura, confirma-se a existência de empresas que recorrem à informação produzida pela contabilidade, nomeadamente à informação financeira, para auxiliar no processo de tomada de decisão, devido às suas imensas vantagens, como: ajudar os gestores a saber o que aconteceu no passado e qual é a situação presente da empresa; tornar visíveis os eventos que não são perceptíveis pelas atividades diárias; fornecer uma visão quantitativa da empresa; e ajudar os gestores a prepararem-se para atividades e decisões futuras (Socea, 2012). No entanto, também se verifica, em alguns estudos, que outras empresas não fazem uso dessa informação para esse efeito, como se irá comprovar de seguida.

Efetivamente, Porton e Longary (2006) realizam um estudo a lojas de um centro comercial do Brasil e constataram que 85% das empresas inquiridas utilizam informação financeira no processo de

tomada de decisão e mais de metade das organizações da amostra faz uso de praticamente todos os relatórios contabilísticos nos momentos de decisão. Por sua vez, Pereira et al. (2021), num estudo direcionado a Contabilistas Certificados em Portugal, igualmente desenvolvido com o objetivo de perceber a utilidade que as informações financeiras e não financeiras têm para a tomada de decisão, concluíram que os gestores pedem, maioritariamente, algum tipo de informação mensalmente para acompanhar a evolução dos negócios e nas vendas. Quanto às demonstrações financeiras, estes dão maior importância à demonstração dos resultados e ao balanço, desvalorizando um pouco as restantes. Já İbicioğlu et al. (2010), no seu estudo dirigido a gestores de pequenas e médias empresas (PME) da Turquia e de 8 países europeus, analisaram a utilização das demonstrações financeiras no processo de tomada de decisão, comprovando que os gestores encaram as demonstrações financeiras como um instrumento que auxilia na tomada de decisão, percebendo que estas são uma ferramenta útil para gerir a empresa. Por fim, Serrasqueiro e Nunes (2004), através da sua investigação dirigida a pequenas empresas do distrito de Castelo Branco, chegaram à conclusão de que os empresários/gestores atribuem bastante importância à utilização da informação contabilística na tomada de decisão e consideram mais importante a elaboração das demonstrações financeiras para sustentar o processo da tomada de decisão do que para o cumprimento das obrigações legais. Quanto às decisões financeiras, verificou-se que os mesmos valorizam mais a informação financeira na tomada de decisões de investimento e operacionais, do que nas decisões de financiamento e de distribuição de dividendos.

No entanto, Moreira et al. (2013) verificaram, no âmbito das micro e pequenas empresas ligadas ao comércio a retalho no Brasil, que a maioria dos inquiridos da sua investigação percebem os contabilistas apenas como profissionais que fornecem serviços direcionados ao apuramento de impostos e contribuições sociais e, mesmo os gestores com maior nível de formação, que compreendem a relevância da contabilidade, não manteriam o serviço caso houvesse uma simplificação no apuramento e cumprimento dos impostos. Esta constatação foi também confirmada por Witt et al. (2018). No seu estudo sobre a utilização da informação contabilística pelos empresários de micro e pequenas empresas situados numa cidade brasileira, estes autores concluíram que a maioria dos inquiridos consideram que contabilidade é realizada primordialmente para fins fiscais. Também Demiraj et al. (2021), num estudo direcionado a Contabilistas Certificados na Albânia, no qual avaliaram a influência da informação financeira na tomada de decisão pelos diferentes utilizadores, obtiveram resultados que evidenciam que a informação contabilística não é utilizada por completo pelos gestores e outras partes interessadas. Os *stakeholders* externos com ligações mais próximas da empresa utilizam-na muito pouco ou não a utilizam de todo, levantando grandes questões sobre a qualidade e fiabilidade da informação contabilística. Os

gestores, que são responsáveis pela análise da informação contabilística, baseiam-se nessa informação apenas parcialmente, enquanto os empresários, que para a maioria das PME também são gestores, também utilizam a informação contabilística apenas parcialmente ou não utilizam de todo. Outros *stakeholders* externos com relações mais distantes da empresa, embora utilizem melhor a informação contabilística, continuam a não a utilizar em toda a sua extensão.

Portanto, comprova-se que o “resultado final da contabilidade”, neste caso, a informação financeira, é um dos pilares mais importantes do processo de elaboração, fundamentação e tomada de decisão (Floştoiu, 2019), apesar de nem todas as organizações fazerem uma utilização adequada dessa informação, na medida em que esta produz benefícios que vão além dos fins fiscais e que, por isso, deveriam ser aproveitados.

2.2.2. Fatores que condicionam a utilização da informação financeira na tomada de decisão

Diversos fatores podem influenciar a importância que gestores e/ou proprietários atribuem à informação financeira no processo de tomada de decisão, bem como a frequência com que a utilizam. Esses fatores podem estar relacionados com as características dos gestores e/ou proprietários, da empresa ou do próprio serviço de contabilidade. A falta de consideração pelo potencial da informação financeira pode comprometer o crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade da empresa.

2.2.2.1. Características do gestor e/ou proprietário

- **Nível de escolaridade**

Um dos fatores mais citados na literatura é a influência do nível de escolaridade do gestor na importância que atribui à informação financeira. Portanto, segundo diversos autores, quanto maior for o grau de escolaridade do gestor, maior será a utilização da informação financeira na tomada de decisão (e.g., Amoako, 2013; Hamadi et al., 2011; Monteiro et al., 2021; Santos, 2016; Serrasqueiro & Nunes, 2004). Como resultado da investigação desenvolvida por Amoako (2013), concluiu-se que, para os gestores serem bem-sucedidos na compreensão da dinâmica e dos desafios colocados pela gestão de empresas, é necessário apresentarem uma formação académica razoavelmente superior, pois isso afeta a compreensão da necessidade de implementação de sistemas de contabilidade e controlo necessários na empresa, bem como a importância de manter os registos contabilísticos corretos para, posteriormente, utilizá-los na tomada de decisão.

- **Área de formação**

Tal como referido anteriormente, existe uma relação positiva entre o grau de escolaridade dos gestores e a utilização da informação financeira, sendo que esta relação se intensifica se o gestor tiver formação nas áreas de gestão. De acordo com Gouveia et al. (2015), Santos (2016) e Hamadi et al. (2011), é possível afirmar que a área de formação contribui para a utilização da informação financeira na tomada de decisão, pois os gestores que mais utilizam essa informação possuem formação nas áreas de gestão ou similares. Isto deve-se à maior facilidade com que interpretam a informação com base contabilística e por serem sensibilizados, no decorrer do seu percurso académico, para a utilização de instrumentos de análise com suporte na contabilidade. Já os gestores sem formação em áreas de gestão, não recorrem tanto a esta fonte de informação, porque, por vezes, não compreendem as informações fornecidas pela contabilidade, como a demonstração dos resultados, balanço, rácios, entre outros, importantes para a tomada de decisão (Gouveia et al., 2015).

- **Experiência**

A influência da experiência na utilização da contabilidade na tomada de decisão é um pouco controversa na literatura (e.g., Gouveia et al., 2015; İbicioğlu et al., 2010; Serrasqueiro & Nunes, 2004). Alguns estudos indicam que os gestores que possuem menos experiência em gestão de empresas (em termos do número de anos) atribuem uma maior importância à informação financeira, enquanto os gestores com mais experiência tendem a tomar a maior parte das decisões com base na intuição, valorizando mais o conhecimento adquirido ao longo dos anos do que os dados fornecidos pela contabilidade (Serrasqueiro & Nunes, 2004). Outros autores defendem que são os gestores com mais experiência que valorizam mais a contabilidade, pois esses anos de experiência levam à procura de mais e melhor informação, já que, ao longo da vida de uma empresa, ocorrem diversas situações nas quais a prática e aprendizagem ensinaram que a inexistência de informação adequada fragiliza a posição dos gestores e das empresas (Gouveia et al., 2015; İbicioğlu et al., 2010).

- **Gestor proprietário**

Monteiro et al. (2021) conferiram através do seu estudo que os proprietários de PME que gerem a sua própria empresa, geralmente, não possuem conhecimentos de gestão e apresentam uma maior dificuldade em interpretar as demonstrações financeiras em relação aos gestores habilitados para a profissão. Esta dificuldade impede os proprietários de extrair toda a informação produzida pela contabilidade, o que pode pôr em causa a sobrevivência e continuidade do negócio. Também a

investigação conduzida por Serrasqueiro e Nunes (2004) evidencia resultados que mostram que a importância atribuída à informação financeira é maior quando o responsável pela função contabilístico/financeira é um gestor contratado, do que quando se trata de proprietários. Este resultado está em parte relacionado com o nível de formação, pois verificou-se que o nível de formação predominante do gestor contratado é o ensino superior, enquanto nos proprietários predomina o nível de formação secundário e básico (Serrasqueiro & Nunes, 2004).

2.2.2.2. Características da empresa

- **Anos de atividade da empresa**

O número de anos de atividade de uma empresa também poderá influenciar a utilização da informação financeira. De acordo com Gouveia et al. (2015), nas empresas com mais de 5 anos, há uma maior utilização da informação financeira. Isto pode ser justificado pelo facto de a antiguidade das empresas estar associada à experiência e aprendizagem corporativa que se mantém e se transmite mesmo com a alteração da equipa de gestão. Estes resultados são consistentes com os estudos de Serrasqueiro e Nunes (2012) e Monteiro et al. (2021). Por sua vez, as conclusões da investigação realizada por Witt et al. (2018) indicam que são as empresas até aos 15 anos que utilizam mais a contabilidade para o apoio à gestão, comparativamente com empresas com tempo de existência de 16 a mais de 30 anos. Contudo, Hamadi et al. (2011) e Santos (2016) mostram nos seus estudos que não existem diferenças estatísticas entre o número de anos de atividade da empresa e a utilização da informação financeira na tomada de decisão.

- **Dimensão da empresa**

Vários autores (e.g., Gouveia et al., 2015; Hamadi et al., 2011; Santos, 2016; Serrasqueiro & Nunes, 2004) constataram que a dimensão da empresa influencia a utilização da informação financeira, referindo que quanto maior a dimensão da empresa, quer em número de funcionários, quer em volume de negócios, maior será a utilização desta fonte de informação na tomada de decisão. Esta relação pode ser explicada pelo facto de à medida que a dimensão da empresa é maior, as operações tornam-se cada vez mais complexas, pelo que há um maior número de variáveis para gerir e controlar (Gouveia et al., 2015). Desta forma, e seguindo o enquadramento das teorias da agência e da utilidade da decisão, os gestores de empresas de maior dimensão, por razões de incentivo financeiro, tendem a atribuir uma maior importância à informação financeira nas suas decisões, de forma a atingir os resultados de desempenho desejados. Com isto, a gestão informal enfrenta maiores desafios e a confiança na intuição

para tomar decisões já não é viável (Serrasqueiro & Nunes, 2004), tornando-se imperativo utilizar instrumentos de gestão mais sofisticadas, onde se incluem os de matriz contabilística (Gouveia et al., 2015).

- **Setor de atividade da empresa**

Também o setor de atividade de uma empresa pode determinar a utilização que se faz da contabilidade. Segundo Gouveia et al. (2015) e Santos (2016), os gestores do setor secundário são os que mais utilizam a informação produzida pela contabilidade, seguido do setor terciário. Isto deve-se ao facto de as atividades industriais necessitarem de uma maior utilização da informação financeira como instrumento de gestão, uma vez que é uma fonte indispensável para o apuramento dos custos de obra, margens, entre outros, sendo uma mais-valia para o controlo deste tipo de unidades (Gouveia et al., 2015). Por sua vez, conforme refere Witt et al. (2018), as empresas que menos utilizam a contabilidade no processo de tomada de decisão são as empresas de prestação de serviços e indústrias, enquanto as que mais utilizam são as empresas que apresentam o comércio como setor de atividade.

2.2.2.3. Características do serviço de contabilidade

- **Tipo de serviço da contabilidade**

Segundo a literatura, o tipo de serviço da contabilidade, ou seja, se esta é efetuada internamente ou externamente à empresa, poderá influenciar a utilização da informação financeira na tomada de decisão, sendo que, em vários estudos (e.g., Santos, 2016; Serrasqueiro & Nunes, 2004), os resultados evidenciam que a importância atribuída à informação financeira e a sua efetiva utilização é maior quando a mesma é elaborada na própria empresa.

De acordo com Serrasqueiro e Nunes (2004), quando a contabilidade é efetuada externamente, isso poderá significar que a principal finalidade da sua elaboração é o cumprimento de obrigações fiscais e legais. Isto pode acontecer porque o gestor apresenta dificuldades na análise e interpretação das demonstrações financeiras e, por isso, não considera a informação financeira um fator importante na tomada de decisões estratégicas e operacionais. Nessa situação, o contabilista pode desempenhar um papel importante de aconselhamento junto do gestor, ajudando-o a interpretar e utilizar de forma mais eficaz a informação financeira produzida (Serrasqueiro & Nunes, 2004).

- **Utilização de contabilidade de gestão**

Conforme o estudo desenvolvido por Serrasqueiro e Nunes (2004), os resultados evidenciam que a importância atribuída à informação contabilística é maior quando a empresa elabora contabilidade de gestão, o que parece indicar que nessas empresas a contabilidade não é feita unicamente com o propósito do cumprimento das obrigações legais e fiscais. De notar que, de um modo geral, o desempenho das empresas é beneficiado quando há uma maior utilização da contabilidade de gestão (López & Hiebl, 2015).

- **Periodicidade do regime de Imposto sobre Valor Acrescentado**

De acordo com Serrasqueiro & Nunes (2004), a utilização da informação financeira por parte dos gestores é superior em empresas com um regime de Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) mensal. A periodicidade do regime do IVA está relacionada com o volume de negócios de uma empresa, mas o facto de haver a necessidade de tratamento de dados e a divulgação da informação ser realizada com uma maior regularidade, pode influenciar a importância atribuída a esta fonte de informação.

2.2.3. Limitações da informação financeira no processo de tomada de decisão

A verdade é que nem sempre a contabilidade consegue afirmar adequadamente o seu papel no processo de tomada de decisão dos gestores, pelo que existem limitações inerentes à sua utilização. Neste seguimento, atendendo à noção tradicional da contabilidade, Salehi (2024) elaborou um estudo com o objetivo de identificar as deficiências inerentes ao papel da contabilidade no processo de tomada de decisão do gestor, por meio de uma revisão dos estudos teóricos previamente publicados. Nesse artigo, o autor dividiu as deficiências da contabilidade no processo de tomada de decisão em três secções: diluição do conteúdo da informação de relato financeiro, práticas incorretas dos prestadores de informação contabilística e falta de vontade dos gestores em utilizar a informação contabilística.

No que respeita à diluição do conteúdo da informação de relato financeiro, sabe-se que o objetivo do relato financeiro consiste em fornecer informações que possam ser utilizadas para tomar decisões. Contudo, a informação fornecida pelo sistema contabilístico se não compreender as características qualitativas previstas, pode diminuir e diluir o conteúdo da informação de relato financeiro. Várias razões podem levar a essa situação, o que pode dificultar a utilização eficaz dessa informação. Algumas destas razões são descritas de seguida, tal como refere Salehi (2024).

- **Falta de apresentação de informação prospetiva**

As informações produzidas pelos sistemas contabilísticos estão relacionadas com a ocorrência de acontecimentos passados e, como resultado, podem não refletir com precisão a situação financeira atual ou as perspetivas futuras de uma empresa, pelo que esta informação pode não ser útil para os gestores para a tomada de certas decisões (Salehi, 2024).

- **A importância da informação integrada**

Uma das maiores limitações da informação financeira é o facto de considerar apenas a atividade económica que pode ser medida em dinheiro, enquanto existem outros fatores, entre os quais a capacidade dos funcionários, a capacidade de produção, a competitividade, que produzem valor para a empresa, mas que não podem ser mensurados em termos monetários e pelos princípios da medição contabilística (Salehi, 2024). Portanto, a análise das demonstrações financeiras deve ser efetuada de forma cautelosa, uma vez que nem tudo o que é importante está presente nas mesmas (Alves, 2015). Por este motivo, cada vez mais é valorizada a informação não financeira, pois esta pode ajudar as partes interessadas a avaliar o desempenho ambiental, social e de governação, algo que a informação financeira não tem a capacidade de fazer (Salehi, 2024).

- **Informação contabilística não atempada**

É fundamental que a informação seja atual e esteja disponível para os decisores aquando da tomada de decisões, antes que essa informação perca o poder de influenciar os julgamentos (Salehi, 2024). Neste sentido, os gestores esperam utilizar dados contabilísticos para planear e analisar as suas áreas de responsabilidade, mas como estes dados, por vezes, são fornecidos de forma lenta, tardia e muitas vezes incompleta, os gestores são forçados a recorrer a um conjunto vasto de recursos informativos adicionais (Gullberg, 2014).

Assim sendo, para que a contabilidade alcance o objetivo de fornecer informação útil aos seus utilizadores em todo o tipo de decisões, é necessário eliminar o desfasamento temporal entre a data dos factos patrimoniais e a contabilização dos mesmos, contribuindo, desta forma, para o fornecimento de informações úteis para o processo tomada de decisão em momento oportuno. Por exemplo, a elaboração anual das demonstrações financeiras pode ser insuficiente, uma vez que os gestores ao tomar decisões, frequentemente, dispõem de informação desatualizada. Por isso, deve-se considerar prioritária a elaboração mais regular das demonstrações financeiras, com o objetivo de fornecer aos gestores

informações atualizadas e relevantes, apoiando-os de forma contínua na tomada de decisões. (Serrasqueiro & Nunes, 2004).

- **Complexidade da informação e diferentes métodos contabilísticos**

A informação contabilística pode ser bastante complexa devido à existência de diversos métodos contabilísticos que levam à apresentação de diferentes informações e que podem ofuscar a qualidade da comparabilidade da informação e, assim, provocar uma variedade de decisões dos gestores. Ou seja, essa liberdade dos gestores e contabilistas na escolha e utilização dos métodos contabilísticos afeta a comparabilidade da informação, o que pode resultar no fornecimento de informações diversas e, por vezes, incomparáveis para a tomada de decisões (Salehi, 2024).

Quanto às práticas incorretas dos prestadores de informação contabilística, que compreendem tanto os contabilistas como os auditores, sabe-se que, ao longo dos tempos, foram ocorrendo vários escândalos financeiros que demonstram a negligência dos contabilistas e auditores enquanto emissores e validadores da informação financeira, o que faz com que os gestores questionem a veracidade da informação aquando da sua utilização. Neste sentido, essa negligência pode dever-se às situações descritas de seguida (Salehi, 2024).

- **Deficiência do sistema de controlo interno**

A investigação empírica presente no artigo anteriormente mencionado demonstra que a fragilidade dos controlos internos aumenta: a gestão dos resultados, a má gestão dos inventários, o abuso de informação privilegiada, a ineficiência do investimento, o risco de auditoria e a deturpação de dados financeiros (Salehi, 2024). Assim, um controlo interno ineficiente somado à falta de valores éticos faz com que as organizações corram maiores riscos de fraudes (Lima et al., 2012), sendo que isso pode levar a que seja reduzida a confiança na informação contabilística para as decisões de gestão.

- **Não cumprimento da ética profissional**

Devido ao aumento dos escândalos financeiros recentes, verifica-se que a adesão a normas e critérios técnicos é insuficiente para que os contabilistas cumpram as obrigações profissionais, exigindo-se ética profissional (Salehi, 2024). Por exemplo, em Portugal, existe o Código Deontológico da Ordem dos Contabilistas Certificados (CDCC), no qual é afirmado que “no exercício da profissão, os contabilistas certificados devem respeitar as normas legais e os princípios contabilísticos em vigor,

adaptando a sua aplicação à situação concreta das entidades a quem prestam serviços, pugnando pela verdade contabilística e fiscal, evitando qualquer situação que ponha em causa a independência e a dignidade do exercício da profissão” (CDCC, artigo 2.º).

Contudo, como o comportamento ético dos profissionais de contabilidade nem sempre é garantido e como há oportunidades para manipulações significativas de dados que podem levar à prática de crimes graves, como evasão e fraude fiscais, isso pode conduzir a uma utilização limitada da informação contabilística na tomada de decisão, devido à falta de confiança dos gestores nessa informação (Jaijairam, 2017).

Por último, no que concerne à falta de vontade dos gestores em utilizar a informação contabilística, sabe-se que os gestores dispõem de várias fontes de informação, incluindo a informação contabilística, para a tomada de decisões informadas acerca de problemas relacionados com a própria empresa. Portanto, a informação contabilística pode ser uma ferramenta muito importante para facilitar a tomada de decisões, embora, por várias razões, os gestores não utilizem corretamente esta informação. De seguida são apresentadas algumas das razões pelas quais os gestores hesitam em utilizar os dados contabilísticos, segundo Salehi (2024).

- **Falta de familiaridade dos gestores com conceitos contabilísticos especializados**

Muitas vezes, os gestores não têm tempo nem formação suficiente para se familiarizarem com os conceitos contabilísticos, pelo que não conseguem utilizar essa informação em profundidade no momento da tomada de decisões, levando-os a ignorar informação contabilística importante (Salehi, 2024). No entanto, se os gestores conseguirem compreender e analisar essa informação valiosa, podem utilizá-la como um instrumento eficaz na tomada de decisões em várias situações. Para isso, é importante salientar que, em vez de relatórios e análises complexos e sofisticados, os gestores necessitam de informações contabilísticas que sejam facilmente compreensíveis e que forneçam uma história de bom senso sobre o desempenho organizacional (Hall, 2010).

- **A ambiguidade e o conflito do papel do gestor e do contabilista**

Na perspetiva da teoria da agência, que associa a remuneração dos gestores aos resultados divulgados, por vezes, os gestores têm um forte incentivo para ocultar informações que reduzem os lucros, de modo a alcançarem determinados objetivos a nível da empresa para benefício próprio (Salehi,

2024). Assim, nestas situações, pode não ser conveniente utilizar a informação financeira na tomada de decisões.

2.3. Empresas familiares

2.3.1. Definições de empresa familiar

As empresas familiares são a tipologia empresarial predominante na economia portuguesa e internacional. Contudo, a sua relevância no contexto económico e social não é materializada no conhecimento existente acerca deste tipo de organizações. Apesar do aumento significativo de estudos realizados, sobretudo nas últimas quatro décadas, não existe um consenso relativamente à definição de empresas familiares, condicionando, desta forma, a existência de um quadro teórico estável no que respeita a estas unidades empresariais (Nora & Marques, 2021).

De facto, o desenvolvimento da investigação acerca das empresas familiares como um campo académico autónomo iniciou com o artigo de Donnelley, publicado na *Harvard Business Review*, em 1964. Nesse artigo, uma empresa era considerada familiar quando estava “intimamente identificada com, pelo menos, duas gerações de uma família e quando esta ligação tem uma influência mútua na política da empresa e nos interesses e objetivos da família” (Harms, 2014, p.284). A partir daí, foram surgindo mais estudos acerca desta tipologia empresarial e, conseqüentemente, várias formas de definir empresas familiares, uma vez que cada investigador, por necessidades operacionais, propõe a sua própria definição (Ussman, 2004). A confusão era tal que Handler (1989) salientou que “definir a empresa familiar é o primeiro e mais óbvio desafio que o investigador de empresas familiares enfrenta”.

A verdade é que as definições de empresa familiar foram formuladas tendo em conta diferentes contextos regionais e nacionais (por exemplo, americano, asiático ou europeu) com diferentes histórias, culturas e religiões (por exemplo, budismo, hinduísmo). Neste sentido, por exemplo, nos países asiáticos ou africanos existe uma forte noção de família alargada, enquanto nos contextos norte-americanos e da Europa Ocidental o conceito de família tem um carácter mais nuclear. Além disso, tais definições foram formuladas por investigadores de diversas disciplinas com diferentes prioridades e perspetivas (por exemplo, Direito, Gestão ou Sociologia) (Hernández-Linares et al., 2018). Isto pode justificar a diversidade de definições de empresa familiar e o porquê de não ser possível apresentar um conceito universalmente aceite da mesma.

Considerando a perspectiva de alguns investigadores internacionais, Kontinen e Ojala (2012, p.502) salientaram na sua investigação que “uma empresa familiar é uma empresa em que a família: controla o maior bloco de ações ou votos, tem um ou mais dos seus membros em posições chave de gestão e tem membros de mais de uma geração ativamente envolvidos na empresa”, enquanto Fuentes-Lombardo et al. (2011) assumiram nos seus estudos que uma empresa é familiar quando o seu proprietário a identifica como tal.

Em Portugal, Ussman (2004, p.20) definiu empresa familiar como “aquela em que propriedade (ainda que parcial) e controle estão nas mãos de um grupo unido por relações de parentesco (podendo tratar-se de uma ou mais famílias a formar tal grupo)”. Por sua vez, Todo Bom (2020, p.29) partilhou no seu livro “Manual de Gestão de Empresas Familiares” a seguinte definição:

Empresa em que um grupo familiar está em condições de designar o executivo máximo da empresa e de definir a sua estratégia empresarial com o fim último de continuidade geracional, baseado no desejo conjunto do fundador e seus sucessores de manterem o controlo da propriedade e da gestão na família.

Todo Bom (2020, p.29) apresentou ainda uma outra definição, mais comum nos manuais de gestão empresarial, onde descreve a empresa familiar como:

Empresa em que uma ou mais famílias, interligadas, detém uma maioria absoluta ou relativa - bloco de controlo - do capital da empresa e que por essa via determinam a nomeação dos principais órgãos de gestão, incluindo o CEO - *Chief Executive Officer*, que é, recorrentemente, um membro de uma das famílias em causa. Numa empresa familiar, verifica-se, cumulativamente: o controlo da propriedade por um ou mais membros de uma família ou de uma parceria de famílias; a influência estratégica pelos membros da família na gestão da empresa; a preocupação na empresa pelas relações de família; e a ambição de continuidade da empresa na família através das gerações seguintes.

Segundo a AICEP (2020), como não existe uma definição única de empresa familiar na literatura, a Associação das Empresas Familiares (AEF), entidade que representa, defende e promove as empresas familiares em Portugal, adota a seguinte definição de empresa familiar, determinada por um grupo de peritos destacado pela Comissão Europeia (2009, p.10):

1. A maioria dos direitos de decisão está na posse da(s) pessoa(s) singular(es) que fundou(aram) a empresa, ou na posse da(s) pessoa(s) singular(es) que adquiriu(aram) o capital social da empresa, ou na posse dos seus cônjuges, pais, filhos ou herdeiros diretos dos filhos;
2. A maioria dos direitos de decisão são indiretos ou diretos;

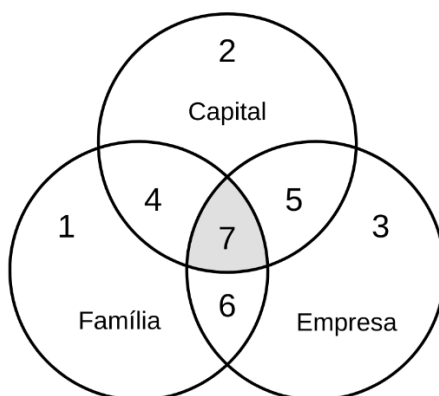
3. Pelo menos um representante da família ou dos parentes está formalmente envolvido no controlo da empresa;
4. As empresas cotadas em bolsa correspondem à definição de empresa familiar se a pessoa que criou ou adquiriu a empresa (capital social) ou os seus familiares ou descendentes possuem 25% dos direitos de decisão conferidos pelo seu capital social.

O grupo de peritos recomendou a utilização desta definição nos Estados-Membros para produzir informações quantitativas (e comparáveis a nível europeu) sobre o setor das empresas familiares, pois foram identificadas mais de 90 definições de empresas familiares e reconhecida a grande dificuldade em obter um consenso em torno da sua definição, pelo que se procurou estabelecer uma definição clara e abrangente que resultou na definição descrita anteriormente (Comissão Europeia, 2009).

2.3.2. Estrutura e características das empresas familiares

Apesar da falta de entendimento sobre a definição de empresa familiar, existe uma aprovação geral de que a mesma tem de incorporar três elementos essenciais: a Família, a Empresa e o Capital, sendo a junção desses elementos designada por Modelo dos Três Círculos, desenvolvido por Tagiuri e Davis (1996) (ver Figura 3). Apesar de este ser um modelo com algumas décadas é, ainda, bastante citado na literatura atual (e.g., Zellweger, 2017; Todo Bom, 2020; Brigham & Payne, 2023).

Figura 3. Modelo dos Três Círculos



Fonte: Tagiuri e Davis (1996, p.200); Gersick et al. (1997, p.6).

Legenda:

- 1 - Membros da família que não têm participações no capital nem trabalham na empresa;
- 2 - Detentores de participações sociais que não são membros da família e não trabalham na empresa;
- 3 - Trabalhadores que não são membros da família e não têm participações no capital da empresa;
- 4 - Membros da família que têm participações no capital da empresa, mas que não trabalham na mesma;
- 5 - Detentores de participações sociais que não são membros da família, mas que trabalham na empresa;
- 6 - Membros da família que trabalham na empresa, mas não têm participações no capital da empresa;
- 7 - Membros da família que têm participações no capital da empresa e trabalham na mesma.

A sobreposição dos membros da família, do capital e da empresa gera as muitas características das empresas familiares que as distinguem das não familiares. Estas apresentam vários atributos únicos e inerentes, e cada um destes atributos-chave é uma fonte de benefícios e desvantagens para as famílias proprietárias, para os funcionários não familiares e para os funcionários familiares. Como resultado do seu potencial latente negativo e positivo, estas características inerentes designam-se Atributos Bivalentes. Assim, o desafio neste tipo de organizações é gerir esses atributos, de modo a maximizar os seus efeitos positivos e minimizar as suas consequências negativas (Tagiuri & Davis, 1996). De seguida, são apresentados no Quadro 1 os Atributos Bivalentes, segundo Tagiuri e Davis (1996).

Quadro 1. Atributos bivalentes e a respetiva descrição

Atributos Bivalentes	Descrição
Funções Simultâneas	Os membros da família que trabalham na empresa familiar podem ter três papéis simultâneos. Como membros da família, preocupam-se, principalmente, com o bem-estar e a unidade da família; como proprietários estão interessados no retorno do investimento e na viabilidade da empresa; como gestores trabalham para a eficácia operacional da empresa.
Identidade Partilhada	Os familiares que trabalham juntos partilham um sentido de identidade que tem uma influência significativa e importante no comportamento dos familiares, tanto no trabalho como fora dele. Isto resulta a que cada ação de cada funcionário - parente tenha um significado tanto empresarial como familiar.
História Comum ao Longo da Vida	O comportamento dos familiares que trabalham em conjunto é influenciado, em parte, pelo facto de terem vivido uns com os outros durante toda a vida, onde aprenderam muito sobre os pontos fortes e fracos uns dos outros. Com isto, podem tentar tirar partido dos pontos fortes de cada um e trabalhar para complementar as fraquezas do outro ou podem apontar as fraquezas do seu familiar para prejudicar a sua posição na empresa.
Envolvimento Emocional e Confusão	Como resultado da combinação de benefícios e constrangimentos que os familiares apresentam uns aos outros ao longo da história da sua relação, os membros da família nutrem sentimentos positivos e negativos poderosos uns pelos outros. Ou seja, têm sentimentos ambivalentes uns em relação aos outros.

Linguagem Privada dos Familiares	As línguas privadas, "línguas de família", permitem aos membros da família comunicar de forma mais eficiente do que é geralmente possível entre não parentes, o que pode permitir que os familiares troquem mais informações com maior privacidade e cheguem a decisões mais rapidamente do que os não familiares. No entanto, alguns aspetos desta linguagem privada podem desencadear reações sensíveis e dolorosas que podem distorcer a comunicação.
Conhecimento Mútuo e Privacidade	Os membros da família têm uma consciência apurada das circunstâncias uns dos outros, sendo criada através de três canais. Em primeiro, existe a comunicação explícita entre os membros da família, uma vez que os familiares podem ver-se com mais frequência em muitos tipos de negócios e contextos sociais. Em segundo, os membros da família têm uma linguagem privada que ajuda a conhecerem-se uns aos outros. Em terceiro, os membros da família partilham parentes que podem transmitir informações de um parente para outro.
Significado da Empresa Familiar	Consoante a geração da empresa e a duração da ligação da família à mesma, a organização assume significados particulares para os membros da família proprietária. A empresa (especialmente uma empresa da primeira geração) é normalmente considerada como parte da família e os familiares podem frequentemente ter sentimentos fortes em relação a ela.

Fonte: Tagiuri e Davis (1996, pp.3-7).

A verdade é que vários estudos (e.g., Anderson & Reeb, 2003; Arrondo-Garcia et al., 2016; Zattoni et al., 2012) demonstram que as empresas familiares apresentam um desempenho superior comparativamente às empresas não familiares em termos de vendas, lucros e outras medidas de crescimento. Por um lado, este elevado desempenho é o resultado dos pontos fortes inerentes que as empresas familiares apresentam em comparação com as restantes (*International Finance Corporation*, 2018). Segundo a *International Finance Corporation* (2018), alguns desses pontos fortes são:

- Compromisso - A família, enquanto proprietária da empresa, demonstra a maior dedicação em ver a sua empresa crescer, prosperar e ser transmitida às gerações seguintes. Como resultado, muitos membros da família identificam-se com a empresa e estão, normalmente, dispostos a trabalhar mais e a reinvestir parte dos seus lucros na empresa para permitir o seu crescimento a longo prazo.
- Continuidade do conhecimento - As famílias empresárias têm como prioridade transmitir os seus conhecimentos, experiência e competências acumulados às gerações seguintes. Muitos membros da família iniciam na empresa familiar desde muito jovens, o que faz aumentar o seu nível de empenho e fornece-lhes as ferramentas necessárias para gerir a empresa familiar.
- Fiabilidade e orgulho - Uma vez que as empresas familiares têm o seu nome e reputação associados aos seus produtos e/ou serviços, esforçam-se por aumentar a qualidade da sua

produção e por manter uma boa relação com os seus parceiros (clientes, fornecedores, funcionários, comunidade, entre outros).

Outros pontos fortes que fazem com que as empresas familiares se destaquem comparativamente com as não familiares são: o consentimento recíproco entre os membros da família; a versatilidade no trabalho, no tempo e no dinheiro; a cultura empresarial estável; a rapidez na tomada de decisões; a eficácia; a maior motivação dos membros da família como trabalhadores; e o planeamento a longo prazo (Murinova & Koráb, 2018).

Por outro lado, a característica mais frequentemente citada na literatura acerca das empresas familiares é o facto de muitas delas não conseguirem ser sustentáveis a longo prazo, pois cerca de dois terços a três quartos das empresas familiares ou entram em colapso ou são vendidas pelo(s) fundador(es) durante o seu próprio mandato, e apenas 5% a 15% continuam na terceira geração nas mãos dos descendentes do(s) fundador(es) (*International Finance Corporation*, 2018). Conforme menciona *International Finance Corporation* (2018), esta elevada taxa de insucesso entre as empresas familiares é atribuída a uma multiplicidade de razões, que representam os seguintes pontos fracos:

- Complexidade - As empresas familiares são geralmente mais complexas em termos de governação, devido à adição da variável familiar. O facto de acrescentar as emoções e os problemas familiares à empresa aumenta a complexidade das questões com que estas empresas têm de lidar. Ao contrário do que acontece noutros tipos de empresas, os membros da família desempenham papéis diferentes na empresa, o que por vezes pode levar a um desalinhamento dos incentivos entre todos os membros da família.
- Informalidade - Uma vez que a maioria das famílias gere as suas empresas, existe normalmente muito pouco interesse em estabelecer práticas e procedimentos empresariais claramente articulados. À medida que a família e a sua empresa crescem, esta situação pode levar a muitas ineficiências e conflitos internos que podem ameaçar a continuidade da empresa.
- Falta de disciplina - Muitas empresas familiares não prestam atenção suficiente às principais áreas estratégicas, tais como: planeamento da sucessão do CEO e de outros cargos de gestão chave; emprego de membros da família na empresa; e atrair e reter gestores externos qualificados. Atrasar ou ignorar estas decisões estratégicas importantes pode levar ao fracasso de qualquer empresa familiar.

Além disso, as fraquezas das empresas familiares são também causadas pela necessidade de canais de comunicação de alta qualidade entre a família e a empresa familiar; falta de vontade de recorrer a fontes de financiamento externas; o elevado potencial de conflitos; e a fraca capacidade de reação aos desafios globais (Murinova & Koráb, 2018).

Efetivamente, os proprietários de empresas familiares bem-sucedidos aprendem a gerir duas facetas da governação. A governação empresarial, que abrange a direção das operações e da estratégia da empresa e, em segundo lugar, a governação familiar, que proporciona um quadro de regras que define as funções e responsabilidades dos membros da família e a forma como a família interage com a empresa (*IFB Research Foundation*, 2019).

Mais concretamente, no que concerne à governação empresarial, esta refere-se às estruturas e processos de direção e controlo das empresas, que dizem respeito às relações entre a direção, o conselho de administração, os acionistas majoritários, os acionistas minoritários e outras partes interessadas. A boa governação das empresas contribui para o desenvolvimento económico sustentável e melhoria do seu desempenho (*International Finance Corporation*, 2018).

Por sua vez, na governação familiar, o foco deve ser

na procura de consensos em matérias onde os desejos dos proprietários são mais importantes, bem como em proporcionar aos membros da família um sentido partilhado de identidade e missão que transcenda os seus interesses individuais na empresa. Embora cada empresa familiar seja única, a adoção de processos de governação sistemáticos pode ajudar qualquer empresa familiar a atingir objetivos partilhados por praticamente todos: tomada de decisões ordenada, continuidade pacífica e a liberdade de tomar decisões com base nos melhores e mais elevados objetivos da empresa e da família (Aronoff & Ward, 2011, p.84).

Assim, separar a tomada de decisões familiares e empresariais pode ser complicado, pois, na maioria das empresas familiares, os indivíduos têm frequentemente papéis duplos. Contudo, não é possível, ou mesmo desejável, eliminar todos os interesses pessoais ou conflitos de interesse, pelo que os procedimentos de governação familiar facilitam a sua identificação e resolução com razoável objetividade, ajudando a preservar o equilíbrio e a boa gestão dentro da empresa familiar (*IFB Research Foundation*, 2019).

2.3.3. O peso das empresas familiares

As empresas familiares desempenham um papel crucial nas economias de todo o mundo, sendo responsáveis por uma parcela significativa da criação de empregos e geração de riqueza. Além de estarem presentes nos mais diversos setores de atividade, também abrangem todas as categorias de empresas, desde micro a grandes empresas, como será demonstrado de seguida.

- **Por país**

De facto, as empresas familiares são de extrema importância para as maiores economias do mundo, representando entre 80% a 95% das empresas nos EUA e na América Latina, e mais de 80% das empresas na Europa e na Ásia. Estas empresas de propriedade familiar representam mais de 50% do PIB das economias mais avançadas do mundo e empregam a maioria da população (Poza & Daugherty, 2014). Já a nível nacional, embora não existam estatísticas que permitam avaliar a representatividade das empresas familiares em Portugal de forma exata, estima-se que mais de 70% das empresas portuguesas sejam familiares (AEF, 2023), contribuindo para 2/3 do PIB nacional e em 50% para geração de emprego (Marques et al., 2018).

- **Por dimensão**

Relativamente à dimensão das empresas familiares, Marques et al. (2018) elaborou um estudo de mapeamento de empresas familiares na região Norte de Portugal, tendo verificado que 10% dessas empresas familiares não incorporam nenhum trabalhador e 70,7% são microempresas, pois empregam menos de 10 trabalhadores. Também muito significativa é a percentagem de pequenas empresas (10 a 49 trabalhadores), com 16,3%, sendo ainda de realçar a presença de médias e grandes empresas familiares, apesar da baixa percentagem (1,7% e 1,2%, respetivamente).

Não obstante, a *Euronext* anunciou em 2017 o lançamento do *Euronext Family Business*, o primeiro índice europeu dedicado às empresas familiares, concebido para destacar o desempenho de empresas familiares cotadas nas quatro capitais dos países abrangidos (Amesterdão, Bruxelas, Lisboa, Paris) (*Euronext*, 2024). No ano de 2021, este índice compreendia 19 empresas portuguesas, das quais 6 ocupavam um dos 100 primeiros lugares: Jerónimo Martins, Galp Energia, The Navigator Company, Corticeira Amorim, NOS SGPS e Sonae (*Euronext*, 2024). Isto significa que, apesar de existir uma ideia pré-concebida de que as empresas familiares são, normalmente, caracterizadas como micro e/ou pequenas empresas, existem vários exemplos em Portugal que contrariam esta ideia, pois algumas das maiores empresas portuguesas são empresas familiares.

- **Por setor de atividade**

As empresas familiares encontram-se em todos os setores de atividade, sendo que em alguns deles são líderes mundiais, o que revela que as mesmas podem ser modernas e competitivas, mesmo com uma grande presença familiar na propriedade e/ou gestão operacional (Marques et al., 2018).

Novamente com base no estudo do mapeamento das empresas familiares da região Norte de Portugal (Marques et al., 2018), denota-se que esta tipologia de empresas se encontra espalhada por diversos setores de atividade, destacando-se o comércio por grosso e a retalho (26,6%), das indústrias transformadoras (17,3%) e da construção (10%). Mais precisamente, realça-se a presença de empresas familiares no comércio quer em serviços relacionados com turismo (através do alojamento, restauração, transporte e imobiliária, entre outros), quer em domínios relacionados com as tecnologias e atividades de consultoria científica e técnica, envolvendo a necessidade de trabalhadores com qualificação de nível superior. Além disso, observa-se a presença das empresas familiares no setor da indústria transformadora, remetendo para o papel central de geração de riqueza e criação de empresas, bem como no setor da construção que constitui um setor económico com enorme poder de “alavancagem” de outras atividades satélites (Marques et al., 2018).

2.4. Em resumo

No presente capítulo, primeiramente, foram abordados os conceitos de contabilidade e a sua evolução, na medida em que, até há poucas décadas, a contabilidade era vista apenas como uma prática técnica. Contudo, com a crescente consciencialização da sociedade em geral sobre seu impacto no cenário ambiental e social e da necessidade de construir um mundo melhor, Carnegie et al. (2021) destacaram as dimensões social e moral, para além da técnica, na definição de contabilidade proposta.

Posteriormente, foi explorado o papel da informação contabilística no processo de tomada de decisão dos gestores. Há fatores que condicionam a utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão, podendo estar relacionados com características dos gestores e/ou proprietários, da empresa ou do próprio serviço de contabilidade (ver Gouveia et al., 2015; Hamadi et al., 2011; Serrasqueiro & Nunes, 2004; Santos, 2016). Existem também limitações inerentes relacionadas com a diluição do conteúdo da informação de relato financeiro, práticas incorretas dos prestadores de informação contabilística e falta de vontade dos gestores em utilizar a informação contabilística (Salehi, 2024).

Finalmente, foi analisada a tipologia empresarial predominante na economia portuguesa e internacional, ou seja, as empresas familiares. Estas unidades empresariais possuem características específicas que as diferenciam de outras formas de organização, contudo, são fontes tanto de vantagens como de desvantagens, pelo que o desafio das empresas familiares é gerir esses atributos, de modo a maximizar os seus efeitos positivos e minimizar as suas consequências negativas (Tagiuri & Davis, 1996).

3. Metodologia

Tal como descrito inicialmente, a presente investigação pretende dar resposta às seguintes questões de investigação:

- Qual é a perceção dos gestores de empresas familiares sobre a importância e utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão?
- Quais são os fatores que influenciam a importância e utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão dos gestores nas empresas familiares?
- Quais são as principais limitações e desafios que os gestores de empresas familiares enfrentam ao utilizar a informação contabilística no processo de tomada de decisão?

Assim, este capítulo apresenta as opções metodológicas efetuadas para a realização deste estudo. Na primeira secção é especificada a filosofia de investigação e as escolhas metodológicas. Na segunda secção são especificados e descritos os métodos de recolha e análise de dados, ou seja, a elaboração, apresentação e análise do questionário.

3.1. Perspetiva e métodos de investigação

A metodologia é caracterizada como sendo “a estratégia geral de investigação que define a forma como um projeto de investigação deve ser realizado e, entre outros aspetos, identifica os métodos a utilizar” (Igwenagu, 2016, p.8). Estes métodos, descritos na metodologia, definem os meios de recolha de dados ou, por vezes, a forma como um determinado resultado deve ser calculado (Igwenagu, 2016).

De facto, no processo de investigação, o investigador precisa de tomar um conjunto de decisões acerca da forma como pretende conduzir a sua pesquisa, nomeadamente, escolher o paradigma de investigação que melhor se ajusta ao fenómeno que pretende estudar. Essencialmente, um paradigma reflete o entendimento do investigador sobre a natureza da existência que está para além do debate "lógico" porque cada paradigma é "racional" dentro da sua própria lógica construída. Ou seja, não existe um fundamento “objetivo” para a escolha de um determinado paradigma, o que os investigadores podem fazer é trabalhar dentro de um paradigma que seja consistente com os pressupostos do próprio investigador, pressupostos esses que não podem ser testados com base em quaisquer fundamentos empíricos ou lógicos (Sobh & Perry, 2006).

Atualmente, em contabilidade, a investigação baseia-se, sobretudo, em três paradigmas de investigação reconhecidos por Hopper e Powell (1985), sendo eles, o paradigma positivista, interpretativo e crítico (Vieira, 2009). Contudo, sabe-se que desde a década de 1970, o paradigma do positivismo é o paradigma dominante para a investigação nas escolas de contabilidade e gestão, por meio da observação da realidade e do desenvolvimento de leis universais (Major, 2017; Sobh & Perry, 2006).

Assim, e tendo em consideração o tema da investigação, as questões de partida e os objetivos propostos, é adotada uma filosofia positivista, sendo o estudo quantitativo e de natureza exploratória no campo da informação não financeira no âmbito do processo de tomada de decisão.

A filosofia positivista caracteriza-se pelo facto de: a visão do investigador sobre a natureza da realidade ser externa, objetiva e independente dos atores sociais; só os fenómenos observáveis poderem fornecer dados credíveis, factos, havendo o foco na causalidade e generalizações semelhantes às leis, reduzindo os fenómenos a elementos mais simples; a pesquisa ser realizada de forma livre de valor, em que o investigador é independente dos dados e mantém uma postura objetiva; e as técnicas de recolha de dados serem, normalmente, altamente estruturadas, com grandes amostras, quantitativa, mas podem utilizar também métodos qualitativos (Saunders et al., 2009).

No entanto, é necessário considerar certos desafios e limitações inerentes à utilização da filosofia positivista (Alharahsheh & Pius, 2020):

- Os testes estatísticos podem ser utilizados de forma errada, conduzindo a interpretações incorretas no âmbito da investigação devido à seleção de testes estatísticos impróprios. Além disso, os resultados do teste, bem como a sua importância, dependem em grande medida da dimensão da amostra;
- As generalizações na investigação podem levar a ignorar a intenção dos indivíduos e, neste caso, as suas ações podem não ser totalmente exploradas e compreendidas. Em relação à natureza da investigação a ser conduzida pelo autor do estudo, é necessária uma maior profundidade para responder à questão principal da investigação com base nas perspetivas dos participantes;
- O positivismo é mais dependente do *status quo*, sendo os resultados da investigação mais descritivos. Por conseguinte, pode ser um desafio para os investigadores obterem uma visão mais aprofundada das questões que devem ser consideradas parte da sua investigação.

Contudo, apesar das limitações do paradigma positivista e da crescente procura de paradigmas alternativos, uma parte significativa da comunidade académica na área de contabilidade continua a utilizar a filosofia positivista como filosofia dominante (Major, 2017).

Como mencionado anteriormente, os métodos quantitativos de recolha e análise de dados estão, geralmente, associados à filosofia positivista, sendo, por esse motivo, a escolha metodológica utilizada neste estudo. A pesquisa quantitativa examina, então, as relações entre variáveis, que são medidas numericamente e analisadas através de uma série de técnicas estatísticas, normalmente técnicas de amostragem probabilística para garantir a generalização. Geralmente é associada a uma abordagem dedutiva, onde o foco está no uso de dados para testar a teoria. No entanto, também pode incorporar uma abordagem indutiva, onde os dados são usados para desenvolver a teoria (Saunders et al., 2009).

No âmbito da estratégia de investigação *survey*, optou-se por utilizar o inquérito por questionário como método de recolha de dados. A utilização de questionários oferece várias vantagens: é menos dispendioso, pois ao não entrevistar os respondentes é possível poupar tempo e recursos humanos e financeiros; e dispõe de um maior anonimato, na medida em que não há interação pessoal entre o investigador e o inquirido. Contudo, este método de recolha de dados também apresenta algumas desvantagens: a taxa de resposta pode ser baixa devido a fatores como a apresentação e extensão do questionário, a qualidade da carta de apresentação e a metodologia utilizada para a aplicação do questionário, o que pode condicionar o número de respostas; falta de oportunidades para esclarecer questões, uma vez que, se os inquiridos não entenderem alguma pergunta, quase não há oportunidade para serem esclarecidos, a menos que entrem em contacto com o investigador (o que não acontece com frequência); e a resposta a uma pergunta pode ser influenciada pela resposta a outras perguntas, pois os inquiridos podem ler todas as perguntas antes de responder e isso pode influenciar a forma como respondem a uma determinada questão (Kumar, 2011).

Por fim, o presente estudo caracteriza-se como exploratório, na parte em que aborda a informação não financeira no processo de tomada de decisão, pois trata-se de um tema ainda pouco explorado na literatura. Neste sentido, os estudos exploratórios têm como objetivo “procurar novos conhecimentos sobre os fenómenos, colocar questões e avaliar os fenómenos sob uma nova luz” (Saunders et al., 2009, p. 670).

3.2. Elaboração, apresentação e análise do questionário

Tal como referido anteriormente, na presente investigação foi desenvolvido um inquérito por questionário, direcionado a gestores e/ou proprietários com funções de gestão em empresas familiares. O questionário, cuidadosamente preparado com base na revisão de literatura apresentada no Capítulo 2, foi elaborado com o intuito de recolher dados que permitissem responder às questões de investigação e atender aos objetivos propostos neste estudo.

Desta forma, foi seguido um conjunto de passos e critérios estabelecidos para a construção e validação do questionário, garantindo a sua qualidade e rigor. Esses passos e critérios serão detalhados de seguida, evidenciando o cuidado metodológico aplicado em cada uma das etapas do processo.

3.2.1. Formular questões que permitam obter a informação necessária

Num questionário é possível utilizar perguntas abertas e perguntas fechadas. As perguntas abertas permitem aos inquiridos dar respostas de acordo com as suas próprias palavras, enquanto as perguntas fechadas fornecem uma série de respostas alternativas, a partir das quais o inquirido é instruído a escolher (Saunders et al., 2009). Ou seja, a diferença entre perguntas abertas e perguntas fechadas encontra-se, essencialmente, na forma como a resposta é dada, pois as perguntas abertas requerem uma resposta construída e escrita pelo respondente, ao invés das perguntas fechadas, em que o respondente tem de escolher entre respostas alternativas apresentadas pelo investigador (Hill & Hill, 1998).

Por sua vez, dentro das perguntas fechadas, existem diferentes tipos de perguntas, nomeadamente, as perguntas de lista, categoria, classificação, entre outras. As perguntas de lista caracterizam-se como uma lista de itens que é oferecida ao inquirido, onde qualquer um pode ser selecionado. Estes tipos de perguntas são úteis quando é necessário ter certeza de que o respondente considerou todas as respostas possíveis, mas, estas devem ser definidas de forma clara e significativa para quem está a responder (Saunders et al., 2009). As perguntas de categoria são projetadas para que a resposta de cada inquirido se possa encaixar em apenas uma categoria e são particularmente úteis se for necessário recolher dados sobre comportamentos ou atributos (Saunders et al., 2009). Nas perguntas de classificação é utilizado um dispositivo de classificação para registar respostas, normalmente de opinião, recorrendo à escala de Likert. Esta é composta por várias afirmações ou itens; o respondente

deve avaliar cada uma ou um conforme o grau de importância ou concordância pessoal. Geralmente, essa avaliação é feita numa escala que varia entre cinco e sete (Saunders et al., 2009). No questionário deste estudo optou-se pela escala 5 de Likert.

Assim, o questionário (ver Apêndice 1) foi elaborado na plataforma “*Google Forms*”, contém 45 questões e compreende perguntas abertas e fechadas, o que é útil quando o investigador pretende obter informação qualitativa para complementar e contextualizar a informação quantitativa obtida pelas outras variáveis (Hill & Hill, 1998). O questionário inclui 4 perguntas abertas (questões 19, 20, 28 e 31), e 41 perguntas fechadas, das quais 5 de lista (questões 14, 34, 38, 40 e 41), 29 de categoria (questões 1 a 13, 15 a 18, 21, 22 a 25, 29, 35, 36, 37, 39, 44 e 45) e 7 de classificação, das quais 5 numa escala de importância (questões 26, 27, 32, 33, 42) e 2 numa escala de frequência (questões 30 e 43).

Quando um questionário inclui perguntas fechadas, é necessário definir um conjunto de respostas alternativas para cada pergunta. Pode-se atribuir números a essas respostas, permitindo a sua análise por meio de técnicas estatísticas. Esses números, associados a um conjunto de respostas, correspondem a uma escala de medida. Existem diferentes tipos de escalas, mas as mais comuns são as escalas nominais e ordinais (Hill & Hill, 1998). As escalas nominais consistem “num conjunto de categorias de resposta qualitativamente diferentes e mutuamente exclusivas”, como, por exemplo, respostas de sim e não ou feminino e masculino (Hill & Hill, 1998, p. 25). É então possível atribuir um número a cada categoria para codificar as respostas, mas os números não implicam diferenças em quantidade, só servem para identificar a categoria qualitativa. Enquanto isso, as escalas ordinais, muitas vezes na forma de escala de Likert, “admitem uma ordenação numérica das suas categorias, ou seja, das respostas alternativas, estabelecendo uma relação de ordem entre elas” (Hill & Hill, 1998, p. 27). Contudo, não é possível medir a magnitude das diferenças entre as categorias. Assim, neste questionário foram utilizadas as escalas de medida nominal (questões 1, 4, 6 a 8, 12 a 14, 16 a 18, 21 a 23, 25, 29, 34 a 41, 44 e 45) e escalas de medida ordinal (questões 2, 3, 5, 9 a 11, 15, 24, 26, 27, 30, 32, 33, 42 e 43).

3.2.2. Definir estrutura do questionário, sequência das perguntas e o *layout*

Os questionários são, inicialmente, acompanhados por um texto de apresentação e/ou *e-mail* que explica o objetivo do inquérito (Saunders et al., 2009). Este texto deve ser redigido com cuidado, pois representa o primeiro contacto com o potencial respondente e forma as primeiras impressões, sendo

determinante para a sua decisão de cooperar ou não (Hill & Hill, 1998). Portanto, apesar de alguns membros da população acabarem por ignorar o texto de apresentação, muitas vezes é a única oportunidade que existe para convencer o inquirido a participar na pesquisa (Saunders et al., 2009).

Assim, esse texto deve, muito sucintamente e de forma clara: apresentar a pessoa que elaborou o questionário e a instituição que representa; descrever os principais objetivos do estudo; mencionar quem é o público-alvo do estudo; transmitir todas as instruções gerais; indicar que a participação no estudo é voluntária – se os destinatários não quiserem responder ao questionário têm o direito de não o fazer; apresentar o tempo de preenchimento estimado; assegurar aos inquiridos o anonimato das informações por eles fornecidas; e incluir um agradecimento pela participação no estudo (Kumar, 2011). O texto de apresentação elaborado que abre o questionário encontra-se no Apêndice 1 e o texto do *e-mail* enviado no Apêndice 2.

Posteriormente, relativamente ao questionário (ver Apêndice 1), as questões foram agrupadas em seis grupos principais e interligadas de acordo com as questões de investigação e objetivos comuns. No primeiro grupo procurou-se caracterizar o respondente. O segundo grupo tinha como intuito a caracterização da empresa familiar. O terceiro grupo pretendia caracterizar o serviço de contabilidade da empresa. No quarto grupo o objetivo era analisar que informações contribuíam para a eficácia da gestão empresarial, segundo a opinião do respondente. O quinto grupo serviu para compreender a importância e utilização percebida pelos respondentes acerca da informação financeira no processo de tomada de decisão e as principais limitações inerentes à sua utilização. Finalmente, o sexto grupo foi elaborado com o objetivo de compreender a importância e utilização percebida pelos respondentes acerca da informação não financeira no processo de tomada de decisão e os principais desafios para a sua utilização.

O Quadro 2 relaciona cada uma das 45 perguntas do questionário com a questão de investigação em que se enquadra e a respetiva fundamentação com base na literatura.

Quadro 2. Relação entre as questões de investigação, as questões do questionário e as fontes utilizadas

Questões de Investigação	Perguntas do Questionário	Fontes Utilizadas (Revisão de Literatura)
QI 1: Qual é a percepção dos gestores de empresas familiares sobre a importância e utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão?	26/27/28/29/30/31/ 32/33/35/42/43	Porton e Longary (2006); Pereira et al. (2021); İbicioğlu et al. (2010); Serrasqueiro e Nunes (2004); Moreira et al. (2013); Witt et al. (2018); Demiraj et al. (2021); Krechovská e Procházková (2014)
QI 2: Quais são os fatores que influenciam a importância e utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão dos gestores nas empresas familiares?	1/2/3/4/5/6/7/8/ 12/13/15/16/21/ 22/23/24/25/30/ 33/42/43/44/45	Serrasqueiro e Nunes (2004); Amoako (2013); Monteiro et al. (2021); Santos (2016); Hamadi et al. (2011); Gouveia et al. (2015); İbicioğlu et al. (2010); Serrasqueiro e Nunes (2012); Witt et al. (2018)
QI 3: Quais são as principais limitações e desafios que os gestores de empresas familiares enfrentam ao utilizar a informação contabilística no processo de tomada de decisão?	34/41	Salehi (2024); Jain e Tripathi (2022)

Além disso, é muito importante prestar atenção ao “*layout*” do questionário, pois se este for claro e atrativo aumenta a probabilidade de obter a cooperação dos respondentes, sendo o objetivo do investigador persuadir os potenciais inquiridos a responder ao questionário (Hill & Hill, 1998). Desta forma, na elaboração do questionário deste estudo teve-se em consideração que os questionários devem ser elaborados para facilitar a leitura de perguntas e o preenchimento de respostas, devendo ter, sempre que necessário, instruções para orientar os respondentes (Saunders et al., 2009).

Por sua vez, há uma visão generalizada de que questionários mais longos reduzem as taxas de resposta em relação a questionários mais curtos. Contudo, um questionário muito curto pode sugerir que pesquisa é insignificante e, portanto, não vale a pena se preocupar a responder (Saunders et al., 2009). Posto isto, é necessário ter em atenção ao tamanho do questionário e fazer um balanço entre a quantidade de perguntas e a qualidade das respostas, para o mesmo não se tornar exaustivo, o que poderia levar a uma baixa taxa de resposta. Mais uma vez, tentou-se seguir estas orientações.

3.2.3. Pré-teste

Antes de utilizar o questionário para a recolha de dados, é importante que o mesmo seja testado. O pré-teste de um instrumento de investigação envolve um exame crítico da compreensão de cada pergunta e do seu significado tal como é entendido por um inquirido. Este deve ser efetuado em condições reais de campo num grupo de pessoas semelhante à população em estudo (Kumar, 2011).

O objetivo do pré-teste é aperfeiçoar o questionário, de modo que os inquiridos não tenham problemas na compreensão e interpretação das perguntas e não haja problemas em registar os dados. Desta forma é possível obter uma avaliação da validade das perguntas e da fiabilidade provável dos dados que serão recolhidos (Saunders et al., 2009).

Neste sentido, foi pedido a um gestor de uma empresa familiar que não fazia parte da população, mas que apresentava características semelhantes à mesma, que testasse o questionário, comentando a representatividade e a adequação das perguntas. Mais especificamente, foi pedido que o inquirido comentasse e especificasse sobre: a clareza das instruções; se havia perguntas pouco claras ou ambíguas; se havia perguntas em que o inquirido se sentiu desconfortável em responder; se, na opinião do inquirido, houve omissões temáticas importantes; se o *layout* era claro e atraente; o tempo que o questionário demorou a ser preenchido; e quaisquer outros comentários que considerasse relevantes (ver Saunders et al., 2009). Assim, com base na análise e recomendações do inquirido, foram identificadas lacunas no questionário que, posteriormente, foram corrigidas, a fim de tornar o questionário mais claro e inequívoco, minimizando o risco de interpretações divergentes que poderiam comprometer a validade dos resultados obtidos (ver Saunders et al., 2009).

3.2.4. Seleção das empresas familiares alvo do estudo

A população sobre a qual incide este estudo diz respeito às empresas familiares, focando-se nos seus gestores, sócios, sócios-gerentes e qualquer outro indivíduo com funções de gestão na empresa. Inicialmente, a população escolhida seriam as empresas pertencentes à Associação das Empresas Familiares, que prontamente se disponibilizou a colaborar nesta investigação. Devido às suas políticas de proteção de dados e à impossibilidade de aceder à base de dados da mesma para saber quem eram os seus associados, a AEF disponibilizou-se a enviar ela própria os questionários aos seus associados. Contudo, apesar de a associação ter mais de 350 associados, numa fase inicial, a adesão ao questionário

foi praticamente nula, pelo que foi necessário recorrer a estratégias alternativas para a obtenção de respostas.

Em Portugal, é notória a dificuldade em obter informações individuais sobre empresas não cotadas, sendo essa dificuldade ainda mais acentuada quando se trata de informações relacionadas a empresas familiares. Portanto, derivado de uma pesquisa junto dos meios de comunicação, apenas foi possível identificar um conjunto de 20 empresas de cariz familiar, sendo estas, sobretudo, grandes empresas. Como esta população ainda era pouco significativa, devido à dificuldade na obtenção de respostas, foi necessário continuar a procurar alternativas para aumentar a população.

Neste sentido, baseado na estratégia de outras dissertações de mestrado e teses de doutoramento (Ferreira, 2020; Correia, 2020; Alves, 2015), recorreu-se à utilização do método de amostragem não probabilístico por conveniência. Desta forma, escolheu-se optar pela informação disponível no Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI, 2024) utilizando a listagem de empresas com o Estatuto PME Líder 2023, para auxiliar na formação da população.

A utilização da listagem das PME Líder 2023 apresenta vantagens, nomeadamente, por compreender empresas que: apresentam sede no território nacional; apresentam diferentes dimensões (pequenas e médias empresas); atuam em diferentes setores de atividade; e são de referência a nível nacional.

Numa primeira etapa, das 10.180 PME que constam na lista de PME Líder 2023, foram excluídas as empresas com: Denominação social “Unipessoal, Lda.” – nesta tipologia de empresas um único sócio detém a totalidade do capital, pelo que não pode ser considerada uma empresa de estrutura familiar; e Sede nas ilhas dos Açores e da Madeira – de forma a reduzir o número de empresas, uma vez que a listagem era bastante extensa. Assim, nesta etapa a lista de PME Líder 2023 ficou reduzida a 8.597 empresas.

De seguida, utilizou-se um critério de filtragem de modo a identificar as empresas cuja denominação social continham as referências “e Filho(s)/a(s), “e Irmão(s)”; “e Herdeiro(s), “e Sucessor(es)”, uma vez que desta forma era possível encontrar referências à família na própria designação da empresa. Com esta etapa foi possível identificar 434 empresas familiares.

Por fim, com as restantes empresas presentes na lista de PME Líder 2023, foi utilizada a base de dados *Orbis Europe*, para identificar potenciais empresas familiares. Segundo Belenzon e Zarutskie (2012), as empresas são classificadas como familiares se pelo menos dois sócios/acionistas tiverem

o(s) mesmo(s) apelido(s) e detiverem a maioria das quotas/ações da empresa. Neste sentido, através da *Orbis Europe* foi possível analisar informação relativamente aos apelidos dos proprietários e as participações sociais de cada um deles, e, dessa forma, assumir se se tratava efetivamente de uma empresa familiar. Por exemplo, se a maioria dos sócios tiver os mesmos apelidos, pode-se considerar que são da mesma família, bem como se sócios de géneros diferentes tiverem o mesmo último apelido, pode-se assumir que são casados. No entanto, esta classificação pode, por vezes, estar incorreta, originando erros no reconhecimento de empresas familiares, pois existem casos em que os sócios podem ser casados, mas a esposa não adota o apelido do marido. Além disso, atualmente existem casamentos de pessoas do mesmo sexo, pelo que não é necessário serem de géneros diferentes para serem casados e, desta forma, serem considerados da mesma família. E, ainda, os sócios podem ter os mesmos apelidos e não existir um laço familiar entre eles. De realçar que não foi possível realizar esta última etapa para todas as empresas presentes na lista de PME Líder 2023 devido à sua extensão. Contudo, foi possível identificar 1.985 potenciais empresas familiares.

Através da Tabela 1, constata-se que foi possível totalizar 2.789 empresas familiares, que representa a população do estudo.

Tabela 1. Critérios e fontes de informação para constituir a população do estudo

Critérios e Fontes de Informação	N
Associação das Empresas Familiares	350
Comunicação Social	20
Denominação Social - PME Líder 2023	434
Base de Dados <i>Orbis Europe</i> - PME Líder 2023	1.985
Número total de empresas familiares	2.789

3.2.5. Envio do questionário e recolha de dados

Após a elaboração e validação do questionário, a etapa seguinte consistiu no envio dos mesmos para as empresas familiares previamente identificadas. Os endereços de correio eletrónico dessas empresas foram obtidos através da base de dados *Orbis Europe*. Nos casos em que o *e-mail* das empresas estava em falta ou desatualizado, sempre que possível, o questionário foi enviado para o contacto presente no próprio *website* (quando existente). Portanto, o questionário foi enviado para um total de 2.789 empresas.

Desta forma, além dos *e-mails* enviados pela AEF aos seus associados, foram enviados *e-mails* para as restantes empresas familiares identificadas, em que o corpo de texto (ver Apêndice 2) continha

um conjunto de informações e de esclarecimentos, como os dados do investigador e da universidade, a apresentação do estudo e os seus objetivos, uma definição de empresa familiar, detalhes do questionário e a hiperligação para aceder ao mesmo, na plataforma “*Google Forms*”.

Consequentemente, duas semanas após o envio do primeiro *e-mail* foi enviado um segundo para todas as empresas, de modo a enfatizar a importância da participação das empresas que ainda não tinham contribuído para o estudo.

Assim, apesar de os questionários terem começado a ser enviados dia 5 de agosto de 2024 pela AEF aos seus associados, até à data de 22 de agosto de 2024 ainda não tinham sido obtidas quaisquer respostas. A partir dessa data começaram a ser enviados questionários às empresas familiares identificadas recorrendo à comunicação social e à lista de PME Líder 2023, utilizando a informação presente na plataforma *Orbis Europe*. O questionário foi encerrado dia 20 de setembro de 2024, totalizando 109 respostas.

3.2.6. Método de análise dos dados

Os dados recolhidos por meio dos questionários foram, inicialmente, tratados e codificados em valores numéricos e, posteriormente, analisados com o auxílio do *software* SPSS, por meio de métodos estatísticos, de modo a obter conclusões com base nas respostas dos participantes.

No presente estudo são usados testes não paramétricos, pois não estão presentes os pressupostos de distribuição normal e os mesmos são indicados para escalas de medida nominais e ordinais (Saunders et al., 2009). Mais concretamente, são utilizados o teste U de Mann-Whitney, o teste H de Kruskal-Wallis e o teste de independência do qui-quadrado. O teste U de Mann-Whitney é utilizado para determinar se há diferenças significativas nas distribuições de uma variável dependente ordinal ou contínua entre duas amostras independentes, enquanto o teste H de Kruskal-Wallis é utilizado para determinar se há diferenças significativas nas distribuições de uma variável dependente ordinal ou contínua entre três ou mais grupos independentes (Pestana & Gageiro, 2005). Por sua vez, o teste de independência do qui-quadrado permite analisar a relação de independência entre duas variáveis categóricas (Pestana & Gageiro, 2005). Quando se realiza o teste de independência do qui-quadrado para tabelas 2x2 e se verificarem frequências esperadas menores que 5, utiliza-se o teste exato de Fisher. Nas restantes tabelas, sempre que se verifica que mais de 20% das células de frequência esperada são menores que 5, utiliza-se o teste da razão de verossimilhança (McHugh, 2013). Além disso, quando os

resultados são estatisticamente significativos, utilizam-se medidas de associação para medir o grau de dependência entre as variáveis qualitativas, sendo que, no caso de tabelas 2x2, a medida de associação utilizada é o coeficiente de phi e para as restantes tabelas recorre-se ao coeficiente V de Cramer (Figueiredo et al., 2017).

4. Estudo Empírico

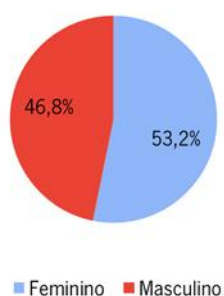
No presente capítulo será caracterizada a amostra do estudo, seguindo-se a análise dos resultados e sua discussão, com o intuito de dar resposta às questões de investigação previamente definidas.

4.1. Caraterização da amostra

4.1.1. Caraterização do respondente

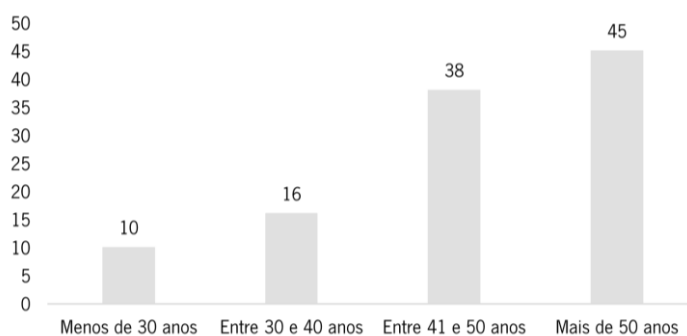
A amostra, resultante das respostas recebidas ao inquérito por questionário, é constituída por 109 respondentes, dos quais 58 (53,2%) são do género feminino e 51 (46,8%) do género masculino (ver Gráfico 1).

Gráfico 1. Caraterização dos respondentes por género



No Gráfico 2 estão caraterizados os inquiridos por idade. Através da sua análise, verifica-se que a amostra é composta por 10 (9,2%) indivíduos com idade inferior a 30 anos, 16 (14,7%) com idade entre os 30 e 40 anos, 38 (34,9%) com idade entre os 41 e 50 anos e 45 (41,3%) com idade superior a 50 anos, indicando uma maior concentração de respondentes nas faixas etárias superiores.

Gráfico 2. Caraterização dos respondentes por idade



No que respeita ao nível de escolaridade concluído pelos respondentes, cujos dados são apresentados na Tabela 2, é visível que 4 (3,7%) concluíram o Ensino Básico, 25 (22,9%) o Ensino Secundário, 7 (6,4%) o Ensino Profissional, 46 (42,2%) a Licenciatura, 11 (10,1%) a Pós-Graduação, 15 (13,8%) o Mestrado e, por fim, 1 (0,9%) o Doutoramento. Com isto, constata-se que a maioria dos inquiridos possui qualificações ao nível do ensino superior.

Tabela 2. Caraterização dos respondentes por nível de escolaridade concluído

Nível de escolaridade concluído	n	%
Ensino Básico	4	3,7%
Ensino Secundário	25	22,9%
Curso Profissional	7	6,4%
Licenciatura	46	42,2%
Pós-Graduação	11	10,1%
Mestrado	15	13,8%
Doutoramento	1	0,9%
Total	109	100%

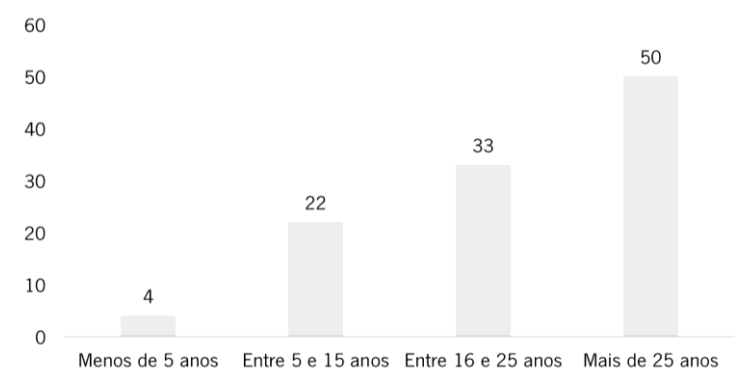
Na Tabela 3, relativa à área de formação dos participantes, é referido que 59 (54,1%) dos respondentes possuem formação nas áreas de Gestão/ Economia/ Contabilidade/ Finanças/ Fiscalidade ou similares, 26 (23,9%) não possuem qualquer tipo de formação e 24 (22%) possuem formação em outras áreas.

Tabela 3. Caraterização dos respondentes por área de formação

Área de Formação	n	%
Gestão/Economia/Contabilidade/Finanças/Fiscalidade ou similares	59	54,1%
Nenhuma	26	23,9%
Outra	24	22,0%
Total	109	100%

Conforme descrito no Gráfico 3, que evidencia a distribuição dos respondentes de acordo com os anos de experiência profissional, denota-se que 50 respondentes (45,9%) detêm mais de 25 anos de experiência profissional, seguidos por 33 (30,3%) com 16 a 25 anos, 22 (20,2%) com 5 a 15 anos e apenas 4 (3,7%) detêm menos de 5 anos de experiência. Isto evidencia que a maioria dos participantes já estão no mercado de trabalho há um longo período de tempo, possuindo uma vasta experiência acumulada.

Gráfico 3. Caraterização dos respondentes por anos de experiência profissional



A Tabela 4 apresenta as funções exercidas pelos respondentes nas empresas: 53 (48,6%) ocupam o cargo de sócio-gerente, seguido por 20 (18,3%) que são gestores contratados, 14 (12,8%) que são sócios, e 22 (20,2%) que desempenham outras funções nas empresas.

Tabela 4. Caraterização dos respondentes por função na empresa

Função na empresa	n	%
Sócio-Gerente	53	48,6%
Gestor contratado	20	18,3%
Sócio	14	12,8%
Outra	22	20,2%
Total	109	100%

A Tabela 5 evidencia a relação dos respondentes com a família proprietária da empresa e o seu papel na fundação da empresa. Dos 109 respondentes, 87 (79,8%) pertencem à família proprietária da empresa, enquanto 22 (20,2%) não pertencem. De entre os que pertencem à família, 37 (33,9%) assumiram ser fundadores da empresa, 50 (45,9%) não foram os fundadores e 22 (20,2%) indicaram que a pergunta não se aplica a eles, pois não pertencem à família proprietária.

Tabela 5. Caraterização dos respondentes por pertencer à família proprietária da empresa e ser fundador da empresa

	n	%
Pertence à família proprietária da empresa?		
Sim	87	79,8%
Não	22	20,2%
Total	109	100%
Foi um dos fundadores da empresa?		
Sim	37	33,9%
Não	50	45,9%
Não aplicável	22	20,2%
Total	109	100%

4.1.2. Caracterização da empresa familiar

A Tabela 6 caracteriza as empresas em termos de número de efetivos, volume de negócios anual e balanço total anual. No que se refere ao número de efetivos, 93 empresas (85,3%) possuem entre 10 a 49 efetivos, 12 (11%) apresentam entre 50 a 249 efetivos, enquanto apenas 2 empresas (1,8%) têm até 9 efetivos e o mesmo número de empresas (2, ou seja, 1,8%) têm mais do que 249 efetivos. Quanto ao volume de negócios anual, 50 empresas (45,9%) apresentam um volume de negócios entre 2.000.001€ e 10.000.000€, seguidas por 43 (39,4%) que faturam até 2.000.000€, 9 (8,3%) têm um volume superior a 50.000.000€ e 7 (6,4%) entre 10.000.001€ e 50.000.000€. No que concerne ao balanço total anual, 49 empresas (45%) têm um balanço de até 2.000.000€, 42 (38,5%) apresentam entre 2.000.001€ e 10.000.000€, 10 (9,2%) estão na faixa entre 10.000.001€ e 43.000.000€ e 8 empresas (7,3%) têm um balanço superior a 43.000.000€.

Tabela 6. Caracterização da empresa por número de efetivos, volume de negócio anual e balanço total anual

	n	%
Número de efetivos (em 31/12/2023)		
Até 9	2	1,8%
De 10 a 49	93	85,3%
De 50 a 249	12	11%
Mais do que 249	2	1,8%
Total	109	100,0%
Volume de negócios anual (em 31/12/2023)		
Até 2.000.000 €	43	39,4%
De 2.000.001 € a 10.000.000 €	50	45,9%
De 10.000.001 € a 50.000.000 €	7	6,4%
Mais do que 50.000.000 €	9	8,3%
Total	109	100,0%
Balanço total anual (em 31/12/2023)		
Até 2.000.000 €	49	45%
De 2.000.001 € a 10.000.000 €	42	38,5%
De 10.000.001 € a 43.000.000 €	10	9,2%
Mais do que 43.000.000 €	8	7,3%
Total	109	100%

A análise dos Gráficos 4 e 5 revela que 76 empresas (69,7%) são classificadas como pequenas empresas e em consequência utilizam como normativo contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE). De seguida, 23 empresas (21,1%) são classificadas como médias empresas, utilizando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). Por sua vez, as microempresas e grandes empresas representam uma proporção muito menor, com 8 empresas (7,3%) e 2 empresas (1,8%), respetivamente, onde as primeiras seguem a Norma Contabilística e de

Relato Financeiro para Microentidades (NCRF-ME) e as segundas as NCRF, tal como as médias empresas.

Gráfico 4. Caraterização da empresa por categoria

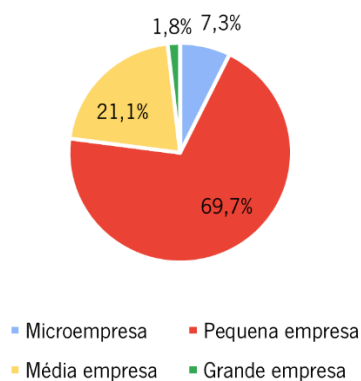
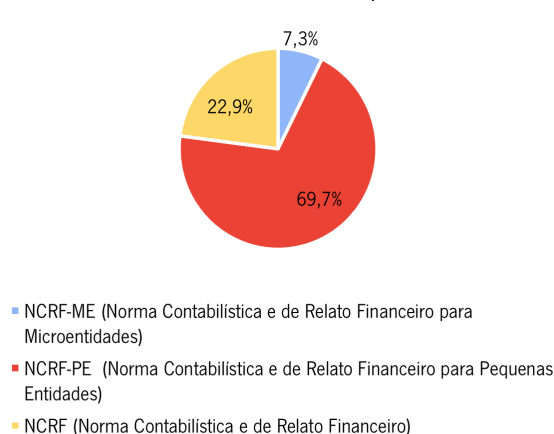
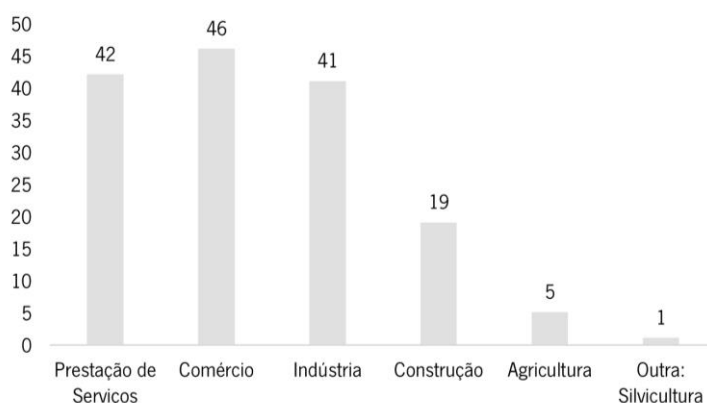


Gráfico 5. Caraterização da empresa por normativo contabilístico aplicável



A análise do Gráfico 6, relativa ao(s) setor(es) de atividade da empresa, evidencia que o comércio é o setor de atividade dominante na amostra (46 empresas), seguido pela prestação de serviços (42 empresas), pela indústria (41 empresas) e pela construção (19 empresas). Enquanto isso, a agricultura e a silvicultura (outro setor de atividade) representam uma proporção muito pequena (5 empresas e 1 empresa, respetivamente).

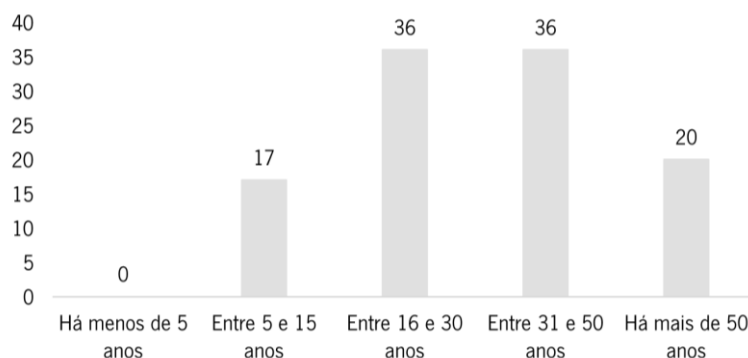
Gráfico 6. Caraterização da empresa por setor(es) de atividade



O Gráfico 7, que apresenta a distribuição das empresas conforme o início da sua atividade, revela que 36 empresas (33%) estão em funcionamento há 16 a 30 anos, verificando-se o mesmo número de empresas que operaram há 31 a 50 anos. Por sua vez, 20 empresas (18,3%) iniciaram atividade há mais de 50 anos, enquanto apenas 17 empresas (15,6%) indicaram ter entre 5 e 15 anos de atividade. Além

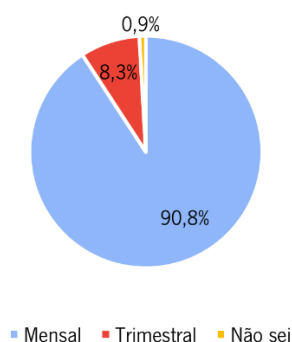
disso, constata-se que nenhuma empresa foi fundada há menos de 5 anos, indicando uma predominância na amostra de empresas com uma trajetória consolidada no mercado.

Gráfico 7. Caraterização da empresa por início de atividade



No que concerne à periodicidade do regime de IVA, o Gráfico 8 mostra que 99 empresas (90,8%) estão sujeitas a um regime mensal, revelando ser a maioria, enquanto apenas 9 empresas (8,3%) adotam o regime trimestral. Contudo, 1 respondente (0,9%) assumiu não saber o regime de IVA utilizado pela empresa.

Gráfico 8. Caraterização da empresa por periodicidade do regime de IVA



Pela observação da Tabela 7, é possível constatar que todas as empresas estão sediadas em Portugal e que, em todas elas, a família proprietária tem nacionalidade portuguesa. Por sua vez, através da Tabela 8, verifica-se que a amostra está presente em 15 dos 18 distritos de Portugal, destacando-se os distritos do Porto (20 empresas), Braga (18 empresas), Aveiro (14 empresas), Lisboa (11 empresas), Viseu (11 empresas) e Leiria (10 empresas), sendo que esses 6 distritos concentram 78,5% das empresas da amostra.

Tabela 7. Caraterização da empresa pela nacionalidade da família proprietária e local onde está sediada a empresa

	n	%
A família proprietária da empresa tem nacionalidade portuguesa?		
Sim	109	100%
Não	0	0%
Total	109	100%
A empresa está sediada em Portugal?		
Sim	109	100%
Não	0	0%
Total	109	100%

Tabela 8. Caraterização da empresa por distrito em que se localiza

Distrito	n	%
Porto	20	18,7%
Braga	18	16,8%
Aveiro	14	13,1%
Lisboa	11	10,3%
Viseu	11	10,3%
Leiria	10	9,3%
Faro	6	5,6%
Setúbal	4	3,7%
Guarda	3	2,8%
Portalegre	2	1,9%
Viana do Castelo	2	1,9%
Santarém	2	1,9%
Castelo Branco	2	1,9%
Beja	1	0,9%
Vila Real	1	0,9%
Total	107	100%

O Gráfico 9, que descreve o tipo de gestão seguido pelas empresas da amostra, mostra que a grande maioria das empresas, ou seja, 92 empresa (84,4%), são geridas de forma familiar, o que reflete a forte presença e influência de famílias proprietárias na condução dos negócios; e apenas 17 empresas (15,6%) adotam uma gestão não familiar ou profissional.

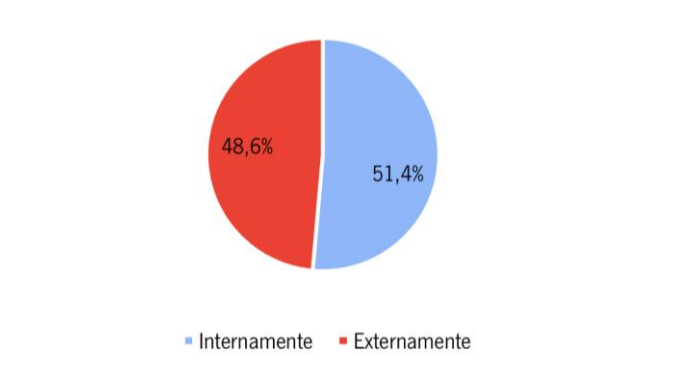
Gráfico 9. Caraterização da empresa por tipo de gestão



4.1.3. Caraterização do serviço de contabilidade

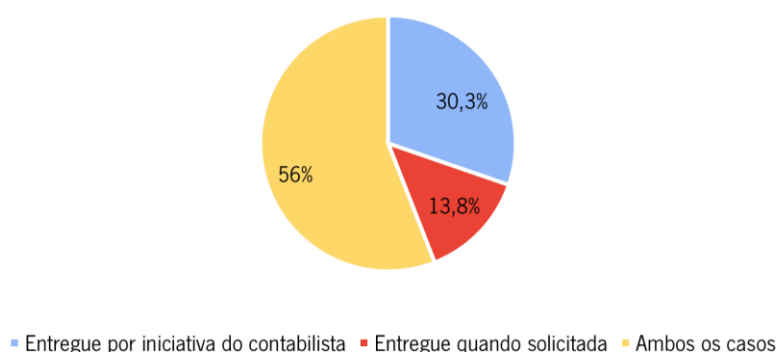
O Gráfico 10, que se refere ao local onde o serviço de contabilidade está centralizado, apresenta uma divisão quase equilibrada entre a contabilidade elaborada internamente e a contratação de serviços externos de contabilidade. Assim, 56 empresas (51,4%) realizam o serviço de contabilidade internamente, enquanto 53 empresas (48,6%) recorrem a gabinetes externos.

Gráfico 10. Caraterização do serviço de contabilidade pelo local onde está centralizado



O Gráfico 11, que confere a distribuição no que diz respeito à iniciativa para a entrega de informação contabilística, mostra que em 61 empresas (56%) a informação contabilística é entregue tanto por iniciativa do contabilista quanto quando solicitada; em 30,3% dos casos a entrega ocorre por iniciativa do contabilista, enquanto em 13,8% acontece exclusivamente quando solicitada.

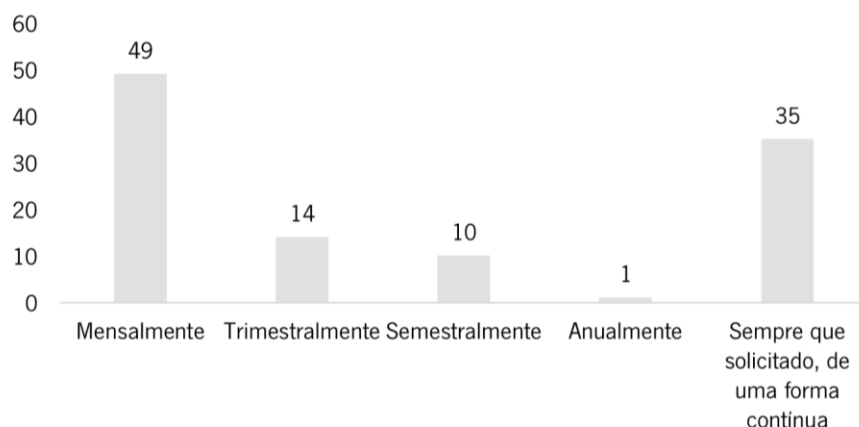
Gráfico 11. Caraterização do serviço de contabilidade por iniciativa de entrega da informação contabilística



No que concerne à periodicidade da disponibilização da informação contabilística, o Gráfico 12 mostra que na maioria das empresas (49) o responsável pela contabilidade disponibiliza a informação contabilística mensalmente, o que destaca a preferência por um acompanhamento regular e frequente por parte dos gestores. Em 35 empresas, o responsável pela contabilidade disponibiliza informações

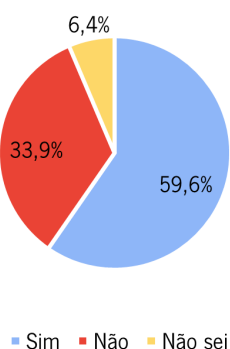
contabilísticas de forma contínua, conforme solicitado, sugerindo flexibilidade e transparência no acesso. Noutros casos menos frequentes, a informação é disponibilizada trimestralmente (14), semestralmente (10) ou até mesmo anualmente (1).

Gráfico 12. Caracterização do serviço de contabilidade por periodicidade de disponibilização da informação contabilística



O Gráfico 13, que revela se as empresas dispõem de sistemas de contabilidade de gestão/analítica, evidencia que 65 empresas (59,6%) utilizam sistemas de contabilidade de gestão/analítica; uma parcela considerável composta por 37 empresas (33,9%) não adota esse tipo de sistema; e 7 (6,4%) dos respondentes não sabem se as empresas utilizam esses sistemas, o que pode sugerir alguma falta de envolvimento ou conhecimento em relação às práticas de gestão aplicadas na empresa.

Gráfico 13. Presença ou ausência de sistemas de contabilidade de gestão/analítica



4.2. Análise dos resultados

Nesta secção são apresentados os resultados provenientes das estatísticas descritivas e dos testes estatísticos realizados. Esta encontra-se dividida em quatro partes: informações que contribuem para a eficácia da gestão empresarial, informação financeira, informação não financeira e comparação entre informação financeira e informação não financeira no processo de tomada de decisão.

4.2.1. Informações que contribuem para a eficácia da gestão empresarial

4.2.1.1. Estatísticas descritivas

A Tabela 9, referente à importância atribuída a diferentes tipos de informação no âmbito de uma gestão eficaz (questão 26), revela que a informação financeira é considerada a mais importante, com uma média de 4,63 e a menor variação nas respostas (desvio padrão (DP) = 0,603). A informação sobre o desempenho operacional (e.g., produção, vendas, inventário) aparece como a segunda mais relevante, com média de 4,57 e um DP de 0,644, indicando consenso entre os respondentes. Segue-se a informação sobre clientes e mercado-alvo (média de 4,34), informação sobre os indicadores-chave de desempenho (KPI's) (média de 4,29) e informação sobre a concorrência (média de 4,15). No entanto, a informação sobre sustentabilidade (ambiental, social e de governação) é vista como a menos importante, com uma média de 3,83 e uma maior variação (DP = 0,859), sugerindo menor consenso entre os participantes.

Tabela 9. Importância atribuída a diferentes tipos de informação no âmbito de uma gestão eficaz

Gestão eficaz	Escala						Média	DP
	1	2	3	4	5	Total		
Informação financeira	1 0,9%	0 0%	1 0,9%	34 31,2%	73 67,0%	109 100%	4,63	0,603
Informação sobre sustentabilidade	2 1,8%	5 4,6%	24 22,0%	57 52,3%	21 19,3%	109 100%	3,83	0,859
Informação sobre desempenho operacional	1 0,9%	0 0%	3 2,8%	37 33,9%	68 62,4%	109 100%	4,57	0,644
Informação sobre indicadores-chave de desempenho	1 0,9%	2 1,8%	10 9,2%	47 43,1%	49 45,0%	109 100%	4,29	0,785
Informação sobre clientes e mercado-alvo	1 0,9%	3 2,8%	6 5,5%	47 43,1%	52 47,7%	109 100%	4,34	0,784
Informação sobre a concorrência	0 0%	3 2,8%	14 12,8%	56 51,4%	36 33%	109 100%	4,15	0,743

4.2.2. Informação financeira

4.2.2.1. Estatísticas descritivas

Conforme a Tabela 10, relativa à importância atribuída à informação financeira considerando diferentes finalidades (questão 27), constata-se que é atribuída uma alta importância à informação financeira em todas as finalidades indicadas, pois todas apresentam médias igual ou superior a 4,40, numa escala de 1 a 5. As finalidades mais valorizadas referem-se ao cumprimento das obrigações legais e fiscais (média de 4,85), seguida pela avaliação do desempenho da empresa (média de 4,74), enquanto apoiar na tomada de decisão (média de 4,53) e fornecer informação às partes interessadas (média de 4,40) são as finalidades menos valorizadas, mas ainda assim consideradas relevantes. No geral, o DP é baixo, indicando concordância entre os respondentes.

Tabela 10. Importância atribuída às finalidades da informação financeira

Finalidades da informação financeira	Escala						Média	DP
	1	2	3	4	5	Total		
Dar cumprimento às obrigações legais e	0 0%	0 0%	1 0,9%	14 12,8%	94 86,2%	109 100%	4,85	0,381
Fornecer informação às partes interessadas	0 0%	1 0,9%	7 6,4%	48 44,0%	53 48,6%	109 100%	4,40	0,654
Apoiar na tomada de decisão	0 0%	0 0%	4 3,7%	43 39,4%	62 56,9%	109 100%	4,53	0,570
Avaliar o desempenho da empresa	0 0%	0 0%	0 0%	28 25,7%	81 74,3%	109 100%	4,74	0,439

Pela análise da Tabela 11, que confere a frequência com que é utilizada a informação financeira na tomada de decisões (questão 30), observa-se que a maioria dos respondentes utiliza de forma considerável a informação financeira nesse processo, com 50,5% utilizando frequentemente e 33,9% sempre, resultando numa média de 4,16. Além disso, há uma dispersão moderada nas respostas (DP=0,760), indicando algum consenso nas respostas entre os participantes.

Tabela 11. Frequência de utilização da informação financeira na tomada de decisão

	Escala						Média	DP
	1	2	3	4	5	Total		
Utilização informação financeira	1 0,9%	1 0,9%	15 13,8%	55 50,5%	37 33,9%	109 100%	4,16	0,760

A Tabela 12, que expressa a importância atribuída a cada uma das demonstrações financeiras no processo de tomada de decisão (questão 32), mostra que a Demonstração dos Resultados é

considerada a demonstração financeira mais importante, com uma média de 4,57, apresentando a menor variação nas respostas (DP=0,614). O Balanço é assumido como a segunda demonstração financeira mais importante, com média de 4,33. Contudo, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio é encarada como a demonstração financeira menos relevante, com médias de 3,72; no entanto, apresenta a maior variação (DP=0,932), indicando menor unanimidade entre os respondentes.

Tabela 12. Importância atribuída a cada uma das demonstrações financeiras no processo de tomada de decisão

Demonstrações financeiras	Escala						Média	DP
	1	2	3	4	5	Total		
Balanço	1 0,9%	0 0%	6 5,5%	57 52,3%	45 41,3%	109 100%	4,33	0,667
Demonstração dos Resultados	1 0,9%	0 0%	1 0,9%	41 37,6%	66 60,6%	109 100%	4,57	0,614
Demonstração de Fluxos de Caixa	2 1,8%	2 1,8%	19 17,4%	49 45,0%	37 33,9%	109 100%	4,07	0,868
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	4 3,7%	4 3,7%	30 27,5%	51 46,8%	20 18,3%	109 100%	3,72	0,932
Anexo às Demonstrações Financeiras	1 0,9%	4 3,7%	14 12,8%	63 57,8%	27 24,8%	109 100%	4,02	0,782

A Tabela 13 evidencia que são atribuídos diferentes níveis de importância à informação financeira conforme o tipo de decisão (questão 33). As decisões operacionais apresentam uma média mais baixa (4,02) e uma maior variação (DP=0,816), o que indica que há um menor consenso sobre a importância da informação financeira em decisões diárias da empresa junto dos respondentes. Já as decisões táticas e decisões estratégicas são consideradas mais importantes, com médias de 4,35 e 4,49, e menor dispersão (DP=0,686 e DP=0,661), respectivamente, o que sugere maior concordância por parte dos participantes sobre a relevância da informação financeira para decisões que afetam, por exemplo, o financiamento, investimento, bem como o funcionamento global da empresa, ou seja, decisões de médio e longo prazo.

Tabela 13. Importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão

Tipo de Decisão	Escala						Média	DP
	1	2	3	4	5	Total		
Decisões operacionais	1 0,9%	3 2,8%	20 18,3%	54 49,5%	31 28,4%	109 100%	4,02	0,816
Decisões táticas	1 0,9%	0 0%	7 6,4%	53 48,6%	48 44,0%	109 100%	4,35	0,686
Decisões estratégicas	1 0,9%	0 0%	4 3,7%	44 40,4%	60 55,0%	109 100%	4,49	0,661

Através da Tabela 14, que menciona como é efetuada, normalmente, a análise à informação financeira (questão 29), é possível aferir que 81 (74,3%) inquiridos mencionam que a informação financeira é analisada com o apoio do contabilista da organização, enquanto 26 (23,9%) responderam que essa análise é efetuada integralmente pelo gestor.

Tabela 14. Análise à informação financeira

Análise à informação financeira	n	%
Integralmente pelo gestor	26	23,9%
Com o apoio do contabilista	81	74,3%
Outra	2	1,8%

A análise da Tabela 15 permite identificar que as principais limitações inerentes ao papel da informação financeira no processo de tomada de decisão (questão 34) são: a falta de consideração pela informação não financeira (ou seja, só considera informação que pode ser mensurada em termos monetários) (49,5%), a falta de tempo e formação dos gestores para analisar a informação contabilística adequadamente (45%) e a indisponibilidade ou desatualização da informação (41,3%). Não obstante, o facto de apenas retratar os efeitos financeiros de acontecimentos passados (31,2%) e a complexidade da informação e diferentes métodos contabilísticos (29,4%) também foram apontadas como limitações importantes. Contudo, a fragilidade dos sistemas de controlo internos (13,8%), a falta de aderência dos contabilistas a padrões éticos (6,4%) e a possibilidade de ocultação de informações negativas (3,7%) foram vistas como limitações menos relevantes.

Tabela 15. Limitações inerentes ao papel da informação financeira no processo de tomada de decisão

Limitação da Informação Financeira	n	%
Apenas retrata os efeitos financeiros de acontecimentos passados	34	31,2%
Não tem em consideração a informação não financeira	54	49,5%
Nem sempre a informação está disponível e atualizada	45	41,3%
Complexidade da informação e diferentes métodos contabilísticos	32	29,4%
Fragilidade dos sistemas de controlo internos o que pode comprometer a confiabilidade da informação	15	13,8%
Falta de aderência dos contabilistas aos padrões éticos o que pode afetar a qualidade da informação	7	6,4%
Falta de tempo e formação dos gestores para analisar a informação contabilística adequadamente	49	45,0%
Possibilidade de gestores ocultarem informações negativas para melhorar os resultados	4	3,7%
Outra	4	3,7%

Pela Tabela 16, quando questionados se manteriam o serviço de contabilidade na sua empresa se a contabilidade deixasse de ser uma exigência legal (questão 35), constatou-se que 95 inquiridos (87,2%) responderam que sim, 9 (8,3%) responderam que não, enquanto 5 (4,6%) responderam não saber responder.

Tabela 16. Continuidade do serviço de contabilidade sem não fosse uma exigência legal

Manteria serviço se contabilidade se não fosse uma exigência legal?	n	%
Sim	95	87,2%
Não	9	8,3%
Não sei	5	4,6%

4.2.2.2. Influência das características do respondente na utilização da informação financeira no processo de tomada de decisão

A análise do teste H de Kruskal-Wallis e do teste U de Mann-Whitney, presentes nas Tabelas 17 e 18, respetivamente, mostra que a maioria das variáveis independentes relacionadas com a caracterização do respondente, como género, idade, nível de escolaridade, área de formação, função na empresa, pertencer à família proprietária e o facto de ser fundador ou não da empresa, não apresentam diferenças estatisticamente significativas na utilização da informação financeira na tomada de decisão

($p>0,05$). Contudo, a experiência profissional apresentou uma diferença marginalmente significativa ($p=0,05$), indicando que a utilização da informação financeira pode variar com os anos de experiência profissional do respondente. Ao analisar as posições médias da experiência profissional (ver Tabela 50 do Apêndice 3), conclui-se que há uma tendência geral de aumento da utilização da informação financeira à medida que a experiência profissional dos respondentes aumenta, sendo os que apresentam mais de 16 anos de experiência, especialmente mais de 25 anos, que mais utilizam a informação financeira no processo de tomada de decisão.

Tabela 17. Teste H de Kruskal-Wallis entre características do respondente e utilização da informação financeira

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	H de Kruskal-Wallis	df	Significância Sig.
Idade	Utilização informação financeira	5,185	3	0,159
Nível de escolaridade	Utilização informação financeira	8,267	6	0,219
Área de formação	Utilização informação financeira	0,825	2	0,662
Experiência profissional	Utilização informação financeira	7,809	3	0,050
Função na empresa	Utilização informação financeira	2,159	3	0,540
Fundador da empresa	Utilização informação financeira	2,491	2	0,288

Tabela 18. Teste U de Mann-Whitney entre características do respondente e utilização da informação financeira

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	U de Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Significância Sig. (2 extremidades)
Gênero	Utilização informação financeira	1338,000	2664,000	-0,940	0,347
Pertence à família proprietária	Utilização informação financeira	879,000	4707,000	-0,646	0,518

4.2.2.3. Influência das características da empresa na utilização da informação financeira no processo de tomada de decisão

A análise do teste H de Kruskal-Wallis e do teste U de Mann-Whitney, presentes nas Tabelas 19 e 20, respetivamente, mostra que a maioria das variáveis independentes relacionadas com a caracterização da empresa, como a categoria da empresa, o normativo contabilístico aplicável, o regime de IVA e o tipo de gestão, não apresentam diferenças estatisticamente significativas na utilização da informação financeira na tomada de decisão ($p>0,05$). Apesar disso, o início de atividade da empresa apresentou uma diferença estatisticamente significativa ($p=0,024$; $p<0,05$) indicando que o tempo de atividade da empresa influencia a utilização da informação financeira. Ao analisar as posições médias do início de atividade da empresa (ver Tabela 51 do Apêndice 3), estas revelam uma tendência de valorização da informação financeira conforme o tempo de atividade, com um pico na faixa de 16 a 30

anos. Isso sugere que à medida que aumenta a antiguidade da empresa, vai sendo mais utilizada a informação financeira na mesma, até a um certo período de amadurecimento. Após esse período, essa utilização cai para posições inferiores.

Tabela 19. Teste H de Kruskal-Wallis entre características da empresa e utilização da informação financeira

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	H de Kruskal-Wallis	df	Significância Sig.
Categoria da empresa	Utilização informação financeira	3,896	3	0,273
Normativo contabilístico	Utilização informação financeira	0,595	2	0,743
Início da atividade	Utilização informação financeira	9,399	3	0,024
Regime de IVA	Utilização informação financeira	1,581	2	0,454

Tabela 20. Teste U de Mann-Whitney entre características da empresa e utilização da informação financeira

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	U de Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Significância Sig. (2 extremidades)
Tipo de gestão	Utilização informação financeira	700,000	4978,000	-0,752	0,452

4.2.2.4. Influência das características do serviço de contabilidade na utilização da informação financeira no processo de tomada de decisão

A análise do teste H de Kruskal-Wallis e do teste U de Mann-Whitney, presentes nas Tabelas 21 e 22, respetivamente, mostra que algumas das variáveis independentes relacionadas com a caracterização do serviço de contabilidade, como a localização do serviço de contabilidade (interno ou externo) e a iniciativa de entrega da informação contabilística, não apresentam diferenças estatisticamente significativas na utilização da informação financeira na tomada de decisão ($p > 0,05$). Contudo, a periodicidade de disponibilização da informação contabilística e o facto de a empresa ter sistemas de contabilidade de gestão implementados apresentam diferenças estatisticamente significativas, $p = 0,009$ ($p < 0,05$) e $p = 0,001$ ($p < 0,05$), respetivamente. Ao analisar as posições médias da periodicidade de disponibilização da informação contabilística (ver Tabela 52 do Apêndice 3), constata-se que a utilização da informação financeira é maior quando a sua disponibilização ocorre mensalmente (posição média de 55,29) ou sempre que solicitada, de forma contínua (posição média de 62,86), ou seja, quando a informação financeira é disponibilizada de forma mais frequente. Por sua vez, ao analisar as posições médias da elaboração ou não de contabilidade de gestão (ver Tabela 53 do Apêndice 3), estas indicam que a utilização da informação financeira é significativamente maior entre os respondentes que afirmam ter contabilidade de gestão (posição média de 62,57), em comparação com aqueles que não a utilizam (posição média de 40,81). Isso sugere que a contabilidade de gestão desempenha um

papel importante no aumento da utilização da informação financeira, possivelmente devido à sua capacidade de fornecer dados mais detalhados e relevantes para a tomada de decisões.

Tabela 21. Teste H de Kruskal-Wallis entre caraterísticas do serviço de contabilidade e utilização da informação financeira

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	H de Kruskal-Wallis	df	Significância Sig.
Entrega informação contabilística	Utilização informação financeira	1,021	2	0,600
Disponibilização informação contabilística	Utilização informação financeira	13,509	4	0,009
Contabilidade de gestão/análítica	Utilização informação financeira	13,663	2	0,001

Tabela 22. Teste U de Mann-Whitney entre caraterísticas do serviço de contabilidade e utilização da informação financeira

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	U de Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Significância Sig. (2 extremidades)
Serviço de contabilidade	Informação financeira	1365,000	2796,000	-0,792	0,428

4.2.2.5. Influência das caraterísticas do respondente na importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão

A análise do teste H de Kruskal-Wallis e do teste U de Mann-Whitney, presentes nas Tabelas 23 e 24, respetivamente, mostra que nenhuma das variáveis independentes relacionadas com a caracterização do respondente, como o género, idade, nível de escolaridade, área de formação, experiência profissional, função na empresa, pertencer à família proprietária e o facto de ser fundador ou não da empresa, apresenta diferenças estatisticamente significativas na importância que os respondentes atribuem à informação financeira para a tomada de decisões de qualquer tipo (operacionais, táticas ou estratégicas) ($p > 0,05$).

Tabela 23. Teste H de Kruskal-Wallis entre características do respondente e importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	H de Kruskal-Wallis	df	Significância Sig.
Idade	Decisões operacionais	2,165	3	0,539
	Decisões táticas	3,466	3	0,325
	Decisões estratégicas	0,581	3	0,901
Nível de escolaridade	Decisões operacionais	5,064	6	0,536
	Decisões táticas	4,594	6	0,597
	Decisões estratégicas	4,811	6	0,568
Área de formação	Decisões operacionais	2,338	2	0,311
	Decisões táticas	0,359	2	0,836
	Decisões estratégicas	1,892	2	0,388
Experiência profissional	Decisões operacionais	3,432	3	0,330
	Decisões táticas	5,240	3	0,155
	Decisões estratégicas	4,549	3	0,208
Função na empresa	Decisões operacionais	3,681	3	0,298
	Decisões táticas	0,770	3	0,857
	Decisões estratégicas	4,907	3	0,179
Fundador da empresa	Decisões operacionais	2,068	2	0,356
	Decisões táticas	0,080	2	0,961
	Decisões estratégicas	0,996	2	0,608

Tabela 24. Teste U de Mann-Whitney entre características do respondente e importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	U de Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Significância Sig. (2 extremidades)
Gênero	Decisões operacionais	1299,000	2625,000	-1,186	0,236
	Decisões táticas	1264,500	2590,500	-1,457	0,145
	Decisões estratégicas	1278,000	2604,000	-1,393	0,164
Pertence à família proprietária	Decisões operacionais	890,500	4718,500	-0,545	0,586
	Decisões táticas	941,500	1194,500	-0,131	0,886
	Decisões estratégicas	858,000	4686,000	-0,853	0,394

4.2.2.6. Influência das características da empresa na importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão

Quanto às decisões operacionais, a análise do teste H de Kruskal-Wallis e do teste U de Mann-Whitney, presentes nas Tabelas 25 e 26, respetivamente, mostra que nenhuma das variáveis independentes relacionadas com a caracterização da empresa, como a categoria da empresa, o normativo contabilístico aplicável, o início de atividade da empresa, o regime de IVA e o tipo de gestão, apresenta diferenças estatisticamente significativas na importância que os respondentes atribuem à informação financeira para a tomada de decisões operacionais ($p > 0,05$).

Quanto às decisões táticas, a análise do teste H de Kruskal-Wallis e do teste U de Mann-Whitney, novamente presentes na Tabela 25 e 26, respetivamente, sugere que a maioria das variáveis independentes relacionadas com a caracterização da empresa, como a categoria da empresa, o normativo contabilístico aplicável, o regime de IVA e o tipo de gestão, não apresentam diferenças estatisticamente significativas na importância que os respondentes atribuem à informação financeira para a tomada de decisões táticas ($p > 0,05$). Contudo, o início de atividade da empresa apresenta diferenças estatisticamente significativas ($p = 0,005$; $p < 0,05$). Ao analisar as posições médias do início de atividade da empresa (ver Tabela 54 do Apêndice 3), verifica-se que empresas em fase de maturidade, como as de 16 a 30 anos de existência, podem estar mais inclinadas a atribuir uma maior importância às informações financeiras para tomar decisões táticas (posição média de 68,67), enquanto empresas mais antigas, entre 31 e 50 anos e mais de 50 anos de atividade, não atribuem tanta importância a esses dados (posição média de 46,83 e 48,65, respetivamente).

Quanto às decisões estratégicas, análise do teste H de Kruskal-Wallis e do teste U de Mann-Whitney, novamente presentes nas Tabelas 25 e 26, respetivamente, mostra que algumas das variáveis independentes relacionadas com a caracterização da empresa, como o início de atividade da empresa, o regime de IVA e o tipo de gestão, não apresentam diferenças estatisticamente significativas na importância que os respondentes atribuem à informação financeira para a tomada de decisões estratégicas ($p > 0,05$). Apesar disso, a categoria da empresa e o normativo contabilístico aplicável apresentam diferenças estatisticamente significativas, $p = 0,045$ ($p < 0,05$) e $p = 0,022$ ($p < 0,05$), respetivamente. Ao analisar as posições médias da categoria da empresa (ver Tabela 55 do Apêndice 3), estas indicam que à medida que aumenta a categoria da empresa, aumenta a relevância da informação financeira para a tomada de decisões estratégicas, possivelmente devido ao aumento da complexidade das operações. Por sua vez, ao analisar as posições médias do normativo contabilístico aplicável (ver Tabela 56 do Apêndice 3), que está relacionado com a categoria da empresa, conclui-se que o tipo de normativo contabilístico influencia a perceção sobre a relevância da informação financeira na tomada de decisões estratégicas. São os respondentes das entidades que utilizam o NCRF que atribuem maior importância à informação financeira no âmbito das decisões estratégicas (posição média de 67,18), possivelmente devido a um maior grau de complexidade nas suas operações financeiras em comparação com as que utilizam o NCRF-ME (posição média de 40,50).

Tabela 25. Teste H de Kruskal-Wallis entre características da empresa e importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	H de Kruskal-Wallis	df	Significância Sig.
Categoria da empresa	Decisões operacionais	4,339	3	0,227
	Decisões táticas	4,094	3	0,251
	Decisões estratégicas	8,070	3	0,045
Normativo contabilístico	Decisões operacionais	4,197	2	0,123
	Decisões táticas	4,035	2	0,133
	Decisões estratégicas	7,640	2	0,022
Início da atividade	Decisões operacionais	6,029	3	0,110
	Decisões táticas	12,805	3	0,005
	Decisões estratégicas	6,191	3	0,103
Regime de IVA	Decisões operacionais	3,477	2	0,176
	Decisões táticas	1,055	2	0,590
	Decisões estratégicas	2,386	2	0,303

Tabela 26. Teste U de Mann-Whitney entre características da empresa e importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	U de Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Significância Sig. (2 extremidades)
Tipo de gestão	Decisões operacionais	775,500	928,500	-0,059	0,953
	Decisões táticas	626,500	4904,500	-1,452	0,146
	Decisões estratégicas	725,500	5003,500	-0,539	0,590

4.2.2.7. Influência das características do serviço de contabilidade na importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão

Quanto às decisões operacionais, a análise do teste H de Kruskal-Wallis e do teste U de Mann-Whitney, presentes nas Tabelas 27 e 28, respetivamente, mostra que algumas das variáveis independentes, relacionadas com a caracterização do serviço de contabilidade, como a localização do serviço de contabilidade (interno ou externo), a iniciativa de entrega da informação contabilística e a periodicidade de disponibilização de informação contabilística não apresentam diferenças estatisticamente significativas na importância que atribuem à informação financeira para a tomada de decisões operacionais ($p > 0,05$). Contudo, o facto de a empresa ter sistemas de contabilidade de gestão implementados apresenta uma diferença estatisticamente significativa ($p = 0,041$; $p < 0,05$). Ao analisar as posições médias da elaboração ou não de contabilidade de gestão (ver Tabela 57 do Apêndice 3), estas indicam que a importância atribuída à informação financeira nas decisões operacionais é superior entre os respondentes que afirmam ter contabilidade de gestão (posição média de 59,62) em comparação com aqueles que não têm (posição média de 45,24).

Quanto às decisões táticas, a análise do teste H de Kruskal-Wallis e do teste U de Mann-Whitney, novamente presentes nas Tabelas 27 e 28, respetivamente, evidencia que algumas das variáveis independentes, relacionadas com a caracterização do serviço de contabilidade, como a localização do serviço de contabilidade (interno ou externo), a periodicidade de disponibilização de informação contabilística e o facto de a empresa ter sistemas de contabilidade de gestão implementados, não apresentam diferenças estatisticamente significativas na importância que atribuem à informação financeira para a tomada de decisões táticas ($p>0,05$). Contudo, a iniciativa de entrega da informação contabilística apresenta diferenças estatisticamente significativas ($p=0,005$; $p<0,05$). Ao analisar as posições médias da iniciativa de entrega da informação contabilística (ver Tabela 58 do Apêndice 3), estas indicam que a importância atribuída à informação financeira nas decisões táticas é significativamente maior quando a informação contabilística é entregue quando solicitada pela gestão (posição média de 58,57) ou de ambas as formas (solicitada pela gestão ou entregue por iniciativa do contabilista) (posição média de 61,27), comparativamente a quando apenas é entregue quando há iniciativa do contabilista (posição média de 41,79).

Quanto às decisões estratégicas, a análise do teste H de Kruskal-Wallis e do teste U de Mann-Whitney, novamente presentes nas Tabelas 27 e 28, respetivamente, mostra que nenhuma das variáveis independentes, relacionadas com a caracterização do serviço de contabilidade, como a localização do serviço de contabilidade (interno ou externo), a iniciativa de entrega da informação contabilística, a periodicidade de disponibilização de informação contabilística e o facto de a empresa ter sistemas de contabilidade de gestão implementados, apresenta diferenças estatisticamente significativas na importância que atribuem à informação financeira para a tomada de decisões estratégicas ($p>0,05$).

Tabela 27. Teste H de Kruskal-Wallis entre características do serviço de contabilidade e importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	H de Kruskal-Wallis	df	Significância Sig.
Entrega informação contabilística	Decisões operacionais	2,310	2	0,315
	Decisões táticas	10,453	2	0,005
	Decisões estratégicas	5,223	2	0,073
Disponibilização informação	Decisões operacionais	7,135	4	0,129
	Decisões táticas	4,598	4	0,331
	Decisões estratégicas	3,820	4	0,431
Contabilidade de gestão/analítica	Decisões operacionais	6,404	2	0,041
	Decisões táticas	5,460	2	0,065
	Decisões estratégicas	5,461	2	0,065

Tabela 28. Teste U de Mann-Whitney entre características do serviço de contabilidade e importância atribuída à informação financeira para cada um dos tipos de decisão

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	U de Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Significância Sig. (2 extremidades)
Serviço de contabilidade	Decisões operacionais	1212,000	2808,000	-1,789	0,074
	Decisões táticas	1220,000	2816,000	-1,790	0,073
	Decisões estratégicas	1349,500	2945,500	-0,931	0,352

4.2.3. Informação não financeira

4.2.3.1. Estatísticas descritivas

A Tabela 29 evidencia as respostas relativas à elaboração ou não de informação não financeira nas empresas (questão 36). Verifica-se que 51,3% das empresas onde trabalham os respondentes elabora informação não financeira, enquanto 48,6% não elabora, o que mostra um certo equilíbrio nas respostas. De entre as que elaboram, 36,7% divulgam essa informação apenas internamente, 1,8% divulgam-na apenas externamente e 12,8% divulgam de ambas as formas (questão 37). Isto significa que, para as empresas que produzem esse tipo de informação, a divulgação interna é muito mais comum do que a externa.

Tabela 29. Elaboração e divulgação de informação não financeira

Elabora Informação não Financeira	Finalidade	n	%
Sim	Divulgação interna	40	36,7%
	Divulgação externa	2	1,8%
	Ambas	14	12,8%
Não	-	53	48,6%

A Tabela 30 apresenta os destinatários da divulgação interna de informação não financeira (questão 38), entre os inquiridos de empresas que optam por divulgar essa informação internamente ou de ambas as formas (interna e externa). De notar que os respondentes podiam selecionar mais do que uma opção, pelo que a soma das percentagens é superior a 100%. Entre os 54 respondentes que divulgam informação não financeira internamente, a maioria direciona a informação para os gestores (70,4%), seguido pelos proprietários (59,3%). Já os funcionários são os destinatários menos frequentes, mas ainda significativo (51,9%). Isto indica que a divulgação interna tem como principais destinatários os gestores e os proprietários, ou seja, aqueles que têm poder de decisão na empresa, embora uma parte significativa também a partilhe com os funcionários.

Tabela 30. Destinatários da divulgação interna da informação não financeira

Destinatários da Divulgação Interna	n	%
Gestores	38	70,4%
Funcionários	28	51,9%
Proprietários	32	59,3%

A Tabela 31, relativa ao documento de divulgação externa da informação não financeira (questão 39), quando aplicável, mostra que a maioria das empresas que participaram no estudo prefere utilizar o Relatório e Contas como principal documento de divulgação externa, com 75% das respostas. Contudo, o Relatório de Sustentabilidade, embora menos comum, é utilizado por 18,8% das empresas (ou seja, apenas 3 empresas).

Tabela 31. Documento de divulgação externa da informação não financeira

Documento de Divulgação Externa	n	%
Relatório e Contas	12	75,0%
Relatório de Sustentabilidade	3	18,8%
Outra	1	6,3%

A Tabela 32 apresenta os destinatários da divulgação externa de informação não financeira (questão 40), entre os inquiridos de empresas que optam por divulgar essa informação externamente ou de ambas as formas (interna e externa). De notar que os respondentes podiam selecionar mais do que uma opção, pelo que a soma das percentagens é superior a 100%. Entre os 16 respondentes, a maioria das empresas direciona a informação para os fornecedores (75%) e credores (62,5%). Os clientes e investidores são também considerados relevantes (43,8% em ambos). Estes dados sugerem que as empresas priorizam a divulgação de informações para *stakeholders* diretamente ligados às operações financeiras e comerciais. Por sua vez, o governo (37,5%) e os representantes da comunidade (6,3%) são menos reconhecidos como destinatários da divulgação de informação não financeira, essencialmente a comunidade, sugerindo que a comunicação com esses *stakeholders* seja mais pontual ou menos frequente.

Tabela 32. Destinatários da divulgação externa da informação não financeira

Destinatários da Divulgação Externa	n	%
Clientes	7	43,8%
Fornecedores	12	75,0%
Credores	10	62,5%
Investidores atuais ou potenciais	7	43,8%
Governo	6	37,5%
Representantes da comunidade	1	6,3%
Outra	1	6,3%

Pela análise da Tabela 33, que confere a importância atribuída pelos respondentes à informação não financeira para a tomada de decisões (questão 42), observa-se que a maioria dos respondentes atribui uma importância moderada a esse tipo de informação, com 45,8% classificando-a como importante e 26,6% com uma importância neutra, resultando numa média de 3,66. Além disso, há uma variação moderada nas respostas ($DP=0,925$), indicando alguma diversidade de opiniões entre os inquiridos.

Tabela 33. Importância atribuída à informação não financeira na tomada de decisão

	Escala						Média	DP
	1	2	3	4	5	Total		
Importância informação não financeira	2 1,8%	10 9,2%	29 26,6%	50 45,8%	18 16,5%	109 100%	3,66	0,925

No que diz respeito à utilização da informação não financeira no processo de tomada de decisão (questão 43), verifica-se, através da Tabela 34, que a maioria dos respondentes utiliza moderadamente este tipo de informação, pois as respostas concentram-se nas escalas 3 (27,5%) e 4 (39,4%), culminando numa média de 3,23. Já o DP é de 1,086, o indica uma variação elevada nas respostas, pelo há pouco consenso entre os participantes.

Tabela 34. Utilização da informação não financeira na tomada de decisão

	Escala						Média	DP
	1	2	3	4	5	Total		
Utilização informação não financeira	9 8,3%	18 16,5%	30 27,5%	43 39,4%	9 8,3%	109 100%	3,23	1,086

Conforme a Tabela 35, os principais desafios para a elaboração de informação não financeira (questão 41), de acordo com os respondentes, são: a falta de recursos (incluindo tempo) (68,8%), a falta de conhecimento e consciência acerca de conceitos relacionados com a sustentabilidade (37,6%), a

dificuldade em medir o impacto social e ambiental (37,6%) e a baixa prioridade em relação a informações financeiras (35,8%). Já o custo elevado em comparação com os benefícios percebidos (18,3%), a falta de requisitos legais e iniciativas governamentais (17,4%), e a falta de procura das partes interessadas (13,8%) são considerados desafios menos relevantes no ponto de vista dos respondentes.

Tabela 35. Desafios para a elaboração da informação não financeira

Desafios da Informação não Financeira	n	%
Falta de conhecimento e consciência acerca de conceitos relacionados com sustentabilidade	41	37,6%
Falta de recursos (incluindo tempo)	75	68,8%
Baixa prioridade em relação a informações financeiras	39	35,8%
Custo elevado em comparação com os benefícios percebidos	20	18,3%
Dificuldade em medir o impacto social e ambiental	41	37,6%
Falta de requisitos legais e iniciativas governamentais	19	17,4%
Falta de procura das partes interessadas	15	13,8%
Outra	1	0,9%

4.2.3.2. Influência das características do respondente na importância e utilização da informação não financeira no processo de tomada de decisão

Quanto à importância atribuída pelos respondentes à informação não financeira no processo de tomada de decisão, a análise do teste H de Kruskal-Wallis e do teste U de Mann-Whitney, presentes nas Tabelas 36 e 37, respetivamente, mostra que nenhuma das variáveis independentes relacionadas com a caracterização do respondente, como o género, idade, nível de escolaridade, área de formação, experiência profissional, função na empresa, pertencer à família proprietária e o facto de ser fundador ou não da empresa, apresenta diferenças estatisticamente significativas na importância atribuída à informação não financeira na tomada de decisão ($p > 0,05$).

Quanto à frequência de utilização da informação não financeira no processo de tomada de decisão, a análise do teste H de Kruskal-Wallis e do teste U de Mann-Whitney, novamente presentes nas Tabelas 36 e 37, respetivamente, mostra que a maioria das variáveis independentes relacionadas com a caracterização do respondente, como o género, área de formação, função na empresa, pertencer à

família proprietária e o facto de ser fundador ou não da empresa, não apresentam diferenças estatisticamente significativas na utilização da informação não financeira na tomada de decisão ($p > 0,05$). Já em relação à idade, o teste mostra uma tendência próxima à significância ($p = 0,057$), o que pode sugerir que a idade pode influenciar ligeiramente a utilização da informação não financeira, mas não de forma conclusiva. Por sua vez, o nível de escolaridade e a experiência profissional apresentaram uma diferença estatisticamente significativa, $p = 0,016$ ($p < 0,05$) e $p = 0,047$ ($p < 0,05$), respetivamente. Ao analisar as posições médias do nível de escolaridade (ver Tabela 59 do Apêndice 3), conclui-se que há uma tendência de maior utilização da informação não financeira à medida que o nível de escolaridade aumenta, especialmente a partir de níveis académicos mais avançados, como pós-graduação (posição média de 60,23) e mestrado (posição média de 69,53). Por sua vez, ao analisar as posições médias da dos anos de experiência profissional (ver Tabela 60 do Apêndice 3), constata-se que há uma tendência de diminuição na utilização da informação não financeira à medida que a experiência profissional dos respondentes aumenta, pelo que são os que apresentam menos anos de experiência, especialmente menos de 5 anos (posição média de 85,50), que mais utilizam a informação não financeira no processo de tomada de decisão.

Tabela 36. Teste H de Kruskal-Wallis entre caraterísticas do respondente e importância e utilização da informação não financeira

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	H de Kruskal-Wallis	df	Significância Sig.
Idade	Importância informação não financeira	5,505	3	0,138
	Utilização informação não financeira	7,518	3	0,057
Nível de escolaridade	Importância informação não financeira	10,261	6	0,114
	Utilização informação não financeira	15,590	6	0,016
Área de formação	Importância informação não financeira	3,993	2	0,136
	Utilização informação não financeira	0,401	2	0,818
Experiência profissional	Importância informação não financeira	5,387	3	0,146
	Utilização informação não financeira	7,946	3	0,047
Função na empresa	Importância informação não financeira	6,064	3	0,109
	Utilização informação não financeira	0,992	3	0,803
Fundador da empresa	Importância informação não financeira	1,162	2	0,559
	Utilização informação não financeira	0,395	2	0,821

Tabela 37. Teste U de Mann-Whitney entre caraterísticas do respondente e importância e utilização da informação não financeira

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	U de Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Significância Sig. (2 extremidades)
Género	Importância informação não financeira	1285,500	2996,500	-1,253	0,210
	Utilização informação não financeira	1280,500	2991,500	-1,262	0,207
Pertence à família proprietária	Importância informação não financeira	873,000	1126,000	-0,676	0,499
	Utilização informação não financeira	888,500	1141,500	-0,541	0,588

4.2.3.3. Influência das características da empresa na importância e utilização da informação não financeira no processo de tomada de decisão

A análise do teste H de Kruskal-Wallis e do teste U de Mann-Whitney, presentes nas Tabelas 38 e 39, respetivamente, mostra que a maioria das variáveis independentes, relacionadas com a caracterização da empresa, como a categoria da empresa, o normativo contabilístico aplicável, o regime de IVA e tipo de gestão não apresentam diferenças estatisticamente significativas na importância atribuída e utilização da informação não financeira na tomada de decisão ($p > 0,05$). Apesar disso, o início de atividade da empresa apresentou uma significância estatística relevante ($p = 0,026$; $p < 0,05$), indicando que o tempo de atividade da empresa influencia a importância e utilização da informação não financeira. Ao analisar as posições médias do início de atividade (ver Tabelas 61 e 62 do Apêndice 3), estas revelam que o grupo de empresas com 16 a 30 anos apresentam a maior posição média (67,17 e 67,08, respetivamente), sugerindo que atribuem mais importância e utilizam mais a informação não financeira, enquanto empresas mais novas (5 a 15 anos) e mais antigas (31 a 50 anos e mais de 50 anos) têm posições médias mais baixas, indicando menor importância atribuída e menor utilização dessa informação.

Tabela 38. Teste H de Kruskal-Wallis entre características da empresa e importância e utilização da informação não financeira

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	H de Kruskal-Wallis	df	Significância Sig.
Categoria da empresa	Importância informação não financeira	3,574	3	0,311
	Utilização informação não financeira	1,534	3	0,675
Normativo contabilístico	Importância informação não financeira	3,533	2	0,171
	Utilização informação não financeira	1,319	2	0,517
Início da atividade	Importância informação não financeira	9,264	3	0,026
	Utilização informação não financeira	9,241	3	0,026
Regime de IVA	Importância informação não financeira	0,554	2	0,758
	Utilização informação não financeira	3,470	2	0,176

Tabela 39. Teste U de Mann-Whitney entre características da empresa e importância e utilização da informação não financeira

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	U de Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Significância Sig. (2 extremidades)
Tipo de gestão	Importância informação não financeira	648,000	4926,000	-1,193	0,233
	Utilização informação não financeira	589,000	4867,000	-1,688	0,091

4.2.3.4. Influência das características do serviço de contabilidade na importância e utilização da informação não financeira no processo de tomada de decisão

Quanto à importância atribuída pelos respondentes à informação não financeira no processo de tomada de decisão, a análise do teste H de Kruskal-Wallis e do teste U de Mann-Whitney, presentes nas Tabelas 40 e 41, respetivamente, mostra que algumas das variáveis independentes relacionadas com a caracterização do serviço de contabilidade, como a iniciativa de entrega da informação contabilística, a periodicidade de disponibilização da informação contabilística e a localização do serviço de contabilidade (interno ou externo), não apresentam diferenças estatisticamente significativas na importância atribuída à informação não financeira na tomada de decisão ($p > 0,05$). Contudo, o facto de a empresa ter sistemas de contabilidade de gestão implementados apresenta uma diferença estatisticamente significativa ($p = 0,028$; $p < 0,05$). Ao analisar as posições médias da elaboração ou não de contabilidade de gestão (ver Tabela 63 do Apêndice 3), constata-se que a importância atribuída à informação não financeira é significativamente maior entre os respondentes que afirmam ter contabilidade de gestão (posição média de 60,99) em comparação com aqueles que não têm (posição média de 47,64).

Quanto à frequência de utilização da informação não financeira no processo de tomada de decisão por parte dos respondentes, a análise do teste H de Kruskal-Wallis e do teste U de Mann-Whitney, novamente presentes nas Tabelas 40 e 41, respetivamente, mostra que algumas das variáveis independentes relacionadas com a caracterização do serviço de contabilidade, como a iniciativa de entrega da informação contabilística, a periodicidade de disponibilização da informação contabilística e o facto de terem contabilidade de gestão implementada, não apresentam diferenças estatisticamente significativas na utilização da informação não financeira na tomada de decisão ($p > 0,05$). Contudo, o facto de a empresa ter o serviço de contabilidade centralizado interna ou externamente apresenta diferenças estatisticamente significativas ($p = 0,028$; $p < 0,05$). Ao analisar as posições médias da localização do serviço de contabilidade (ver Tabela 64 do Apêndice 3), constata-se que a utilização da informação não financeira é maior entre as empresas que têm o serviço de contabilidade centralizado externamente (posição média de 61,05) em comparação com aqueles que o têm centralizado internamente (posição média de 49,28).

Tabela 40. Teste H de Kruskal-Wallis entre características do serviço de contabilidade e importância e utilização da informação não financeira

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	H de Kruskal-Wallis	df	Significância Sig.
Entrega informação contabilística	Importância informação não financeira	0,830	2	0,660
	Utilização informação não financeira	3,366	2	0,186
Disponibilização informação contabilística	Importância informação não financeira	7,804	4	0,099
	Utilização informação não financeira	8,741	4	0,068
Contabilidade de gestão/análítica	Importância informação não financeira	7,166	2	0,028
	Utilização informação não financeira	5,369	2	0,068

Tabela 41. Teste U de Mann-Whitney entre características do serviço de contabilidade e importância e utilização da informação não financeira

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	U de Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Significância Sig. (2 extremidades)
Serviço de contabilidade	Importância informação não financeira	1298,500	2894,500	-1,199	0,230
	Utilização informação não financeira	1163,500	2759,500	-2,034	0,042

4.2.4. Comparação entre informação financeira e informação não financeira no processo de tomada de decisão

4.2.4.1. Estatísticas descritivas

A Tabela 42, que evidencia a importância que os inquiridos atribuem à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão (questão 44), mostra que 51,4% dos respondentes consideram a informação financeira mais importante, enquanto apenas 1,8% atribuem maior importância à informação não financeira. Além disso, 46,8% consideram ambas igualmente importantes, indicando uma valorização significativa tanto das informações financeiras quanto das não financeiras.

Tabela 42. Importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão

Importância IF vs INF	n	%
Considero a informação financeira mais importante	56	51,4%
Considero a informação não financeira mais importante	2	1,8%
Considero ambas igualmente importantes	51	46,8%

A Tabela 43, relativa à abordagem que os respondentes adotam em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão (questão 45), indica que 31,2% baseiam-se unicamente na informação financeira, enquanto nenhum dos respondentes utiliza apenas a

informação não financeira. Por sua vez, 68,8% dos respondentes utilizam tanto a informação financeira quanto a não financeira de forma complementar, o que demonstra uma tendência significativa da combinação das duas categorias de informação no processo de tomada de decisão.

Tabela 43. Abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão

Utilização IF vs INF	n	%
Baseio-me unicamente na informação financeira	34	31,2%
Baseio-me unicamente na informação não financeira	0	0%
Utilizo ambas complementarmente	75	68,8%

4.2.4.2. Influência das características do respondente na importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão

O teste de independência do qui-quadrado, apresentado na Tabela 44, procura analisar se existe independência entre a importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão e cada uma das variáveis relacionadas com as características do respondente. Os resultados não são estatisticamente significativos ($p > 0,05$), pelo que a relação entre essas variáveis é independente.

Tabela 44. Teste de independência do qui-quadrado entre características do respondente e importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão

Caraterísticas do respondente	Teste de independência do qui-quadrado	Valor	df	Valor-p	Notas
Gênero	Qui-quadrado de Pearson	2,336 ^a	2	0,311	a. 2 células (33,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,94.
	Razão de verossimilhança	3,100	2	0,212	
	Coeficiente V de Cramer	0,146	-	-	
Idade	Qui-quadrado de Pearson	1,449 ^a	6	0,963	a. 5 células (41,7%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,18.
	Razão de verossimilhança	1,902	6	0,928	
	Coeficiente V de Cramer	0,082	-	-	
Nível de escolaridade	Qui-quadrado de Pearson	23,602 ^a	12	0,023	a. 13 células (61,9%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,02.
	Razão de verossimilhança	18,543	12	0,100	
	Coeficiente V de Cramer	0,329	-	-	
Área de formação	Qui-quadrado de Pearson	4,800 ^a	4	0,308	a. 3 células (33,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,46.
	Razão de verossimilhança	5,073	4	0,280	
	Coeficiente V de Cramer	0,148	-	-	
Experiência profissional	Qui-quadrado de Pearson	7,850 ^a	6	0,249	a. 6 células (50,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,07.
	Razão de verossimilhança	10,052	6	0,122	
	Coeficiente V de Cramer	0,190	-	-	
Função na empresa	Qui-quadrado de Pearson	9,107 ^a	6	0,168	a. 4 células (33,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,26.
	Razão de verossimilhança	9,969	6	0,126	
	Coeficiente V de Cramer	0,204	-	-	
Pertence à família	Qui-quadrado de Pearson	1,029 ^a	2	0,598	a. 2 células (33,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,40.
	Razão de verossimilhança	1,421	2	0,492	
	Coeficiente V de Cramer	0,097	-	-	
Fundador da empresa	Qui-quadrado de Pearson	5,863 ^a	4	0,210	a. 3 células (33,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,40.
	Razão de verossimilhança	6,331	4	0,176	
	Coeficiente V de Cramer	0,164	-	-	

4.2.4.3. Influência das características da empresa na importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão

O teste de independência do qui-quadrado, apresentado na Tabela 45, procura analisar se existe independência entre a importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão e cada uma das variáveis relacionadas com as características da empresa. Os resultados não são estatisticamente significativos ($p > 0,05$), pelo que a relação entre essas variáveis é independente.

Tabela 45. Teste de independência do qui-quadrado entre características da empresa e importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão

Caraterísticas da empresa	Teste de independência do qui-quadrado	Valor	df	Valor-p	Notas
Categoria da empresa	Qui-quadrado de Pearson	1,185 ^a	6	0,978	a. 8 células (66,7%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,04.
	Razão de verossimilhança	1,755	6	0,941	
	Coeficiente V de Cramer	0,074	-	-	
Normativo contabilístico	Qui-quadrado de Pearson	1,181 ^a	4	0,881	a. 5 células (55,6%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,15.
	Razão de verossimilhança	1,752	4	0,781	
	Coeficiente V de Cramer	0,074	-	-	
Início da atividade	Qui-quadrado de Pearson	3,568 ^a	6	0,735	a. 4 células (33,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,31.
	Razão de verossimilhança	4,005	6	0,676	
	Coeficiente V de Cramer	0,128	-	-	
Regime de IVA	Qui-quadrado de Pearson	1,616 ^a	4	0,806	a. 7 células (77,8%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,02.
	Razão de verossimilhança	2,158	4	0,707	
	Coeficiente V de Cramer	0,086	-	-	
Tipo de gestão	Qui-quadrado de Pearson	2,765 ^a	2	0,251	a. 2 células (33,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,31.
	Razão de verossimilhança	3,057	2	0,217	
	Coeficiente V de Cramer	0,159	-	-	

4.2.4.4. Influência das caraterísticas do serviço de contabilidade na importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão

O teste de independência do qui-quadrado, apresentado na Tabela 46, procura analisar se existe independência entre a importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão e cada uma das variáveis relacionadas com as caraterísticas do serviço de contabilidade. O teste revela que existe uma dependência entre a importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão e a iniciativa de entrega da informação contabilística ($p=0,037$; $p<0,05$). O coeficiente V de Cramer é de 0,213, indicando uma associação não muito significativa entre as variáveis. Relativamente às restantes variáveis, os resultados não são estatisticamente significativos ($p>0,05$), sugerindo que a relação entre as mesmas é independente.

Tabela 46. Teste de independência do qui-quadrado entre características do serviço de contabilidade e importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão

Caraterísticas do serviço de contabilidade	Teste de independência do qui-quadrado	Valor	df	Valor-p	Notas
Serviço de contabilidade	Qui-quadrado de Pearson	1,552 ^a	2	0,460	a. 2 células (33,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,97.
	Razão de verossimilhança	1,555	2	0,460	
	Coeficiente V de Cramer	0,119	-	-	
Entrega informação contabilística	Qui-quadrado de Pearson	9,912 ^a	4	0,420	a. 3 células (33,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,28.
	Razão de verossimilhança	10,20	4	0,037	
	Coeficiente V de Cramer	0,213	-	-	
Disponibilização informação contabilística	Qui-quadrado de Pearson	10,314 ^a	8	0,244	a. 8 células (53,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,02.
	Razão de verossimilhança	11,269	8	0,187	
	Coeficiente V de Cramer	0,218	-	-	
Contabilidade de gestão/analítica	Qui-quadrado de Pearson	1,453 ^a	4	0,835	a. 5 células (55,6%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,13.
	Razão de verossimilhança	1,585	4	0,811	
	Coeficiente V de Cramer	0,082	-	-	

4.2.4.5. Influência das caraterísticas do respondente na abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão

O teste de independência do qui-quadrado, apresentado na Tabela 47, procura analisar se existe independência entre a abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão e cada uma das variáveis relacionadas com as caraterísticas do respondente. O teste revela que existe uma dependência entre a abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão e o nível de escolaridade ($p=0,035$; $p<0,05$). O coeficiente V de Cramer é de 0,336, indicando uma associação moderada entre as variáveis. Relativamente às restantes variáveis, os resultados não são estatisticamente significativos ($p>0,05$), sugerindo que a relação entre as mesmas é independente.

Tabela 47. Teste de independência do qui-quadrado entre características do respondente e abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão

Caraterísticas do respondente	Teste de independência do qui-quadrado	Valor	df	Valor-p	Notas
Gênero	Qui-quadrado de Pearson	0,001 ^a	1	0,970	a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 15,91.
	Razão de verossimilhança	0,001	1	0,970	
	Coeficiente V de Cramer	0,004	-	-	
Idade	Qui-quadrado de Pearson	6,311 ^a	3	0,097	a. 2 células (25,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 3,12.
	Razão de verossimilhança	7,184	3	0,066	
	Coeficiente V de Cramer	0,241	-	-	
Nível de escolaridade	Qui-quadrado de Pearson	12,339 ^a	6	0,055	a. 8 células (57,1%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,31.
	Razão de verossimilhança	13,535	6	0,035	
	Coeficiente V de Cramer	0,336	-	-	
Área de formação	Qui-quadrado de Pearson	2,599 ^a	2	0,273	a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 7,80.
	Razão de verossimilhança	2,695	2	0,260	
	Coeficiente V de Cramer	0,154	-	-	
Experiência profissional	Qui-quadrado de Pearson	4,699 ^a	3	0,195	a. 2 células (25,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 1,25.
	Razão de verossimilhança	6,020	3	0,111	
	Coeficiente V de Cramer	0,208	-	-	
Função na empresa	Qui-quadrado de Pearson	0,451 ^a	3	0,930	a. 1 células (12,5%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 4,37.
	Razão de verossimilhança	0,449	3	0,930	
	Coeficiente V de Cramer	0,064	-	-	
Pertence à família	Qui-quadrado de Pearson	0,005 ^a	1	0,943	a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 6,86.
	Razão de verossimilhança	0,005	1	0,944	
	Coeficiente V de Cramer	0,007	-	-	
Fundador da empresa	Qui-quadrado de Pearson	1,393 ^a	2	0,498	a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 6,86.
	Razão de verossimilhança	1,389	2	0,499	
	Coeficiente V de Cramer	0,113	-	-	

4.4.4.6. Influência das características da empresa na abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão

O teste de independência do qui-quadrado, apresentado na Tabela 48, procura analisar se existe independência entre a abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão e cada uma das variáveis relacionadas com as características da empresa. Os resultados não são estatisticamente significativos ($p > 0,05$), sugerindo que a relação entre essas variáveis é independente.

Tabela 48. Teste de independência do qui-quadrado entre características da empresa e abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão

Caraterísticas da empresa	Teste de independência do qui-quadrado	Valor	df	Valor-p	Notas
Categoria da empresa	Qui-quadrado de Pearson	0,795 ^a	3	0,851	a. 3 células (37,5%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,62.
	Razão de verossimilhança	0,765	3	0,858	
	Coeficiente V de Cramer	0,085	-	-	
Normativo contabilístico	Qui-quadrado de Pearson	0,596 ^a	2	0,742	a. 1 células (16,7%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 2,50.
	Razão de verossimilhança	0,587	2	0,746	
	Coeficiente V de Cramer	0,074	-	-	
Início da atividade	Qui-quadrado de Pearson	2,558 ^a	3	0,465	a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 5,30.
	Razão de verossimilhança	2,598	3	0,458	
	Coeficiente V de Cramer	0,153	-	-	
Regime de IVA	Qui-quadrado de Pearson	0,850 ^a	2	0,654	a. 3 células (50,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,31.
	Razão de verossimilhança	1,166	2	0,558	
	Coeficiente V de Cramer	0,088	-	-	
Tipo de gestão	Qui-quadrado de Pearson	1,722 ^a	1	0,189	a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 5,30.
	Razão de verossimilhança	1,879	1	0,170	
	Coeficiente V de Cramer	0,126	-	-	

4.2.4.7. Influência das caraterísticas do serviço de contabilidade na abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão

O teste de independência do qui-quadrado, apresentado na Tabela 49, procura analisar se existe independência entre a abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão e cada uma das variáveis relacionadas com as caraterísticas do serviço de contabilidade. O teste revela que existe uma dependência entre a abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão tanto com a localização do serviço de contabilidade ($p=0,007$; $p<0,05$) como com a iniciativa de entrega da informação contabilística ($p=0,041$; $p<0,05$). O coeficiente V de Cramer é de 0,259 e 0,242, respetivamente, indicando uma associação não muito significativa entre as variáveis. Relativamente às restantes variáveis, os resultados não são estatisticamente significativos ($p>0,05$), sugerindo que a relação entre as mesmas é independente.

Tabela 49. Teste de independência do qui-quadrado entre características do serviço de contabilidade e abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão

Caraterísticas do serviço de contabilidade	Teste de independência do qui-quadrado	Valor	df	Valor-p	Notas
Serviço de contabilidade	Qui-quadrado de Pearson	7,301 ^a	1	0,007	a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 16,53.
	Razão de verossimilhança	7,476	1	0,006	
	Coeficiente V de Cramer	0,259	-	-	
Entrega informação contabilística	Qui-quadrado de Pearson	6,388 ^a	2	0,041	a. 1 células (16,7%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 4,68.
	Razão de verossimilhança	6,381	2	0,041	
	Coeficiente V de Cramer	0,242	-	-	
Disponibilização informação contabilística	Qui-quadrado de Pearson	6,925 ^a	4	0,140	a. 4 células (40,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,31.
	Razão de verossimilhança	8,245	4	0,083	
	Coeficiente V de Cramer	0,252	-	-	
Contabilidade de gestão/analítica	Qui-quadrado de Pearson	1,083 ^a	2	0,582	a. 2 células (33,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 2,18.
	Razão de verossimilhança	1,062	2	0,588	
	Coeficiente V de Cramer	0,100	-	-	

4.3. Discussão dos resultados

O questionário elaborado, no âmbito desta investigação, tinha como objetivo principal analisar o papel da contabilidade, através do uso da informação contabilística, que inclui informação financeira e não financeira, no processo de tomada de decisão dos gestores nas empresas familiares.

Inicialmente, de modo a analisar a importância que os respondentes atribuem a um conjunto de informações que resultavam numa gestão eficaz da empresa (ver Tabela 9), verificou-se que a informação considerada mais importante foi a informação financeira, com um elevado consenso entre os respondentes, enquanto a informação a que menos atribuíram importância foi a informação sobre a sustentabilidade, mas com uma maior variação de respostas entre os respondentes. Estes resultados indicam que é praticamente unânime que a informação financeira é considerada a mais fundamental para a gestão, devido à significativa informação que abrange e às várias finalidades que pode atender, como dar cumprimento às obrigações legais e fiscais, fornecer informação às partes interessadas, apoiar na tomada de decisão e avaliar o desempenho da empresa (ver Tabela 10). Além disso, na questão aberta 28, os respondentes (7) indicaram outras finalidades da informação financeira, tais como: fornecer dados sobre os custos e a eficiência dos processos produtivos; candidaturas a estatuto PME Excelência; e candidaturas a fundos para projetos de investimento. Contudo, a informação sobre sustentabilidade, enquadrada na categoria de informação não financeira, foi considerada a menos importante entre todos os tipos de informação disponíveis para os gestores. Isto pode dever-se ao facto de a sustentabilidade ser um conceito ainda relativamente recente no contexto empresarial e muitas empresas ainda não terem plena consciência das vantagens que sua integração pode trazer para as operações, o que resulta na

desvalorização dessa informação. Não obstante, o facto de ser perceptível uma variação considerável nas respostas relativamente a este tipo de informação revela que já existem empresas conscientes desta prática e que, a longo prazo, pode resultar numa integração generalizada por parte das empresas.

Posteriormente, realizou-se um conjunto de perguntas para apurar o papel da informação financeira no processo de tomada de decisão, de modo a perceber a sua importância e utilização, os fatores que condicionam essa importância e utilização, bem como as limitações da utilização, por parte dos respondentes.

No que concerne à frequência de utilização da informação financeira no processo de tomada de decisão (ver Tabela 11), é possível identificar que a maioria dos inquiridos utiliza consideravelmente este tipo de informação. Através da questão aberta 31 do questionário, os respondentes (51) deram exemplos de tomada de decisão em que utilizam a informação financeira, sendo os mais frequentes: realização de investimentos, aquisição de ativos fixos tangíveis, atualização de ordenados, novas contratações, pedidos de financiamento e distribuição de resultados. Este resultado é consistente com İbicioğlu et al. (2010), Porton e Longary (2006) e Serrasqueiro e Nunes (2004), que revelam nos seus estudos que os gestores utilizam a informação financeira como um instrumento que auxilia na tomada de decisão, percebendo que esta é uma ferramenta útil para gerir a sua empresa. No entanto, os resultados não se encontram alinhados com os dos estudos realizados por Moreira et al. (2013), Demiraj et al. (2021) e Witt et al. (2018), pois nessas investigações, a maioria dos inquiridos consideraram a contabilidade como realizada primordialmente para efeitos legais e fiscais, não sendo utilizada de forma completa, no sentido de não contribuir para outras finalidades, como a tomada de decisão.

Quanto à importância que os respondentes atribuem a cada uma das demonstrações financeiras no processo de tomada de decisão (ver Tabela 12), constata-se que os respondentes dão mais valor à demonstração dos resultados e ao balanço, o que vai ao encontro do estudo de Pereira et al. (2021). Isto pode acontecer porque são essas demonstrações financeiras que comportam mais informação e de maior relevância e, como a amostra é composta sobretudo por pequenas empresas, estas podem não ser necessariamente obrigadas a elaborar as restantes demonstrações financeiras, se utilizarem normativos contabilísticos mais simplificados. Inclusive, verificou-se que há empresas na amostra que usam NCRF- PE e NCRF-ME.

Relativamente à importância que os participantes atribuem à informação financeira para cada tipo de decisão (operacional, tática e estratégica) (ver Tabela 13), observa-se que é atribuída maior

importância à informação financeira nas decisões táticas e estratégicas, provavelmente porque para tomar esse tipo de decisões é necessária uma compreensão mais profunda da situação financeira da empresa, pois estas produzem impactos a médio e longo prazo na empresa. Estes resultados vão parcialmente ao encontro do estudo elaborado por Serrasqueiro e Nunes (2004), na medida em que estes autores constaram que as decisões operacionais eram consideradas as mais relevantes, a par de alguns tipos de decisões táticas.

No que diz respeito às limitações inerentes ao papel da informação financeira no processo de tomada de decisão (ver Tabela 15), baseadas em Salehi (2024), os participantes do estudo destacaram como as principais limitações: a falta de consideração pela informação não financeira (ou seja, só considera informação que pode ser mensurada em termos monetários), a falta de tempo e formação dos gestores para analisar a informação contabilística adequadamente e a indisponibilidade ou desatualização da informação. Com isto, verifica-se que: os gestores têm consciência que apenas considerar informação financeira no processo de tomada de decisão pode resultar numa visão incompleta ou incorreta da situação da empresa; se os gestores não tiverem formação adequada para analisar dados financeiros podem não utilizá-los de forma eficaz nas suas decisões; e quando os gestores não têm acesso a informações financeiras atualizadas e relevantes, as suas decisões podem ser baseadas em informações incompletas ou desatualizadas, levando a escolhas menos eficazes. Contudo, relativamente à falta de formação dos gestores para analisar a informação, uma das formas de resolver essa limitação é analisar a informação financeira com o apoio do contabilista, sendo que a maioria dos respondentes prefere essa opção do que analisar de forma individual a informação (ver Tabela 14). Tal encontra-se alinhado com Serrasqueiro e Nunes (2004), onde referem que o contabilista pode ajudar o gestor a interpretar e utilizar de forma mais eficaz a informação financeira quando este apresenta dificuldades nessa tarefa.

Por sua vez, os participantes quando questionados se manteriam o serviço de contabilidade na sua empresa se a contabilidade deixasse de ser uma exigência legal (ver Tabela 16), a maioria dos inquiridos respondeu que sim, sugerindo que os mesmos reconhecem a importância da contabilidade não apenas como um cumprimento de uma obrigação legal, mas como uma prática essencial que tem diversas finalidades, importantes para uma gestão eficaz da empresa. Este resultado não se encontra alinhado com os resultados do estudo de Moreira et al. (2013), dado que a maioria dos participantes desse estudo não manteriam o serviço de contabilidade caso houvesse uma simplificação no apuramento e cumprimento dos impostos.

De seguida, foram realizados testes H de Kruskal-Wallis e testes U de Mann-Whitney, de modo a aferir se cada uma das variáveis independentes, relacionadas com a caracterização do respondente, da empresa ou do serviço de contabilidade, influenciam quer a utilização da informação financeira no processo de tomada de decisão quer a importância que os respondentes atribuem à informação financeira para a tomada de decisões operacionais, táticas ou estratégicas. Os resultados sugerem que as seguintes variáveis influenciam efetivamente a utilização da informação financeira no processo de tomada de decisão:

- Experiência profissional – Há uma tendência de aumento da utilização da informação financeira à medida que os anos de experiência profissional dos respondentes aumenta, consistente com os estudos de Gouveia et al. (2015) e İbicioğlu et al. (2010).
- Início de atividade da empresa – À medida que aumenta a antiguidade da empresa, esta vai utilizando mais a informação financeira, até a um certo período de amadurecimento (entre 16 e 30 anos), sendo que após esse período a sua utilização cai para posições inferiores.
- Periodicidade de disponibilização da informação contabilística – A utilização da informação financeira é maior quando a sua disponibilização ocorre mensalmente ou sempre que solicitada, de forma contínua, ou seja, quando a informação financeira é disponibilizada de forma mais frequente, o que vai ao encontro do estudo elaborado por Pereira et al. (2021).
- Contabilidade de gestão/analítica – A utilização da informação financeira é significativamente maior entre os respondentes que afirmam ter sistemas de contabilidade de gestão implementados na empresa em comparação com aqueles que não têm, o que é consistente com a investigação de Serrasqueiro e Nunes (2004).

Por sua vez, foi possível verificar que as seguintes variáveis influenciam a importância que os respondentes atribuem à informação financeira para a tomada de decisões operacionais, táticas ou estratégicas:

- Contabilidade de gestão/analítica nas decisões operacionais – A importância atribuída à informação financeira nas decisões operacionais é significativamente maior entre os respondentes que afirmam ter sistemas de contabilidade de gestão implementados na empresa em comparação com aqueles que não têm.
- Início de atividade da empresa nas decisões táticas – À medida que aumenta a antiguidade da empresa, esta vai atribuindo maior importância à informação financeira nas decisões

táticas, até a um certo período de amadurecimento (entre 16 e 30 anos), sendo que após esse período a utilização cai para posições inferiores.

- Iniciativa de entrega informação contabilística nas decisões táticas – A importância atribuída à informação financeira nas decisões táticas é significativamente maior quando a informação contabilística é entregue quando solicitada pela gestão ou de ambas as formas (solicitada pela gestão ou entregue por iniciativa do contabilista) comparativamente quando apenas é entregue quando há iniciativa do contabilista.
- Categoria da empresa nas decisões estratégicas – À medida que aumenta a categoria da empresa, aumenta a relevância da informação financeira para a tomada de decisões estratégicas.
- Normativo contabilístico nas decisões estratégicas – À medida que aumenta a complexidade do normativo contabilístico, aumenta a relevância da informação financeira para a tomada de decisões estratégicas.

Subsequentemente, realizou-se um conjunto de perguntas para apurar o papel da informação não financeira no processo de tomada de decisão, de modo a perceber a sua importância e utilização, os fatores que condicionam essa importância e utilização, bem como os desafios da sua utilização, por parte dos respondentes.

Em relação à elaboração de informação não financeira, há um equilíbrio relativamente aos respondentes que elaboram informação não financeira e aqueles que não elaboram (ver Tabela 29). Entre os que elaboram esse tipo de informação, a maioria apenas a divulga internamente (ver Tabela 29), sendo os principais destinatários dessa divulgação os gestores e os proprietários (ver Tabela 30). Estes resultados vão ao encontro dos dados do relatório elaborado pela BSR (2020), pois constata-se que, nas empresas onde trabalham parte dos respondentes, a divulgação interna dessa informação é identificada como importante para suportar a tomada de decisões dentro da empresa. Isto reflete uma abordagem orientada para a governação interna, para a qual a informação não financeira serve como um recurso para acompanhar e melhorar o desempenho da empresa. Por sua vez, as empresas que divulgam externamente a informação não financeira, fazem-no, sobretudo, no Relatório e Contas (ver Tabela 31), sendo os principais destinatários dessa informação os fornecedores, credores, clientes e investidores atuais ou potenciais (ver Tabela 32). Isto sugere que as empresas priorizam a divulgação de informações para *stakeholders* diretamente ligados às operações financeiras e comerciais.

No que se refere à importância atribuída à informação não financeira pelos respondentes (ver Tabela 33) e sua frequência de utilização no processo de tomada de decisão (ver Tabela 34), a maioria das respostas concentram-se numa importância e utilização moderadas, apesar de existir alguma variação de respostas entre os participantes. Estes resultados revelam que, apesar de a informação não financeira ainda não ser vista como muito relevante por todos os respondentes, existem alguns que já têm consciência da utilidade e do seu papel no processo de tomada de decisões.

No âmbito dos desafios para a elaboração de informação não financeira (ver Tabela 35), identificados por Jain e Tripathi (2022), os respondentes destacam a falta de recursos (incluindo tempo), a falta de conhecimento e consciência acerca de conceitos relacionados com sustentabilidade, a dificuldade em medir o impacto social e ambiental, e a baixa prioridade em relação a informações financeiras. Isto sugere que muitas empresas ainda não dispõem de meios adequados ou pessoas qualificadas para elaborar e analisar este tipo de informação e que ainda há um longo caminho a percorrer no que toca à sensibilização e educação dos gestores para os consciencializar da importância da informação não financeira na tomada de decisões, como forma até de complementar a informação financeira.

De seguida, foram realizados testes H de Kruskal-Wallis e testes U de Mann-Whitney, de modo a aferir se cada uma das variáveis independentes, relacionadas com a caracterização do respondente, da empresa ou do serviço de contabilidade, influenciam quer a importância que os respondentes atribuem à informação não financeira quer a utilização da informação não financeira no processo de tomada de decisão. Os resultados sugerem que as seguintes variáveis influenciam a importância atribuída pelos respondentes à informação não financeira:

- Início de atividade da empresa – À medida que aumenta a antiguidade da empresa, esta vai atribuindo maior importância à informação não financeira, até a um certo período de amadurecimento (entre 16 e 30 anos), sendo que após esse período utilização cai para posições inferiores.
- Contabilidade de gestão/analítica – A importância atribuída à informação não financeira é significativamente maior entre os respondentes que afirmam que a empresa tem sistemas de contabilidade de gestão em comparação com aqueles que responderam que a empresa não tem.

Por sua vez, os resultados também sugerem que as seguintes variáveis influenciam efetivamente a utilização da informação não financeira no processo de tomada de decisão:

- Nível de escolaridade – Há uma tendência de maior utilização da informação não financeira à medida que o nível de escolaridade aumenta, especialmente a partir de níveis acadêmicos mais avançados.
- Experiência profissional – Há uma tendência de diminuição na utilização da informação não financeira à medida que a experiência profissional dos respondentes aumenta.
- Início de atividade da empresa – À medida que aumenta a antiguidade da empresa, esta vai utilizando com maior frequência a informação não financeira, até a um certo período de amadurecimento (entre 16 e 30 anos), sendo que após esse período utilização cai para posições inferiores.
- Localização do serviço de contabilidade – A utilização da informação não financeira é maior entre as empresas que têm o serviço de contabilidade centralizado externamente em comparação com aquelas que o têm centralizada internamente.

Por fim, procurou-se analisar a importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão e a abordagem adotada em relação a ambas.

Quanto à importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão (ver Tabela 42), constatou-se que a maioria dos respondentes considera a informação financeira mais importante, mas uma parte significativa considera ambas igualmente importantes. Contudo, quando analisada a abordagem efetivamente adotada em relação à informação financeira e não financeira (ver Tabela 43), a maioria dos inquiridos utiliza ambas as informações complementarmente, enquanto um menor número de participantes baseia-se unicamente na informação financeira. Isto revela uma distinção entre a importância e a prática adotada pelos gestores. Embora muitos considerem a informação financeira como a mais importante, isso não significa que esta seja a única base para a tomada de decisões, pois a prática mostra que a maioria dos gestores adota uma abordagem que combina tanto a informação financeira quanto a não financeira, utilizando-as de forma complementar para tomar decisões mais completa e informada. Isso significa que está a começar a existir uma valorização crescente na informação não financeira, de modo ser possível tomar decisões tendo por base uma visão mais abrangente sobre o desempenho da empresa. Estes resultados não são consistentes com o estudo de Krechovská e Procházková (2014), que verificaram que a informação não

financeira não estava integrada nos processos empresariais individuais, sendo que o foco nos resultados financeiros da empresa continuava a ser predominante.

De seguida, foi realizado o teste de independência do qui-quadrado de modo a analisar se existe independência entre a importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão e cada uma das variáveis relacionadas com as características do respondente, da empresa ou do serviço de contabilidade. Os resultados levam a concluir que apenas existe dependência entre a importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão e a iniciativa de entrega da informação contabilística, apesar de esta associação não ser muito significativa.

Finalmente, foi realizado o teste de independência do qui-quadrado de modo a analisar se existe independência entre a abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão e cada uma das variáveis relacionadas com as características do respondente, da empresa ou do serviço de contabilidade. Verificou-se que existe uma dependência entre a abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão e o nível de escolaridade, a localização do serviço de contabilidade e a iniciativa de entrega da informação contabilística, apesar de em todas ser considerada uma associação apenas moderada.

5. Relatório das atividades desenvolvidas durante o estágio

O presente relatório, elaborado no âmbito do Mestrado em Contabilidade na Universidade do Minho, tem como intuito descrever as atividades desempenhadas durante o estágio curricular na entidade acolhedora do estágio. Além disso, o Relatório de Estágio tem como objetivo o cumprimento do n.º 1 do artigo 9.º do RIEEP da OCC (em vigor na data de início do estágio), de modo a colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos e, desta forma, ficar dispensada da realização de um estágio profissional. Assim sendo, o estágio curricular incidiu sobre as seguintes práticas:

- a) Aprendizagem relativa à forma como se organiza a contabilidade nos termos do sistema de normalização contabilística ou outros normativos contabilísticos oficialmente aplicáveis, desde a receção dos documentos até à sua classificação, registo e arquivo;
- b) Práticas de controlo interno;
- c) Apuramento de contribuições e impostos e preenchimento das respetivas declarações;
- d) Supervisão dos atos declarativos para a segurança social e para efeitos fiscais relacionados com o processamento de salários;
- e) Encerramento de contas e preparação das demonstrações financeiras e restantes documentos que compõem o “dossier fiscal”;
- f) Preparação da informação contabilística para relatórios e análise de gestão e informação periódica à entidade a quem presta serviços;
- g) Identificação e acompanhamento relativo à resolução de questões da organização com o recurso a contactos com os serviços relacionados com a profissão;
- h) Preparação de pareceres e relatórios de consultoria ou de peritagem nas áreas da contabilidade e da fiscalidade;
- i) Sensibilização para a possibilidade de intervenção, em representação dos sujeitos passivos, na fase graciosa do procedimento tributário e no processo tributário, até ao limite a partir do qual, nos termos legais, é obrigatória a constituição de advogado, no âmbito de questões relacionadas com as competências específicas dos contabilistas certificados;
- j) Conduta ética e deontológica associada à profissão.

A estrutura deste capítulo irá dividir-se em 3 partes. Numa primeira fase será apresentada a entidade acolhedora de estágio, onde serão mencionadas as suas particularidades. De seguida, será caracterizado o estágio através da descrição das atividades desenvolvidas na empresa, acompanhada pelo devido enquadramento teórico e legislação associada. Por fim, serão mencionados os principais desafios enfrentados ao longo do estágio, como foram superados e de que forma este irá contribuir para futuras experiências profissionais.

5.1. Apresentação da entidade acolhedora

A entidade acolhedora do estágio foi a Partida Decisiva, Lda., localizada no Lugar de Crespos s/n Britelo, 4890-264, Celorico de Basto. Esta empresa conta com 12 anos de existência e insere-se no ramo de atividade do Comércio a Retalho em Supermercados e Hipermercados (CAE 47111). Está registada como uma sociedade por quotas, com um capital social de 50 000€ e é constituída por dois sócios irmãos, sendo um deles sócio-gerente, pelo que é considerada uma empresa com estrutura familiar. A empresa é constituída por três lojas da marca Amanhecer, dois armazéns (frescos e congelados) e um escritório onde está localizada a sede.

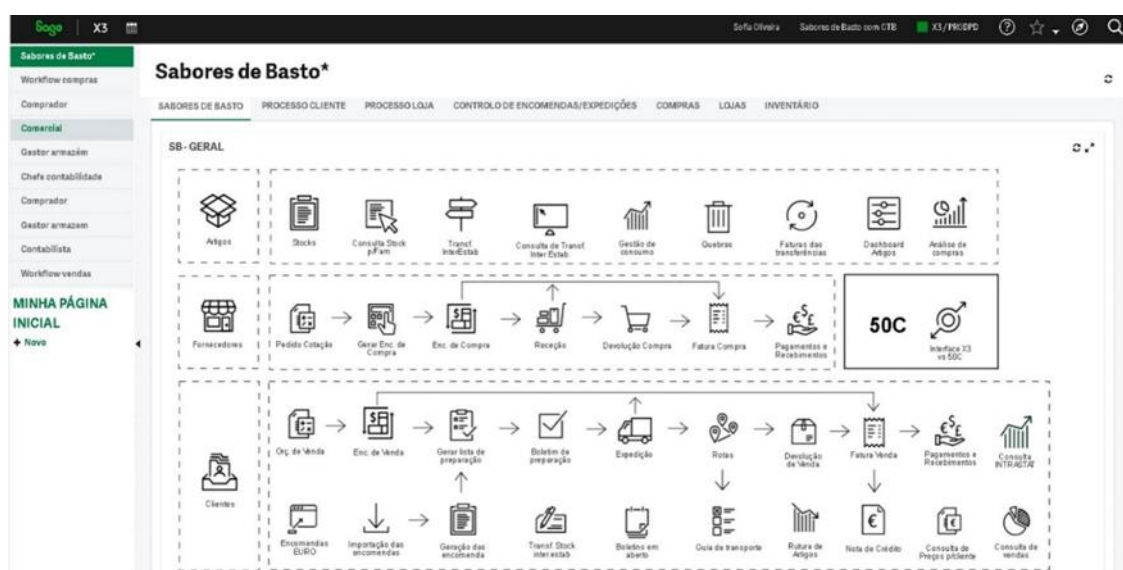
No que respeita à parceria com a marca Amanhecer, esta consiste num acordo de cooperação comercial em que o objetivo é que os retalhistas continuem a ser os verdadeiros donos do seu negócio, com a vantagem de ter acesso a uma marca própria, a uma imagem renovada e a um conjunto de apoios e serviços para desenvolver o seu próprio negócio. As lojas, denominadas “Sabores de Basto - Amanhecer”, estão distribuídas pelos concelhos de Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto, empregando 25 funcionários.

Relativamente aos armazéns, onde trabalham 10 funcionários, são instalações utilizadas com o objetivo de rececionar, armazenar e expedir mercadorias para as lojas e outros clientes nacionais e internacionais, sendo o local também utilizado para a gestão da informação relativa aos *stocks*.

Já no escritório, local onde realizei o meu estágio, trabalham 7 funcionários, dos quais duas são contabilistas certificadas. As tarefas desempenhadas no escritório são, essencialmente, encomendas a fornecedores; receção de encomendas de clientes; reuniões com clientes e fornecedores; controlo de *stock*; registo de tarifas; atualizações de preços; resolução de problemas relativos às lojas; faturação; receção, organização, registo e arquivo de documentos contabilísticos; processamento de salários; e cumprimento de obrigações legais e fiscais.

A Partida Decisiva, Lda. utiliza o *software* de gestão “Sage X3” (ver Figura 4), que se trata de um sistema informático para realizar, sobretudo, os registos contabilísticos e gestão de *stocks*; as ferramentas do *Office*, principalmente o *Excel*, para a elaboração de mapas de trabalho; o *e-mail*, que facilita a envio e a receção de documentos dos fornecedores, clientes, entidades bancárias, entre outros; e o servidor, onde constam os documentos e as informações de toda a empresa.

Figura 4. Entrada geral no *software* de gestão “Sage X3”



5.2. Caracterização do estágio

O estágio curricular teve a duração de 6 meses, tendo iniciado a 4 de dezembro de 2023 e terminado a 4 de junho de 2024, compreendendo a duração mínima de 6 meses consecutivos e de, pelo menos, 600 horas. O horário cumprido foi de 3 dias semanais (normalmente, segunda-feira, terça-feira e quarta-feira) das 09h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00, respeitando os descansos diário e semanal, feriados e segurança, higiene e saúde no trabalho.

Este realizou-se na sede da entidade acolhedora e foi supervisionado pela Contabilista Certificada Arminda Maria Leite da Silva, sendo o estágio realizado com o objetivo de cumprir os requisitos da OCC para, assim, aceder à profissão de Contabilista Certificado.

Uma vez que já trabalhava previamente na empresa antes de realizar o estágio curricular, já tinha uma noção do funcionamento da entidade e já existiam algumas funções que me eram atribuídas, nomeadamente, receção, organização, registo e arquivo de faturas e notas de crédito de fornecedores e despesas gerais das três lojas e dos armazéns; registo de tarifas; e lançamento na contabilidade de pagamentos e depósitos bancários. Contudo, com o início do estágio curricular, as minhas tarefas alargaram-se, de modo a cumprir todas as práticas presentes no n.º 1 do artigo 9.º do RIEEP da OCC, contando sempre com a ajuda da minha supervisora e dos restantes colegas, a quem recorria quando tinha dúvidas ou necessitava de mais informações acerca do modo de realização de determinadas tarefas.

Assim, ao longo do relatório irei explicar com detalhe as tarefas desenvolvidas na empresa, com alguns exemplos representativos, tendo em conta o devido enquadramento teórico.

5.2.1 Aprendizagem relativa à forma como se organiza a contabilidade nos termos do sistema de normalização contabilística ou outros normativos contabilísticos oficialmente aplicáveis, desde a receção dos documentos até à sua classificação, registo e arquivo

Desde o início do estágio, as tarefas desempenhadas consistiram, principalmente, na receção, organização, registo no *software* informático e, por fim, o arquivo dos documentos contabilísticos nas capas mensais.

A primeira fase do processo contabilístico diz respeito à receção dos documentos que podem ser faturas, faturas-recibo, faturas simplificadas, notas de crédito, recibos e documentos bancários. Estes podem ser rececionados por *e-mail*, via CTT ou os próprios fornecedores entregarem a documentação em mãos no escritório ou mesmo nas lojas e armazéns, onde, posteriormente, são enviadas para o escritório.

No momento da receção das faturas, é necessário analisá-las de modo a confirmar se estão presentes todos os elementos do n.º 5 do artigo 36.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA), nomeadamente:

- a) Os nomes, firmas ou denominações sociais e a sede ou domicílio do fornecedor de bens ou prestador de serviços e do destinatário ou adquirente sujeito passivo do imposto, bem como os correspondentes números de identificação fiscal;
- b) A quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados, com especificação dos elementos necessários à determinação da taxa aplicável; as embalagens não efetivamente transacionadas devem ser objeto de indicação separada e com menção expressa de que foi acordada a sua devolução;
- c) O preço, líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável;
- d) As taxas aplicáveis e o montante de imposto devido;
- e) O motivo justificativo da não aplicação do imposto, se for caso disso;
- f) A data em que os bens foram colocados à disposição do adquirente, em que os serviços foram realizados ou em que foram efetuados pagamentos anteriores à realização das operações, se essa data não coincidir com a da emissão da fatura.

Caso não estejam cumpridos estes requisitos, as faturas não podem ser contabilizadas e os fornecedores serão contactados para que regularizem a situação.

Após a receção, é necessário proceder à separação e organização dos documentos contabilísticos nos respetivos dossiers, onde apenas os documentos originais são arquivados, e não os duplicados, triplicados ou fotocópias. Cada capa de documentos contabilísticos é mensal que, por sua vez, contem os documentos organizados por ordem cronológica em diferentes diários.

A organização dos diários é feita da seguinte forma:

- Compras - No diário de compras são incluídas as faturas (ver Figura 5) as faturas simplificadas, as faturas-recibo (ver Figura 6), as notas de crédito (ver Figura 7) e as notas de débito de compras de mercadorias a fornecedores;
- Despesas Gerais - Neste diário são incluídos todos gastos que a empresa tenha nesse mês, como é o caso dos documentos referentes a fornecimento e serviços externos: eletricidade (ver Figura 8), água, comunicações, combustível, rendas e alugueres, material de escritório, seguros, trabalhos especializados, conservações e reparações, segurança e vigilância, ferramentas e utensílios, entre outros;
- Faturação – Neste diário estão presentes as faturas (ver Figura 9) e notas de crédito de todas as vendas e prestações de serviço efetuadas pela entidade;
- Bancos – No diário de bancos são contabilizados todos os documentos que movimentem as contas bancárias, como é o caso dos depósitos bancários (ver Figura 10), pagamentos (ver Figura 11) e recebimentos (ver Figura 12).

Depois de organizados todos os documentos contabilísticos, inicia-se o lançamento no *software* informático. Os dados a preencher no lançamento de documentos são o estabelecimento, a data, tipo de documento, forma de pagamento, o terceiro, número da fatura ou nota de crédito e somente depois se procede à introdução das contas, o descritivo da operação ou artigos, a quantidade, os respetivos valores, eventuais descontos e as taxas de IVA. Caso o cliente/fornecedor não exista no sistema, significa que é novo e, portanto, é necessário proceder à sua criação, seguindo os seguintes passos: Base de Dados > Terceiros > Fornecedores/Cientes e, de seguida, preenche-se os dados do cliente/fornecedor em questão, com o nome, NIF, morada, contactos, método e prazo de pagamento, entre outros. À posteriori, valida-se o documento contabilístico, sendo gerado um número sequencial, e esse número deve ser colocado (após o documento ser carimbado) em todos os documentos de forma a facilitar futuras consultas, caso seja necessário. Por fim, à medida que os documentos são validados, carimbados

e registado o respetivo número de lançamento, estes são novamente arquivados na respetiva capa, de forma sequencial.

Figura 5. Lançamento contabilístico de uma fatura de compra a fornecedores

Reg. documentos STDCO: Trans.Coluna- campos todos

Estab. = P01 Tipo de doc. = FFO Número = FFOF012405/00095 Data = 27-05-24

Diário = FFO Categoria = Real Status = Provisório Transacção = STDCO

Cabeçalho

Linhas

	Estab.	Collectivo	C.Geral	Tercário	Débito	Crédito
1	P01	FRIGE	22111	100213		3 713,99
2	P01		3111		3 019,50	
3	P01		2432113		694,49	
4						

Totais

Total débito: 3 713,99 EUR Total crédito: 3 713,99 EUR

Figura 6. Lançamento contabilístico de uma fatura-recibo de compra a fornecedores

Reg. documentos STDCO: Trans.Coluna- campos todos

Estab. = P52 Tipo de doc. = FCX Número = FCFP522405/00012 Data = 15-05-24

Diário = FCX Categoria = Real Status = Provisório Transacção = STDCO

Cabeçalho

Linhas

	Estab.	Collectivo	C.Geral	Tercário	Débito	Crédito
1	P52	FRIGE	22111	100239		88,00
2	P52	FRIGE	22111	100239	88,00	
3	P52	CK1	111	CK0001		88,00
4	P52		3111		71,54	
5	P52		2432113		16,46	
6						

Totais

Total débito: 176,00 EUR Total crédito: 176,00 EUR

Figura 7. Lançamento contabilístico de uma nota de crédito de compra a fornecedores

Sage | X3

Tudo > Contabilidade > Docs.

Reg. documentos STDCO : Trans.Coluna- campos todos

Cabeçalho Linhas

Estab. * P53 Tipo de doc. * NCF Número NCFP5324/00064 Data * 21-05-24

L09GANDARE NCFor

Diário * NCF Categoria * Real Status * Provisório Transacção STDCO

NCFor

Cabeçalho

Linhas

	Estab.	Colectivo	C.Geral	Terceiro	Débito	Crédito
1	P53	FRGE	22111	100213	33,06	
2	P53		31711			26,88
3	P53		2434213			6,18
4						

Totais

Total débito 33,06 EUR Total crédito 33,06 EUR

Figura 8. Lançamento contabilístico de uma fatura de eletricidade (fornecimento e serviços externos)

Sage | X3

Tudo > Contabilidade > Docs.

Reg. documentos STDCO : Trans.Coluna- campos todos

Cabeçalho Linhas

Estab. * P00 Tipo de doc. * FSE Número FSEP002403/00029 Data * 12-03-24

P0EC-SEDE Fact.FSE

Diário * FSE Categoria * Real Status * Provisório Transacção STDCO

Fact.FSE

Cabeçalho

Linhas

	Estab.	Colectivo	C.Geral	Terceiro	Débito	Crédito
1	P00	FRGE	22111	100283		1 879,21
2	P00		62411		2,85	
3	P00		62411		1 525,36	
4	P00		2432311		0,17	
5	P00		2432313		350,83	
6						

Totais

Total débito 1 879,21 EUR Total crédito 1 879,21 EUR

Figura 9. Lançamento contabilístico de uma fatura de venda a um cliente francês (isento de IVA ao abrigo do artigo 14.º do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI))

Tudo > Contabilidade > Docs.

Reg. documentos STDCO : Trans.Coluna- campos todos

Cabeçalho Linhas

Estab. P01 Tipo de doc. FCL Número FCLP0124/00099 Data 13-03-24

PDP/CTB Fact/Cliente

Diário FCL Categoria Real Status Provisório Transacção STDCO

Fact/Cliente

Cabeçalho

Linhas

	Estab.	Collectivo	C.Geral	Terceiro	Débito	Crédito
1	P01	CGU1	2112	100153	1 680,00	
2	P01		7112			1 680,00
3						

Totais

Total débito 1 680,00 EUR Total crédito 1 680,00 EUR

Figura 10. Lançamento contabilístico de um depósito bancário

Tudo > Contabilidade > Docs.

Reg. documentos STDCO : Trans.Coluna- campos todos

Cabeçalho Linhas

Estab. P00 Tipo de doc. BAN Número BANP0024/01305 Data 15-03-24

PDEC -SEDE Bancos

Diário BAN Categoria Real Status Provisório Transacção STDCO

Bancos

Cabeçalho

Linhas

	Estab.	Collectivo	C.Geral	Terceiro	Débito	Crédito
1	P00	DO1	1201	80001	10 300,00	
2	P00		119			10 300,00
3						

Totais

Total débito 10 300,00 EUR Total crédito 10 300,00 EUR

Figura 11. Lançamento contabilístico de pagamentos a fornecedores

Sage | X3

Tudo > Contabilidade > Docs.

Reg. documentos STDCO : Trans.Coluna- campos todos

Cabeçalho Linhas

Estab. * P01 Tipo de doc. * PAG Número PAGP0124/00010 Data * 13-03-24

PD PT/CBT Pagamentos

Diário * BC1 Categoria * Real Status * Provisório Transacção STDCO

Tesouraria

Cabeçalho

Linhas

	Estab.	Collectivo	C.Geral	Terceiro	Débito	Crédito
1	P01	FRGE	22111	100365	8 000,00	
2	P01	DO1	1201	B0001		8 000,00
3						

Totais

Total débito 8 000,00 EUR Total crédito 8 000,00 EUR

Figura 12. Lançamento contabilístico de recebimentos de clientes

Sage | X3

Tudo > Contabilidade > Docs.

Reg. documentos STDCO : Trans.Coluna- campos todos

Cabeçalho Linhas

Estab. * P01 Tipo de doc. * REC Número RECP0124/00015 Data * 05-02-24

PD PT/CBT Recebimentos

Diário * BC1 Categoria * Real Status * Provisório Transacção STDCO

Tesouraria

Cabeçalho

Linhas

	Estab.	Collectivo	C.Geral	Terceiro	Débito	Crédito
1	P01	CGN1	21111	100191		4 773,38
2	P01	DO1	1201	B0001	4 773,38	
3						

Totais

Total débito 4 773,38 EUR Total crédito 4 773,38 EUR

5.2.2. Práticas de controlo interno

O controlo interno corresponde ao conjunto de métodos e práticas internas adotadas com vista a verificar a exatidão e a fiabilidade da informação contabilística, a promover a eficácia operacional e a garantir o cumprimento das normas legais, fiscais e contabilísticas.

Destaco, de seguida, alguns dos procedimentos de controlo interno executados na empresa:

- Realização mensal de reconciliação bancária, comparando os saldos contabilísticos das contas correntes dos bancos com os saldos dos extratos bancários emitidos pelas instituições bancárias, com o objetivo de apurar se existem diferenças entre os movimentos nas contas bancárias e o saldo interno da empresa e, caso existam, proceder à sua correção;
- De modo a evitar o lançamento de documentos repetidos, o próprio sistema informático tem um conjunto ferramentas que permite alertar se o documento é potencialmente duplicado, nomeadamente, através do número do documento;
- No momento da receção das faturas, verifica-se se as mesmas cumprem os requisitos estabelecidos no n.º 5 do artigo 36.º e no n.º 5 do artigo 78.º do CIVA;
- Escrita manual em todos os documentos contabilísticos arquivados do número sequencial do lançamento gerado pelo programa;
- Cruzar os saldos das contas correntes de clientes e fornecedores, com extratos solicitados a terceiros, a fim de detetar possíveis lançamentos duplicados, valores incorretos, ou então a falta de documentos;
- Conferência mensal dos documentos lançados na contabilidade com os documentos comunicados no E-fatura, com o intuito de verificar se todos os documentos que estão no portal da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) estão na posse da empresa, se existem documentos em falta e se todas as faturas e notas de crédito de venda foram comunicadas;
- Verificar se os imóveis e as viaturas inscritos na AT correspondem aos registados na contabilidade interna da empresa;
- No momento do apuramento do IVA é confirmado se o valor das vendas que está na contabilidade corresponde ao valor das vendas do ficheiro SAF-T (PT), submetido no portal da AT.

5.2.3. Apuramento de contribuições e impostos e preenchimento das respetivas declarações

As empresas têm de cumprir diversas obrigações legais e fiscais, que podem ser mensais, trimestrais ou anuais. Essas obrigações devem ser realizadas dentro dos prazos legais e de acordo com os critérios estabelecidos na lei, de forma a evitar coimas e sanções. Isto implica que haja conhecimento relativo às leis e às regras de tributação, por isso é que é da responsabilidade dos contabilistas certificados a entrega das declarações fiscais.

No decorrer do meu estágio efetuei tarefas relacionadas ao apuramento de contribuições e de impostos e ao preenchimento das respetivas declarações. As principais obrigações fiscais elaboradas ao longo do estágio foram, sobretudo, o IVA, o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), os Pagamentos por Conta (PPC), a Retenção na fonte de Imposto sobre o Rendimento (Modelo 10), o SAF-T(PT), o Relatório Único e a Informação Empresarial Simplificada (IES). Essas obrigações fiscais serão descritas de seguida.

5.2.3.1. Imposto sobre o Valor Acrescentado

O IVA é um imposto indireto sobre o consumo de bens e serviços que, segundo o n.º 1 do artigo 1.º do CIVA, incide sobre as transmissões de bens e as prestações de serviços efetuadas no território nacional, a título oneroso, por um sujeito passivo agindo como tal; sobre as importações de bens; e sobre as operações intracomunitárias efetuadas no território nacional, tal como são definidas e reguladas no RITI.

Conforme a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA, são sujeitos passivos do imposto “as pessoas singulares ou coletivas que, de um modo independente e com carácter de habitualidade, exerçam atividades de produção, comércio ou prestação de serviços, incluindo as atividades extrativas, agrícolas e as das profissões livres...”, bem como todas as pessoas singulares e coletivas presentes nas restantes alíneas do mesmo artigo.

O CIVA compreende diferentes regimes de tributação: o regime normal, onde se enquadram todos os contribuintes não sujeitos a regimes especiais, e os regimes especiais, que abrangem o regime de isenção (artigo 53.º e seguintes do CIVA), o regime de pequenos retalhistas (artigo 60.º e seguintes do CIVA) e o regime de tributação dos revendedores de combustíveis (artigo 69.º e seguintes do CIVA).

A entidade acolhedora do meu estágio enquadra-se no regime normal de IVA, pois não está enquadrada em nenhum dos regimes especiais.

No regime de tributação normal, a entrega da declaração periódica de IVA (ver Figura 13) é de natureza obrigatória e, no caso da empresa onde estagiei, tinha de ser enviada por transmissão eletrónica de dados até ao dia 20 do 2.º mês seguinte àquele a que respeitam as operações, pois a mesma dispunha de um volume de negócios igual ou superior a 650 000 € no ano civil anterior (alínea a) do n.º 1 do artigo 41.º do CIVA). Neste caso, como a declaração periódica de IVA era mensal, a empresa era obrigada a entregar o montante do imposto exigível nos locais de cobrança legalmente autorizados até ao dia 25 do 2.º mês seguinte àquele a que respeitam as operações (alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CIVA).

Figura 13. Declaração periódica de IVA

O formulário de Declaração Periódica de IVA da AT (Autoridade Tributária e Aduaneira) é composto por várias secções:

- IDENTIFICAÇÃO:** Inclui o número de identificação fiscal, a localização da sede (continental, açores, madeira) e o tipo de entidade (empresarial, não empresarial).
- De Declaração:** Define o período de declaração (mês, trimestre, semestre, ano) e a data de entrega.
- Declaração Recapitulativa:** Resume as operações realizadas no período, incluindo o valor das vendas e o valor do imposto devido.
- Inexistência de Operações:** Declaração de não realização de operações no período.
- APURAMENTO DO IMPOSTO RESPECTANTE AO PERÍODO A QUE A DECLARAÇÃO SE REFERE:** Cálculo do imposto devido e do imposto a favor do Estado.
- BASE TRIBUTÁVEL:** Cálculo da base tributável, incluindo o valor das vendas e o valor do imposto devido.
- IMPOSTO A FAVOR DO ESTADO:** Cálculo do imposto a favor do Estado, incluindo o valor das vendas e o valor do imposto devido.
- IMPOSTO DEVIDO:** Cálculo do imposto devido, incluindo o valor das vendas e o valor do imposto devido.
- SALDO:** Cálculo do saldo credor ou devedor, incluindo o valor das vendas e o valor do imposto devido.

Como resultado do apuramento é possível apresentar um saldo credor ou devedor na conta 2435 - IVA - Apuramento. Quando o saldo é credor, quer dizer que a empresa está em dívida para com o Estado pelo que temos de pagar e, por isso, debita-se a conta 2435 - IVA - Apuramento e credita-se a conta 2436 - IVA - A pagar. Em caso de saldo devedor, isso significa que a empresa tem IVA a reportar (se transferir esse valor para o período seguinte) ou a recuperar (se pedir reembolso) e, por isso, credita-se

a conta 2435 - IVA – Apuramento e debita-se a conta 2437 - IVA - A recuperar. Desta forma, todas as subcontas da conta 243 – IVA devem ficar com saldo nulo, exceto a conta 2436 - IVA - A pagar ou a conta 2437 - IVA - A recuperar.

Além disso, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 29.º do CIVA e a alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do RITI, devem proceder ao envio da declaração recapitulativa de IVA (ver Figura 14) os sujeitos passivos que efetuem aquisições intracomunitárias de bens sujeitas a impostos ou prestações de serviços a outros Estados-Membros, quando tais operações não sejam tributáveis em território nacional em resultado da aplicação do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 6.º do CIVA. A minha entidade acolhedora realiza transações de bens com outros Estados-Membros, pelo que tem de elaborar a declaração recapitulativa de IVA e enviá-la até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que respeitam as operações, novamente, porque a empresa apresenta um volume de negócios igual ou superior a 650 000 € no ano civil anterior (alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do RITI).

Figura 14. Folha de rosto da declaração recapitulativa de IVA

finanças
Ministério das Finanças

TRANSMISSÕES INTRACOMUNITÁRIAS E OPERAÇÕES ASSIMILADAS
(REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS)

DECLARAÇÃO RECAPITULATIVA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
(ARTIGO 6.º DO CÓDIGO DO IVA (CIVA))

01 IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO

Nome: _____ N.º de identificação fiscal: _____

02 TIPO DE DECLARAÇÃO

1. 1ª Declaração
Houve alteração da periodicidade de envio de trimestral para mensal?
Sim ☐ 1A Não ☐ 1B

2. Declaração de substituição
2.1 Alteração da periodicidade de envio de trimestral para mensal
Assinale com X se o valor mensal substitui ou não totalmente o anterior valor trimestral declarado
Sim ☒ 21A Não ☐ 21B

2.2 Inexistência de operações no respectivo período
2.3 Outros

03 PERÍODO A QUE RESPEITA

Ano: 1 Mensal: 2
Trimestral: 3 Mes(es) incluído(s) no trimestre: 4 5

04

País de destino (1)	Prefixo (2)	N.º de identificação fiscal do Adquirente (3)	Valor (4)	Indicador do tipo de operação (1, 4 ou 5) (5)
			- - ,00	
			- - ,00	
			- - ,00	
			- - ,00	
			- - ,00	
			- - ,00	
			- - ,00	
			- - ,00	
			- - ,00	
			- - ,00	
			- - ,00	

05 SOMA DOS VALORES DECLARADOS NO QUADRO 4 (AGRUPADOS POR TIPO DE OPERAÇÃO)

Soma (apenas dos valores que respeitam às operações tipificadas na coluna 5 com 1)	10	- - ,00
Total das vendas do meio de transporte novo a particulares e equipados dos outros Estados-Membros	11	- - ,00
Soma (apenas dos valores que respeitam às operações tipificadas na coluna 5 com 4)	17	- - ,00
Soma (apenas dos valores que respeitam às operações tipificadas na coluna 5 com 5)	18	- - ,00
Todo valor deverá coincidir com as somas dos valores e inserir no campo 17 da Declaração Periódica e dos anexos eventualmente apresentados para efeitos do Decreto-Lei n.º 347/85 de 23 de Agosto	19	- - ,00

06 A PRESENTE DECLARAÇÃO CORRESPONDE À VERDADE E NÃO OMITE QUALQUER INFORMAÇÃO SOLICITADA

Zona para identificação do Técnico Oficial de Contas, nos casos em que esta seja obrigatória.

NIF: 1

5.2.3.2. Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

Conforme mencionado no artigo 1.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), “o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) incide sobre os rendimentos obtidos, mesmo quando provenientes de atos ilícitos, no período de tributação, pelos respetivos sujeitos passivos”, sendo esses sujeitos passivos os descritos no artigo 2.º do CIRC.

Em IRC tributa-se o rendimento global que assenta na Teoria do Rendimento do Acréscimo ou do Incremento Patrimonial, que consiste na diferença entre o valor do património no início e no fim do período de tributação (n.º 2 do artigo 3.º do CIRC). Além disso, “o IRC, salvo o disposto no n.º 10, é devido por cada período de tributação, que coincide com o ano civil (1 de janeiro a 31 de dezembro), sem prejuízo das exceções previstas neste artigo” (n.º 1 do artigo 8.º do CIRC).

Neste sentido, o imposto a pagar ou a recuperar tem como base o resultado líquido do período (RLP) apurado pela contabilidade e calcula-se da seguinte forma:

Resultado líquido do período apurado com base na contabilidade

+ Variações patrimoniais positivas não refletidas no RLP (artigo 21.º do CIRC)

- Variações patrimoniais negativas não refletidas no RLP (artigo 24.º do CIRC)

+ Correções fiscais a acrescentar

- Correções fiscais a deduzir

= Lucro tributável ou Prejuízo tributável (artigo 17.º do CIRC)

- Prejuízos fiscais de anos anteriores (artigo 52.º do CIRC)

- Benefícios fiscais

= Matéria Coletável (artigo 15.º do CIRC)

x Taxa de imposto (artigo 87.º do CIRC)

= Coleta

+ Derrama estadual (artigo 87.º-A do CIRC)

= IRC liquidado

- Retenções na fonte (artigo 94.º CIRC)

- Pagamentos por conta (artigo 105.º CIRC)

= IRC a pagar ou a recuperar

+ Tributações autónomas (artigo 88.º do CIRC)

+ Derrama municipal

= Imposto a pagar ou a recuperar

Como já referido, a determinação do resultado fiscal (sujeito a IRC) tem como ponto de partida o resultado contabilístico, pelo que a contabilidade deve estar organizada de acordo com a normalização contabilística e outras disposições legais em vigor (alínea a) do n.º 3 do artigo 17.º do CIRC) e refletir todas as operações realizadas pelo sujeito passivo (alínea b) do n.º 3 do artigo 17.º do CIRC).

De modo a apurar o lucro tributável é necessário recorrer à teoria do incremento patrimonial, calculando-se pela soma algébrica do RLP e das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período e não refletidas naquele resultado, determinados com base na contabilidade (n.º 1 do artigo 17.º do CIRC), e das respetivas correções fiscais que podem ser rendimentos ou gastos contabilísticos não aceites fiscalmente e/ou rendimentos e gastos fiscais não contabilísticos. Se este valor for negativo estamos perante um prejuízo tributável.

Após a determinação do lucro tributável e de modo a calcular a matéria coletável, os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos períodos de tributação posteriores (n.º 1 do artigo 52.º do CIRC), bem como os benefícios fiscais eventualmente existentes que consistam em deduções naquele lucro (n.º 1 e n.º 2 do artigo 15.º do CIRC). Depois de apurada a matéria coletável, aplica-se a taxa de imposto para obtenção da coleta, sendo normalmente de 21%, exceto nos casos mencionados no artigo 87.º do CIRC.

Com o valor da coleta apurado, soma-se a derrama estadual, caso o lucro tributável seja superior a €1 500 000 (artigo 87.º-A do CIRC), resultando este valor no IRC liquidado. Ao IRC Liquidado, subtraem-se as retenções na fonte efetuadas a favor da empresa (artigo 94.º CIRC) e os respetivos PPC e pagamento especial por conta (artigo 105.º CIRC). Apurado o IRC a pagar ou a recuperar, procede-se ao acréscimo do valor das tributações autónomas, que incide sobre determinadas despesas, por se considerar que não são diretamente relacionados com a atividade da empresa (artigo 88.º do CIRC), e da derrama municipal. Chega-se, assim, ao imposto a pagar ou a recuperar.

O cálculo do imposto a pagar ou a recuperar é efetuado através da declaração do Modelo 22 (ver Figura 15), que é uma declaração fiscal obrigatória para todas as entidades que se enquadrem como sujeitos passivos de IRC ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 117.º do CIRC. Este deve ser enviado, anualmente, por transmissão eletrónica de dados, até ao último dia do mês de maio, independentemente

de esse dia ser útil ou não útil (n.º 1 do artigo 120.º do CIRC), se bem que, no ano de 2024, o prazo foi adiado para dia 15 de julho.

Figura 15. Folha de rosto da declaração de rendimentos modelo 22

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

01 PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO
1 De ____/____/____ 2 ____/____/____

02 ÁREA DA SEDE, DIREÇÃO EFETIVA OU ESTAB. ESTÁVEL
SERVIDO DE FINANÇAS 1 ____ 2 ____

03 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO
1 DE DENOMINAÇÃO 2 N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF) ____/____/____

3 TIPO DE SUJEITO PASSIVO
1 Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola 2 Residente que não exerce a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola 3 Não residente com estabelecimento estável 4 Não residente sem estabelecimento estável

3.A QUALIFICAÇÃO COMO PEQUENA OU MÉDIA EMPRESA (PME)
Se se enquadra nos campos 1 ou 3 do quadro 03 - 3, indique se se qualifica como PME nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 332/2007, de 6 de novembro Sim 1 Não 2

3.B ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO
Indique se se trata de um Organismo de Investimento Coletivo tributado nos termos do artigo 22.º do EIRL 1 Sim 2 Não

3.C IMPUTAÇÃO DE RENDIMENTOS (Art.º 5.º, n.º 8)
É considerado um estabelecimento estável para efeitos da imputação prevista no n.º 5 do artigo 5.º? Sim 1 Não 2

4 REGIMES DE TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS
1 Global 2 Isenção definitiva 3 Isenção temporária 4 Isenção de taxa 5 Isenção de taxa 6 Isenção de taxa 7 Isenção de taxa 8 Isenção de taxa 9 Isenção de taxa 10 Isenção de taxa 11 Isenção de taxa 12 Isenção de taxa

4.A TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA/SAÍDA DA ATIVIDADE DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL/AFETAÇÃO DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS (Art.º 82.º, 84.º e 84.º-A, n.º 11)
Se no período de tributação ocorreu transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, indique o local de destino: 1 Países da UE/EEE 2 Outros

04 CARACTERÍSTICAS DA DECLARAÇÃO
1 TIPO DE DECLARAÇÃO
1 1.ª Declaração do período 2 Declaração de substituição (Art.º 120.º, n.º 1 e 2) 3 Declaração de substituição (Art.º 64.º, n.º 4) 4 Declaração de substituição (Art.º 120.º, n.º 6 e 9) 5 Declaração de substituição (Art.º 64.º, n.º 4) fora do prazo legal 6 Declaração de substituição (Art.º 120.º, n.º 3) 7 Declaração de substituição (Art.º 120.º, n.º 3) 8 Declaração de substituição (Art.º 120.º, n.º 3) 9 Declaração de substituição (Art.º 120.º, n.º 3) 10 Declaração de substituição (Art.º 120.º, n.º 3) 11 Declaração de substituição (Art.º 120.º, n.º 3) 12 Declaração de substituição (Art.º 120.º, n.º 3)

2 DECLARAÇÕES ESPECIAIS
1 Declaração do grupo 2 Declaração do período de liquidação 3 Declaração do período de cessação 4 Declaração do período de início de tributação 5 Declaração do período de cessação de tributação 6 Declaração do período de início de tributação 7 Declaração do período de cessação de tributação 8 Declaração do período de início de tributação 9 Declaração do período de cessação de tributação 10 Declaração do período de início de tributação 11 Declaração do período de cessação de tributação 12 Declaração do período de início de tributação

3 ANEXOS
1 Anexo A (Declaração Municipal) 2 Anexo B (Anexo ao regime simplificado em vigor até 2010) 3 Anexo C (Regime simplificado) 4 Anexo D (Declaração de isenção) 5 Anexo E (Regime simplificado) 6 Anexo F (Declaração de isenção)

05 IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL E DO CONTABILISTA CERTIFICADO
NIF do representante legal 1 ____/____/____ 2 ____/____/____ 3 ____/____/____ 4 ____/____/____ 5 ____/____/____ 6 ____/____/____ 7 ____/____/____ 8 ____/____/____ 9 ____/____/____ 10 ____/____/____ 11 ____/____/____ 12 ____/____/____
NIF do contabilista certificado 1 ____/____/____ 2 ____/____/____ 3 ____/____/____ 4 ____/____/____ 5 ____/____/____ 6 ____/____/____ 7 ____/____/____ 8 ____/____/____ 9 ____/____/____ 10 ____/____/____ 11 ____/____/____ 12 ____/____/____
Data da declaração 1 ____/____/____ 2 ____/____/____ 3 ____/____/____ 4 ____/____/____ 5 ____/____/____ 6 ____/____/____ 7 ____/____/____ 8 ____/____/____ 9 ____/____/____ 10 ____/____/____ 11 ____/____/____ 12 ____/____/____

5.2.3.3. Pagamento por Conta

As entidades que exerçam, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, bem como as não residentes com estabelecimento estável em território português, devem proceder ao pagamento do imposto calculado no Modelo 22 (n.º 1 do artigo 104.º do CIRC). A forma de pagamento é através de PPC, que é um adiantamento do imposto com vencimento em julho, setembro e 15 de dezembro do próprio ano a que respeita o lucro tributável (alínea a) do n.º 1 do artigo 104.º do CIRC).

De acordo com o descrito no artigo 105.º do CIRC, o valor a pagar varia consoante o volume de negócios, ou seja, se o volume de negócios for igual ou inferior a €500.000, o pagamento por conta é calculado com base na seguinte fórmula:

$PPC = (\text{IRC pago no ano anterior} - \text{retenções na fonte feitas no ano anterior}) \times 80\%$

Se o volume de negócios for superior a 500.000€, aplica-se a seguinte fórmula:

$PPC = (\text{IRC pago no ano anterior} - \text{retenções na fonte feitas no ano anterior}) \times 95\%$

Em maio do ano seguinte, são considerados estes pagamentos na elaboração e entrega da Modelo 22, havendo lugar a um reembolso, se estes forem superiores ao imposto apurado, ou a um pagamento da diferença, caso as prestações pagas sejam inferiores ao montante de imposto apurado.

5.2.3.4. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

O IRS caracteriza-se como sendo: um imposto sobre o rendimento (das pessoas singulares); direto (incide diretamente sobre a capacidade contributiva); pessoal (tem em conta a situação pessoal de cada sujeito passivo); estadual (reverte a favor do estado); periódico (apura-se anualmente, embora com pagamentos “por conta” mensais); global (incide sobre a globalidade dos rendimentos); e progressivo (as taxas de imposto aumentam com o aumento dos rendimentos).

De acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (CIRS):

1 - O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) incide sobre o valor anual dos rendimentos das categorias seguintes, mesmo quando provenientes de atos ilícitos, depois de efetuadas as correspondentes deduções e abatimentos:

Categoria A - Rendimentos do trabalho dependente;

Categoria B - Rendimentos empresariais e profissionais;

Categoria E - Rendimentos de capitais;

Categoria F - Rendimentos prediais;

Categoria G - Incrementos patrimoniais;

Categoria H - Pensões.

Conforme o n.º 1 do artigo 13.º do CIRS, “ficam sujeitas a IRS as pessoas singulares que residam em território português e as que, nele não residindo, aqui obtenham rendimentos”.

O primeiro passo para efeitos de preenchimento da declaração de IRS consistiu em validar no E-fatura todas as despesas dedutíveis em sede de IRS até ao dia 25 de fevereiro. Após isso, a declaração de IRS - Modelo 3 (ver Figura 16) é preenchida no portal da AT e deve ser enviada entre o dia 1 de abril até ao dia 30 de junho (n.º 1 do artigo 60.º do CIRS).

Figura 16. Folha de rosto da declaração de IRS - Modelo 3

A forma de apuramento do imposto segue as seguintes etapas.

1. Determinar o rendimento bruto anual – Englobamento (soma) dos rendimentos das várias categorias auferidos no ano anterior (antes das retenções na fonte e dos descontos para a Segurança Social) (n.º 1 do artigo 22.º do CIRS).
2. Apurar o rendimento coletável - Calcula-se subtraindo ao rendimento bruto de cada categoria as deduções específicas (encargos necessários que tornam possível a obtenção de rendimentos brutos) e os abatimentos (n.º 1 do artigo 22.º do CIRS). No caso da tributação conjunta, é necessário dividir o rendimento coletável por dois (n.º 1 do artigo 69.º do CIRS).
3. Calcular a coleta total - A coleta total, isto é, o imposto devido pelos rendimentos auferidos num ano civil, calcula-se multiplicando as taxas gerais do IRS (artigo 68.º do CIRS) pelo rendimento coletável. Na tributação conjunta, é necessário, ainda, multiplicar a coleta total por dois.

4. Deduzir deduções à coleta - Consiste em subtrair à coleta total as deduções à coleta como, por exemplo, despesas gerais familiares, com saúde, com educação e com imóveis (artigo 78.º e seguintes do CIRS). Isto resulta na coleta líquida.
5. Subtrair retenções na fonte - Deduz-se à coleta líquida as retenções na fonte efetuadas (artigo 98.º do CIRS). Se o saldo for positivo, há direito a um reembolso. Caso o saldo seja negativo, deve ser pago o imposto em falta.

Contudo, no portal da AT, o cálculo do imposto a pagar ou a receber é feito pelo próprio sistema, sendo apenas necessário confirmar os dados presentes no mesmo e inserir aqueles que estão em falta.

A Contabilista Certificada da minha entidade acolhedora faz o preenchimento da declaração de IRS, prevista no artigo 57.º do CIRS, para os sócios da empresa, pelo que tive a oportunidade de acompanhar a sua elaboração.

5.2.3.5. Modelo 10

De acordo com a Portaria n.º 4/2024, de 3 de janeiro,

a declaração Modelo 10 destina-se a declarar os rendimentos sujeitos a imposto, isentos e não sujeitos, que não sejam ou não devam ser declarados na declaração mensal de remunerações (DMR), auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes no território nacional, bem como as respetivas retenções na fonte. Para além dos rendimentos atrás referidos, a declaração Modelo 10 destina-se também a declarar rendimentos sujeitos a retenção na fonte de IRC, excluindo os que se encontram dela dispensados, conforme dispõem os artigos 94.º e 97.º do CIRC.

Neste sentido, a apresentação do Modelo 10 (ver Figura 17) tem como objetivo o cumprimento da obrigação declarativa prevista na subalínea ii) da alínea c) e na alínea d) do n.º 1 do artigo 119.º do CIRS e no artigo 128.º do CIRC.

A declaração deve ser submetida até ao dia 10 de fevereiro do ano seguinte àquele a que respeitam os rendimentos e retenções na fonte ou no prazo de 30 dias após a ocorrência de qualquer facto que determine alteração dos rendimentos anteriormente declarados ou implique, relativamente a anos anteriores, a obrigação de os declarar (subalínea ii) da alínea c) e alínea d) do n.º 1 do artigo 119.º do CIRS).

Figura 17. Declaração de rendimentos e retenções – residentes (Modelo 10)

[illegible]

5.2.3.6. SAF-T(Pt)

De acordo com a AT (s.d.), o SAF-T(PT) (*Standard Audit File for Tax Purposes – Portuguese version*), criado pela Portaria nº 321-A/2007, de 26 de março

é um ficheiro normalizado (em formato XML) com o objetivo de permitir uma exportação fácil, e em qualquer altura, de um conjunto predefinido de registos contabilísticos, de faturação, de documentos de transporte e recibos emitidos, num formato legível e comum, independentemente do programa utilizado, sem afetar a estrutura interna da base de dados do programa ou a sua funcionalidade.

Neste seguimento, o SAF-T(PT) de Faturação (ver Figura 18) é um ficheiro simplificado com base na faturação de todas as empresas que exerçam atividades comerciais, industriais ou agrícolas em território português, sendo que estas estão obrigadas a entregar o SAF-T(PT) de faturação à AT, com data-limite a dia 5 do mês seguinte àquele a que diz respeito.

Para além de todas as informações fiscais relacionadas com a empresa (produtos, serviços e faturação mensal), são exportados todo o tipo de documentos emitidos pela empresa, nomeadamente:

- Dados da Empresa: nome, morada, cidade, país, contribuinte, *e-mail* e *website*;
- Dados dos Clientes: nome, morada, cidade, país e contribuinte (de todos os clientes, mesmo que não tenham sido emitidas faturas);
- Dados dos Produtos/Serviços: designação e tipo de todos os produtos ou serviços;
- Dados de Faturação: faturas, recibos, notas, notas de crédito, notas de débito, notas de encomenda, notas de devolução, guias de remessa e transporte e outros documentos emitidos no período em questão, mesmo que tenham sido cancelados.

Figura 18. Submissão do ficheiro SAF-T(PT) no portal das finanças

Bem-vindo(a) Partida Decisiva Lda

Enviar Ficheiro

Esta funcionalidade deve ser utilizada para comunicar os documentos à AT através de "Ficheiro" estruturado com base no ficheiro SAF-T(PT), designado por Ficheiro multidocumento.

Indique o Ano e Mês de emissão dos documentos que pretende comunicar e selecione o ficheiro através da opção 'Abrir'.

Para validar e submeter o ficheiro utilize a opção 'Submeter'.
Caso pretenda apenas validar o ficheiro utilize a opção 'Validar', tendo em conta que o ficheiro não será enviado para processamento.

NOTA: Ficheiros submetidos através desta página têm um limite máximo de 40MB. Caso pretenda submeter ficheiros de tamanho superior ao limite indicado utilize: aplicação para envio de ficheiro por linha de comandos

Identificação do Ficheiro

NIF Emitente
510048528

Ano Emissão*
2024

Mês Emissão *
01

Ficheiro *
Escolher ficheiro SAF_T_PT_P...24145729.xml

Resultado do Processamento

Nº Registo
60367686954

Data Registo
2024-02-02 14:58:08

Nº Faturas Enviadas
39

Total Créditos Faturas
125753.70

Total Débitos Faturas
0.00

5.2.3.7. Relatório Único

No que respeita ao Relatório Único, esta é uma obrigação anual para as empresas que tenham trabalhadores e estejam abrangidas pelo Código do Trabalho (CT), estando isentas todas as empresas que não apresentem trabalhadores. Conforme menciona o artigo 1.º da Portaria n.º 55/2010, de 21 de janeiro, o Relatório Único é um documento anual que contém informação referente à atividade social da empresa do ano civil anterior à sua submissão. Esta informação é submetida pelo empregador ao serviço

com competência inspetiva do ministério responsável pela área laboral. No ano de 2024, o prazo de entrega do Relatório Único, referente ao ano de 2023, foi até ao dia 29 de abril.

O Relatório Único (ver Figura 19) é composto por 6 anexos:

- Anexo A – Quadros de pessoal;
- Anexo B – Fluxos de entrada e saída de trabalhadores;
- Anexo C – Relatório anual de formação contínua;
- Anexo D – Relatório anual das atividades do serviço de segurança e saúde no trabalho;
- Anexo E – Greves;
- Anexo F – Informação sobre prestadores de serviço.

Figura 19. Relatório único

ANEXO 0 Anexo Base	Bem vindo à aplicação de recolha do Relatório Único Para aceder à aplicação, execute os seguintes procedimentos: 1. Obter dados iniciais - em "Entidade" >>> "Obter Dados", inserir dados de acesso da entidade e pressionar no botão "Obter dados". 2. Preencher o Relatório - Após obtenção dos dados iniciais, poderá começar a preencher o Relatório Único, escolhendo o Anexo que deseja. 3. Se quiser consultar as instruções de preenchimento do Relatório deverá carregar em "Ajuda" >>> "Instruções de preenchimento". 4. Validar um Anexo - Após conclusão do preenchimento de um dado Anexo poderá validar o mesmo, carregando em "Operações" >>> "Validar". Se estiver preenchido correctamente surgirá uma mensagem de sucesso. Se não for esse o caso, irá aparecer uma mensagem de insucesso e um novo painel com os erros encontrados. Se desejar guardar o respectivo Anexo em ficheiro no seu disco, deve aceder a "Ficheiro" >>> "Gravar". 5. Entregar um Anexo - A entrega só poderá ser efectuada depois de validar o Anexo e pode ser efectuada carregando em "Operações" >>> "Enviar". Se desejar guardar o respectivo Anexo em papel, basta carregar em "Gerar PDF" e guardar uma cópia (o PDF gerado serve apenas como auxiliar de preenchimento). 6. Obter comprovativo do envio do Anexo - Para obter o comprovativo da resposta a um dado Anexo, deverá autenticar-se e entrar de novo na página principal do Sistema de Gestão de Unidades Locais, escolhendo a opção Estado de Entrega e seleccionando o Anexo para o qual pretende consultar a certificação. Nesta opção pode ainda gerar o Certificado Global que corresponde ao certificado do Relatório Único e que só é emitido quando todos os Anexos estiverem certificados.
ANEXO A Quadro de Pessoal	
ANEXO B Fluxo de Entrada ou Saída de Trabalhadores	
ANEXO C Relatório Anual da Formação Contínua	
ANEXO D Relatório Anual de Actividade do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho	
ANEXO E Greves	
ANEXO F Informação sobre Prestadores de Serviço	

5.2.3.8. IES

De acordo com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, “a IES consiste na prestação da informação de natureza fiscal, contabilística e estatística respeitante ao cumprimento das obrigações legais referidas no n.º 1 do artigo 2.º do mesmo decreto, através de uma declaração única transmitida por via eletrónica”. Esta deve ser apresentada anualmente até ao 15.º dia do 7.º mês posterior à data do termo do exercício económico, tal como refere o n.º 1 do artigo 5.º do mesmo Decreto-Lei.

Face ao disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 8/2007:

1 - A IES compreende as seguintes obrigações legais:

- a) A entrega da declaração anual de informação contabilística e fiscal prevista no n.º 1 do artigo 113.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS), quando respeite a pessoas singulares titulares de estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada;
- b) A entrega da declaração anual de informação contabilística e fiscal prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 117.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas;
- c) O registo da prestação de contas, nos termos previstos na legislação do registo comercial;
- d) A prestação de informação de natureza estatística ao Instituto Nacional de Estatística (INE), nos termos previstos na Lei do Sistema Estatístico Nacional e em outras normas, designadamente emanadas de instituições da União Europeia;
- e) A prestação de informação relativa a dados contabilísticos anuais para fins estatísticos ao Banco de Portugal, de acordo com o estabelecido na respetiva lei orgânica, incluindo a que decorre da participação do Banco de Portugal no Sistema Europeu de Bancos Centrais.
- f) A prestação de informação de natureza estatística à Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE), para os efeitos previstos no regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.
- g) A confirmação da informação sobre o beneficiário efetivo, nos termos previstos em legislação especial.

A IES da entidade acolhedora de estágio (ver Figura 20) é, assim, composta por:

- Folha de Rosto;
- Anexo A – IRC (inclui o balanço, a demonstração dos resultados e o anexo);
- Anexo L – IVA (elementos contabilísticos e fiscais);
- Anexo O – Mapa recapitulativo (clientes: deve constar o valor anual das vendas superiores a 25 000€);
- Anexo P – Mapa recapitulativo (fornecedores: deve constar o valor anual das compras superiores a 25 000€);
- Anexo Q – Imposto de selo (reflete as operações e factos sujeitos a imposto de selo);
- Anexo R – Informação estatística.

No decorrer do meu estágio não tive a oportunidade de preencher e enviar a IES, no entanto, consegui ver uma declaração anterior entregue e foi-me explicado como proceder no seu preenchimento.

Figura 20. Folha de rosto da declaração anual IES

IES
Informação Empresarial Simplificada
DECLARAÇÃO ANUAL

01 PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO
1 De ____/____/____ a ____/____/____
2 ANO ____

02 ÁREA DA SEDE, DIREÇÃO EFETIVA OU ESTAB. ESTÁVEL
ESTAB. EFETIVO FINANCIAL 1 CÓDIGO ____

03 IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO
1 NOME ____
2 NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL ____

04 DESIGNAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E ESTABELECIMENTOS
ATIVIDADE PRINCIPAL 1 CÓDIGO CNA - REV 3 VOL. DE NEGÓCIOS 2 CÓDIGO DA TABELA DE ATIVIDADES 3 Nº ESTABELECIMENTOS (incluindo a sede) 4

05 ANEXOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A DECLARAÇÃO

ANEXO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO
1	Anexo A - Entidades residentes que exercem, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola e entidades não residentes com estabelecimento efetivo	9
2	Anexo B - Entidades do setor financeiro	10
3	Anexo C - Entidades do setor segurador	11
4	Anexo D - Entidades residentes que não exercem, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola - contos consolidados (filiais não oficiais)	12
5	Anexo E - Elementos contabilísticos e fiscais (entidades não residentes sem estabelecimento efetivo)	13
6	Anexo F - Regimes especiais	14
7	Anexo G - Operações com entidades relacionadas e rendimentos obtidos no estrangeiro	15
8	Anexo H - Operações com entidades relacionadas e rendimentos obtidos no estrangeiro	16
9	Anexo I - Superfícies passivas com contabilidade organizada	17
10	Anexo J - Elementos contabilísticos e fiscais	18
11	Anexo K - Regimes especiais	19
12	Anexo L - Mapas recapitulativos de clientes	
13	Anexo M - Mapas recapitulativos de fornecedores	
14	Anexo N - Elementos contabilísticos e fiscais	
15	Anexo O - Entidades residentes que exercem, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola, entidades não residentes com estabelecimento efetivo e EPR	
16	Anexo P - Entidades do setor financeiro	
17	Anexo Q - Entidades do setor segurador	

06 DECLARAÇÕES ESPECIAIS
DECLARAÇÃO DE CANCELAMENTO 1 DECLARAÇÃO DE PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO 2 DECLARAÇÃO DE PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO 3 DECLARAÇÃO DE PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO 4 DECLARAÇÃO DE PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO 5

07 TIPO DE DECLARAÇÃO
DECLARAÇÃO DE CANCELAMENTO 1 DECLARAÇÃO DE PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO 2

08 SITUAÇÃO DA ENTIDADE
SITUAÇÃO DA ENTIDADE 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19

09 IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO OU REPRESENTANTE LEGAL E DO CONTABILISTA CERTIFICADO
Nº do Representante Legal 1 Nº do Contabilista Certificado 2
Caso tenha ocorrido justo impedimento (art.º 12.º-A do DL n.º 432/99, de 5 de novembro), indique:
Fato que determinou o justo impedimento 3 Data de ocorrência do fato 4

5.2.4. Supervisão dos atos declarativos para a segurança social e para efeitos fiscais relacionados com o processamento de salários

O processamento salarial é uma tarefa obrigatória mensal que consiste em calcular e pagar os salários aos funcionários que exercem funções na empresa.

A empresa onde realizei o estágio utiliza o Sage 100c para o processamento de salários. Nele constam as fichas dos funcionários (ver Figura 21) que contêm informações essenciais e específicas de cada um, como, por exemplo, salários base, subsídio de alimentação, estado civil, número de dependentes, tipo de contrato, habilitações literárias, entre outras.

Este *software* calcula automaticamente o valor da remuneração de cada funcionário, bem como o montante que fica retido para efeito de IRS (de acordo com as tabelas de retenção) e Segurança Social (normalmente 11% do salário bruto). Contudo, quando existem dias de férias, horas extras, baixas médicas, trabalho ao domingo, entre outros, o processamento salarial é mais complexo, pois é necessário introduzir esta informação manualmente e analisar caso a caso para verificar se o cálculo foi realizado corretamente. Quando existem cessações de contratos e trabalho, é necessário ter especial atenção ao

cálculo da remuneração, pois existem particularidades referentes aos subsídios de férias e de Natal, os dias de férias, entre outros. Após este cálculo, é efetuado o pagamento do salário líquido pelo gerente e, de seguida, enviado para o *e-mail* de cada funcionário o recibo de vencimento (ver Figura 22).

Figura 21. Ficha dos funcionários

Figura 22. Recibo de vencimento

Partida Decisiva, Lda
Lugar de Crespos
4890-264 Britelo
N.I.F. 510048528

RECIBO DE VENCIMENTO
Normal
ORIGINAL
01-04-2024 até 30-04-2024

Funcionário nº 0020
Categoria OPERADOR DE LOJA/SUPERMERCADO/HIPERMERC
Função
Situação
Dias do mês 22
Tipo processamento Normalizado
Base processamento Mensal
Nº Id. Seg. Social
Nº Contribuinte

Vencimento 850,00
Salário Hora 4,90
Horas Semana 40,00

Código	Descrição	Taxa	%IRS		Cid	Abonos	Descontos
			Efetiva	Marginal			
001	Vencimento		3,91	13,25		850,00	
002	Subsídio de alimentação				22,00	110,00	
005	Subsídio de Domingo		3,91	13,25	9,00	44,10	
044	Trabalho suplementar - 100% acréscimo ao val. horário	100,00	3,91		4,00	39,23	
050	Taxa Social Única	11,00					102,67
053	I.R.S. (Contém abate: 83,12)						36,00
						1.043,33	138,67

Total Líquido	Ajuste Anterior	Novo Ajuste	Total a Receber
904,66			904,66

Modo de pagamento: transferência bancária para o

Declaro que recebi a quantia de Novecentos e quatro euros e sessenta e seis Cêntimos, constante neste recibo, do qual me foi entregue cópia.

Ass: _____

Depois do processamento de salários, realiza-se o preenchimento e envio da Declaração Mensal de Remunerações (DMR) (ver Figura 23) à AT e da Declaração Mensal de Remunerações à Segurança Social (DRI) (ver Figura 24). A DMR/DRI são obrigações mensais exigidas às empresas que devem conter todas as remunerações pagas aos trabalhadores vinculados à empresa. A declaração deverá ser entregue à AT, via internet, através do site Portal das Finanças, e à Segurança Social, até ao décimo dia do mês seguinte a que os rendimentos dizem respeito. Por fim, é emitida a guia de pagamento da retenção do IRS e Segurança Social.

Figura 23. Declaração Mensal de Remunerações para a AT

Figura 24. Declaração Mensal de Remunerações para a Segurança Social

5.2.5. Encerramento de contas e preparação das demonstrações financeiras e restantes documentos que compõem o “dossier fiscal”

No final de cada exercício económico (normalmente a 31 de dezembro), surge a necessidade de realizar o encerramento do exercício, através dos lançamentos de retificações, regularizações e ajustamentos de contas para, posteriormente, apurar os resultados, encerrar as contas e elaborar as demonstrações financeiras.

Primeiramente, são realizados os lançamentos de retificação, regularizações e ajustamentos de contas, que consistem na confirmação dos saldos de todas as contas e retificação de lançamentos, isto é, saldos das contas de clientes, fornecedores, caixa, bancos e outros credores e devedores, de modo a identificar eventuais erros. É, ainda, importante verificar as contas relativas ao IVA, pois devem apresentar sempre saldo nulo, exceto as contas 2436 - IVA - A pagar ou 2437 - IVA - A recuperar, conforme as empresas tenham IVA a pagar ou a recuperar. Além disso, são analisadas as perdas por imparidade e provisões, no sentido de averiguar se há necessidade de constituir, ajustar ou reverter as já existentes. Posteriormente, são calculadas as depreciações e amortizações dos ativos tangíveis e intangíveis, de acordo com as NCRF 7 e NCRF 6, respetivamente. Também são realizadas as operações referentes a diferimentos e acréscimos, pois os rendimentos e os gastos devem ser reportados no período a que dizem respeito, independentemente de quando é realizado o seu pagamento ou recebimento. No que concerne aos inventários, em sistema de inventário periódico, a conta 31 (compras) é transferida para a conta 32 (mercadorias) e, por último, debita-se a conta 611 – Custo das mercadorias e credita-se a conta 32 – Mercadorias, pelo montante do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) que é calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{CMVMC} = \text{Existências iniciais de inventários} + \text{Compras de inventários} +/\text{- Regularizações e Reclassificações de inventários} - \text{Existências finais de inventários}$$

Já o apuramento de resultados consiste, inicialmente, em saldar as contas da classe 6 (Gastos) e classe 7 (Rendimentos), em contrapartida da conta 811 - Resultado Antes de Impostos (RAI). A subtração dos gastos aos rendimentos é igual ao RAI, ou seja, é igual ao resultado ainda não sujeito às taxas de imposto. Posteriormente, são transferidos para a conta 818 - Resultado Líquido, o saldo da conta de 811 - Resultado Antes de Impostos, e o saldo da conta 812 – Imposto sobre o rendimento do período (estimativa de imposto corrente e impostos diferidos), determinando-se assim o montante do

resultado líquido do período. Se a conta 818 - Resultado Líquido apresentar um saldo devedor, isso representa lucro para a empresa, se apresentar um saldo credor representa prejuízo para a empresa.

A seguir faz-se o encerramento das contas, que consiste na transferência dos saldos finais de N para saldo iniciais de N+1, para dar início a um novo período.

Posteriormente, preparam-se as demonstrações financeiras. Conforme o parágrafo 12 da Estrutura Conceptual (EC) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) (Comissão de Normalização Contabilística, 2013), “o objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas”. Neste seguimento, um conjunto completo das demonstrações financeiras deve conter (parágrafo 8 da EC do SNC):

- Balanço (apresenta a posição financeira);
- Demonstração dos resultados (apresenta o desempenho financeiro);
- Demonstração das alterações no capital próprio (apresenta alterações na posição financeira);
- Demonstração de fluxos de caixa (apresenta alterações na posição financeira);
- Anexo às demonstrações financeiras (notas explicativas)

Para finalizar o encerramento de contas é elaborado o dossier fiscal, de modo a agregar toda a documentação contabilística e fiscal. Conforme a Portaria n.º 92-A/2011, de 28 de fevereiro, a documentação que deve estar inserida no dossier fiscal é a seguinte:

- Relatório de Gestão, parecer do conselho fiscal e documentação de certificação legal de contas quando legalmente exigidos;
- Lista e documentos comprovativos dos créditos incobráveis;
- Mapa, de modelo oficial, de provisões, perdas por imparidade em créditos e ajustamentos em inventários;
- Mapa, de modelo oficial, de mais-valias e menos valias;
- Mapa, de modelo oficial, das depreciações e amortizações;
- Mapas, de modelo oficial, das depreciações de bens reavaliados ao abrigo do diploma legal;
- Mapa de controlo de prejuízos no Regime Especial de tributação de Grupos de sociedades (artigo 71.º do CIRC);

- Mapa de controlo das correções fiscais decorrentes de diferenças temporais de imputação entre a contabilidade e fiscalidade;
- Outros documentos mencionados nos Códigos ou em legislação complementar que devam integrar o processo de documentação fiscal (...).

Também as demonstrações financeiras devem constar no dossier fiscal demonstrando, assim, o cumprimento das obrigações fiscais e contabilísticas ao logo do ano.

5.2.6. Preparação da informação contabilística para relatórios e análise de gestão e informação periódica à entidade a quem presta serviços

Conforme consta na alínea c) do n.º 1 do artigo 21.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), “todo o sócio tem direito a obter informações sobre a vida da sociedade, nos termos da lei e do contrato”. Já os contabilistas certificados “devem prestar a informação necessária às entidades às quais prestam serviços, sempre que para tal sejam solicitados ou por iniciativa própria” (artigo 11º do CDCC)).

Neste seguimento, obriga o n.º 1 do artigo 65.º do CSC que:

Os membros da administração devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, incluindo a demonstração não financeira ou o relatório separado com essa informação, ambos referidos nos artigos 66.º-B e 508.º-G, quando aplicáveis, as contas do exercício, bem como os demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos a cada exercício anual.

O n.º 5 do artigo 66.º do CSC identifica, de forma mais detalhada, os elementos e informações que devem estar presentes no Relatório de Gestão. Assim, os diversos mapas, relatórios elaborados e informações extraídas são essenciais para proporcionar à empresa uma visão mais abrangente e detalhada sobre o seu desempenho e aspetos específicos que os contabilistas considerem importantes analisar.

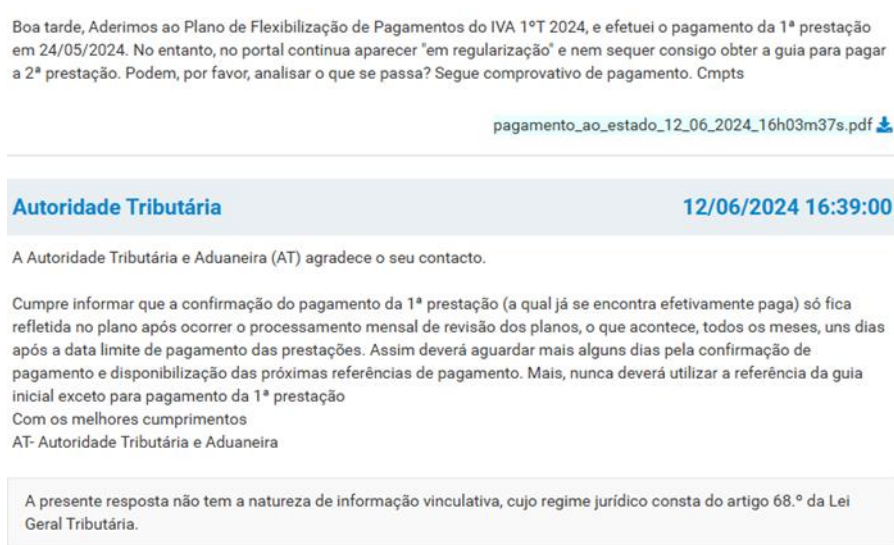
Enquanto estagiária, tive a oportunidade de ver este processo e perceber a importância que a informação contabilística tem para a tomada de decisão do gestor da empresa, sendo esse o tema do meu Relatório de Estágio.

5.2.7. Identificação e acompanhamento relativo à resolução de questões da organização com o recurso a contactos com os serviços relacionados com a profissão

Durante o dia a dia dos contabilistas, estes são confrontados com diversos problemas e, por vezes, pode ser necessário recorrer à ajuda de serviços relacionados com a profissão, de modo a garantir a correta resolução dessas questões e assegurar a conformidade com normas e regulamentos aplicáveis.

Um exemplo de uma questão da organização em que foi necessário recorrer ao atendimento e-balcão da AT foi no caso de um Plano de Flexibilização de Pagamento do IVA, em que foi efetuado o pagamento da primeira prestação, contudo, no portal continuava a aparecer que o pagamento estava “em regularização”. A AT respondeu prontamente, de forma a esclarecer acerca da questão solicitada (ver Figura 25).

Figura 25. Pedido de esclarecimento no e-balcão da AT



REABRIR

Embora durante o meu estágio tenham sido poucas as vezes em que foi necessário recorrer a esses contactos, compreendo a importância de se estar preparado e saber como agir nestas situações.

5.2.8. Preparação de pareceres e relatórios de consultoria ou de peritagem nas áreas da contabilidade e da fiscalidade

A alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto da OCC menciona que “compete, ainda, aos inscritos na Ordem exercer funções de consultoria nas áreas da contabilidade e da fiscalidade”.

Contudo, no decurso do meu estágio, não surgiu nenhuma oportunidade de participar na elaboração de algum parecer ou relatório de consultoria ou de peritagem nas áreas da contabilidade e da fiscalidade, pelo que não foi possível realizar esta prática.

5.2.9. Sensibilização para a possibilidade de intervenção, em representação dos sujeitos passivos, na fase graciosa do procedimento tributário e no processo tributário, até ao limite a partir do qual, nos termos legais, é obrigatória a constituição de advogado, no âmbito de questões relacionadas com as competências específicas dos contabilistas certificados

O Estado visa a prossecução do interesse público, isto é, está incumbido de produzir bens e serviços públicos e semipúblicos para a satisfação das necessidades coletivas. Como essas necessidades financeiras públicas só parcialmente poderão ser satisfeitas com Receitas Patrimoniais e Receitas Creditícias (recurso ao crédito), a solução é encontrada através da tributação, ou seja, como o interesse público beneficia todos os cidadãos, todos somos chamados a suportar parte dessas despesas através de tributos. Neste sentido, “a tributação visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e de outras entidades públicas e promove a justiça social, a igualdade de oportunidades e as necessárias correções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento” (n.º 1 do artigo 5.º da Lei Geral Tributária (LGT)). Portanto, todos os sujeitos passivos são obrigados a pagar tributos (n.º 1 do artigo 31.º da LGT) que são prestações patrimoniais, coativas, definitivas com finalidades financeiras (públicas), que podem ser na forma de impostos, taxas ou contribuições (artigo 4.º da LGT).

No entanto, os sujeitos passivos têm legitimidade de iniciar um procedimento tributário (artigo 44.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT)), por meio da reclamação graciosa, ou um processo tributário (artigo 97.º do CPPT), por meio de uma impugnação judicial, quando exista qualquer desconformidade com o ordenamento jurídico (n.º 1 do artigo 70.º e artigo 99.º do CPPT).

O procedimento tributário de reclamação graciosa visa a anulação total ou parcial dos atos tributários por iniciativa do contribuinte, incluindo, nos termos da lei, os substitutos e responsáveis (n.º

1 do artigo 68.º do CPPT). Esta deve ser “apresentada no prazo de 120 dias contados a partir dos factos previstos no n.º 1 do artigo 102.º” (n.º 1 do artigo 70.º do CPPT), sendo que tem apenas efeito suspensivo quando for prestada garantia adequada, caso contrário, tem um efeito devolutivo, o que implica que a liquidação continua a produzir todos os seus efeitos, mesmo que tenha sido objeto de reclamação (alínea f) do artigo 69.º do CPPT). A reclamação graciosa é dirigida ao órgão periférico regional da administração tributária e instruída, quando necessário, pelo serviço periférico local da área do domicílio ou sede do contribuinte, da situação dos bens ou da liquidação (n.º 1 do artigo 73.º do CPPT). Este deve apresentar uma decisão no prazo máximo de 4 meses e, caso não decida neste prazo, a decisão é um indeferimento tácito (n.º 1 do artigo 57.º da LGT). Se a reclamação for decidida favoravelmente, a liquidação é anulada, o que implica que todos os efeitos da liquidação são eliminados.

A reclamação graciosa apresenta uma natureza facultativa, o que significa que para que haja impugnação ao tribunal, não é necessário que haja previamente uma reclamação graciosa.

No caso da impugnação judicial, esta consiste na iniciação de uma ação em tribunal, pelo facto do sujeito passivo alegar que ocorreu uma das seguintes ilegalidades (a) uma errónea qualificação e quantificação dos rendimentos, lucros, valores patrimoniais e outros factos tributário; (b) incompetência; (c) ausência ou vício da fundamentação legalmente exigida; ou (d) preterição de outras formalidades legais (artigo 99.º do CPPT).

De facto, os contabilistas certificados têm competência para “intervir, em representação dos sujeitos passivos por cujas contabilidades sejam responsáveis, na fase graciosa do procedimento tributário e no processo tributário, até ao limite a partir do qual, nos termos legais, é obrigatória a constituição de advogado, no âmbito de questões relacionadas com as suas competências específicas” (n.º 1 do artigo 10.º do Estatuto da OCC).

Porém, no decorrer do meu estágio curricular, não ocorreu nenhum procedimento em fase graciosa ou processo tributário, pelo que não foi possível realizar esta prática do plano de estágio.

5.2.10. Conduta ética e deontológica associada à profissão

A OCC elaborou um Código Deontológico dos Contabilistas Certificados (CDCC) que se aplica a todos os Contabilistas com inscrição em vigor quer exerçam a sua atividade em regime de trabalho dependente ou independente, integrados ou não em sociedades de profissionais ou em empresas de

contabilidade (artigo 1.º do CDCC). Espera-se, com isto, que no exercício das suas funções, os Contabilistas Certificados respeitem as normas legais e os princípios contabilísticos, evitando qualquer diminuição da sua independência em razão de interesses pessoais ou de pressões exteriores, pugnando sempre pela verdade contabilística e fiscal, tal como descreve o artigo 2.º do CDCC.

Neste sentido, aquando da realização deste estágio curricular para, posteriormente, aceder à OCC, todas as tarefas que realizei ao longo deste período tiveram em conta os princípios mencionados no n.º 1 do artigo 3.º do CDCC:

- Integridade - Implica que o exercício da profissão se pautar por padrões de honestidade e boa-fé;
- Idoneidade - Implica que o Contabilista Certificado aceite apenas os trabalhos para os quais se sinta apto a desempenhar;
- Independência - Implica que os Contabilistas Certificados se mantenham equidistantes de qualquer pressão resultante dos seus próprios interesses ou de influências exteriores por forma a não comprometer a sua independência técnica;
- Responsabilidade - Implica que os Contabilistas Certificados assumam a responsabilidade pelos atos praticados no exercício das suas funções;
- Competência - Implica que os Contabilistas Certificados exerçam as suas funções de forma diligente e responsável utilizando os conhecimentos e técnicas divulgadas, respeitando a lei, os princípios contabilísticos e os critérios éticos;
- Confidencialidade - Implica que os Contabilistas Certificados e seus colaboradores guardem sigilo profissional sobre os factos e os documentos de que tomem conhecimento no exercício das suas funções;
- Equidade - Implica que os Contabilistas Certificados garantam igualdade de tratamento e de atenção a todas as entidades a quem prestem serviços, não estabelecendo distinções que não se justifiquem, salvo o disposto em normas contratuais acordadas;
- Lealdade - Implica que os Contabilistas Certificados, nas suas relações recíprocas, procedam com correção e civilidade, abstendo-se de qualquer ataque pessoal ou alusão depreciativa, pautando a sua conduta no respeito pelas regras da concorrência leal e normas legais vigentes por forma a dignificar a profissão.

Desta forma, é visível que o Contabilista Certificado possui diversas responsabilidades, não apenas por todos os atos que pratique, mas também pelos atos praticados pelos seus colaboradores, no

exercício das suas funções (n.º 1 do artigo 5.º do CDCC), sendo, por isso, um pilar fundamental em qualquer empresa pelas responsabilidades que assume e pelas funções que desempenha.

Assim, no decorrer do estágio, tanto eu como os restantes colegas, sempre nos regemos por estes princípios, seguindo uma conduta ética na elaboração das nossas tarefas diárias.

5.3. Em resumo

Neste capítulo apresentei a entidade acolhedora do meu estágio, bem como expliquei as principais atividades desenvolvidas durante o mesmo, de modo a cumprir o n.º 1 do artigo 9.º do RIEEP da OCC e, desta forma, ficar dispensada da realização de um estágio profissional.

No decorrer do estágio senti algumas dificuldades, porque, apesar de já desempenhar funções na entidade acolhedora, durante este período tive a possibilidade de realizar mais tarefas relacionadas com a contabilidade e, como não tinha experiência, não me sentia tão segura na realização das mesmas. Apenas possuía conhecimento teórico adquirido na universidade e não a prática do dia a dia. Contudo, consegui superar as adversidades praticando várias vezes as mesmas tarefas e contando com o apoio da minha supervisora e dos restantes colegas de escritório.

Além do estágio, tive ainda a oportunidade de frequentar presencialmente uma formação acreditada pela OCC sobre o “Orçamento de Estado de 2024” e uma conferência *online* sobre “Desafios e oportunidades - as empresas e os contabilistas como parceiros estratégicos”, que foram uma mais-valia para o meu conhecimento e aprendizagem.

A realização deste estágio foi muito importante para mim, na medida em que me permitiu adquirir competências e experiência no mercado de trabalho, além de complementar conhecimentos teóricos adquiridos aquando da Licenciatura em Gestão e do Mestrado em Contabilidade. Dessa forma, acredito que este estágio me preparou para futuros desafios que enfrentarei no mercado de trabalho e, de certa forma, também contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal, no sentido em que me tornou mais confiante das minhas capacidades e me permitiu gerir melhor o meu tempo e as minhas emoções.

6. Conclusão

Neste último capítulo são apresentadas as principais conclusões do estudo, de forma a responder às questões de investigação previamente definidas no Capítulo 1. Além disso, são referidas as contribuições do estudo, as suas principais limitações e, finalmente, sugeridas pistas para investigações futuras relacionadas com o tema.

6.1. Principais conclusões

O presente estudo teve como principal objetivo analisar o papel da contabilidade, através do uso da informação contabilística, que inclui informação financeira e não financeira, no processo de tomada de decisão dos gestores nas empresas familiares. Para tal, esta investigação dividiu-se em três objetivos específicos: analisar a perceção dos gestores de empresas familiares acerca da importância e utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão; identificar os fatores que influenciam a importância e utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão em empresas familiares; e identificar as principais limitações e desafios inerentes à utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão no contexto das empresas familiares.

Numa fase inicial foram analisados os estudos, tanto a nível nacional como a nível internacional, já realizados acerca do tema para constituírem, dessa forma, a revisão de literatura. Estes estudos incidiram sobre o conceito de contabilidade e a sua evolução ao longo do tempo, o papel da informação contabilística no processo de tomada de decisão e a caracterização das empresas familiares.

Posteriormente, com o intuito de alcançar os objetivos inicialmente propostos, foi desenvolvido um estudo quantitativo inserido no paradigma positivista, tendo sido construído de raiz um inquérito por questionário destinado a ser respondido por gestores de empresas familiares. Foram obtidas 109 respostas, que foram depois objeto de análise estatística.

De seguida, são apresentadas as respostas às questões de investigação com base nos resultados obtidos. É de realçar que a leitura das mesmas atende ao conjunto das 109 empresas que responderam.

- **Qual é a perceção dos gestores de empresas familiares sobre a importância e utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão?**

No que concerne à frequência de utilização da informação financeira no processo de tomada de decisão, constatou-se que a maioria dos respondentes utiliza de forma considerável este tipo de

informação, pelo que é possível concluir que uma percentagem significativa dos gestores considera a informação financeira um instrumento que auxilia na tomada de decisão e uma ferramenta útil para gerir a empresa.

Relativamente à importância atribuída à informação financeira para cada tipo de decisão (operacional, tática e estratégica), observa-se que é dada mais importância à informação financeira nas decisões táticas e estratégicas, provavelmente porque para tomar esse tipo de decisões é necessária uma compreensão mais profunda da situação financeira da empresa, pois estas produzem impactos mais significativos para a empresa a médio e longo prazo.

No que se refere à importância atribuída à informação não financeira e a sua frequência de utilização no processo de tomada de decisão, a maioria das respostas concentraram-se numa importância e utilização moderadas, apesar de existir alguma variação de respostas entre os participantes. Isto indica que, apesar de a informação não financeira ainda não ser considerado como muito relevante por todos os respondentes, pois é tópico mais recente na prática empresarial e a generalidade das empresas que participaram são de pequena dimensão, existem gestores que já têm consciência da sua utilidade e do seu papel no processo de tomada de decisões, de forma a complementar a informação financeira.

- **Quais são os fatores que influenciam a importância e utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão dos gestores nas empresas familiares?**

Existem diversos fatores que podem influenciar a importância e utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão por parte dos gestores. Esses fatores podem estar relacionados com as características dos gestores e/ou proprietários, da empresa ou do próprio serviço de contabilidade, sendo que a falta de consideração pelo potencial da informação contabilística pode comprometer o crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade da empresa.

Relativamente à informação financeira, é possível concluir que os seguintes fatores influenciam efetivamente a utilização da informação financeira no processo de tomada de decisão no âmbito da amostra em causa: anos de experiência profissional, início de atividade da empresa, periodicidade de disponibilização da informação contabilística e ter implementados sistemas de contabilidade de gestão/analítica. Por sua vez, verifica-se que os seguintes fatores influenciam a importância que os respondentes atribuem à informação financeira para a tomada de decisões operacionais, táticas ou estratégicas: ter implementados sistemas de contabilidade de gestão/analítica nas decisões

operacionais, início de atividade da empresa nas decisões táticas, iniciativa de entrega informação contábilística nas decisões táticas, categoria da empresa nas decisões estratégicas e normativo contábilístico nas decisões estratégicas.

Quanto à informação não financeira, é possível concluir no contexto da amostra estudada que os seguintes fatores influenciam a importância atribuída pelos gestores à informação não financeira: início de atividade da empresa e ter implementados sistemas de contabilidade de gestão/analítica. Da mesma forma, os seguintes fatores influenciam efetivamente a utilização da informação não financeira no processo de tomada de decisão: nível de escolaridade, anos de experiência profissional, início de atividade da empresa e localização do serviço de contabilidade.

Finalmente, no que diz respeito à comparação entre informação financeira e informação não financeira, conclui-se que existe dependência entre a importância atribuída à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão e a iniciativa de entrega da informação contábilística, apesar de esta associação não ser muito significativa. Por sua vez, verifica-se que existe uma dependência entre a abordagem adotada em relação à informação financeira e não financeira no processo de tomada de decisão e o nível de escolaridade, a localização do serviço de contabilidade e a iniciativa de entrega da informação contábilística, apesar de em todas ser considerada uma associação apenas moderada.

- **Quais são as principais limitações e desafios que os gestores de empresas familiares enfrentam ao utilizar a informação contábilística no processo de tomada de decisão?**

A verdade é que nem sempre a contabilidade consegue afirmar adequadamente o seu papel no processo de tomada de decisão dos gestores, pois existem limitações e desafios inerentes à sua utilização.

No que concerne às limitações inerentes ao papel da informação financeira no processo de tomada de decisão, os participantes do estudo destacaram como as principais limitações: a falta de consideração pela informação não financeira (ou seja, só considera informação que pode ser mensurada em termos monetários), a falta de tempo e formação dos gestores para analisar a informação contábilística adequadamente e a indisponibilidade ou desatualização da informação. Com isto, verifica-se que: os gestores têm consciência que apenas considerar informação financeira no processo de tomada de decisão pode resultar numa visão incompleta ou incorreta da situação da empresa; se os gestores não tiverem formação adequada para analisar dados financeiros podem não utilizá-los de forma eficaz

nas suas decisões; quando os gestores não têm acesso a informações financeiras atualizadas e relevantes, as suas decisões podem ser baseadas em informações incompletas ou desatualizadas, levando a escolhas menos eficazes.

No âmbito dos desafios para a elaboração de informação não financeira, os inquiridos destacaram: a falta de recursos (incluindo tempo), a falta de conhecimento e consciência acerca de conceitos relacionados com sustentabilidade, a dificuldade em medir o impacto social e ambiental, e a baixa prioridade em relação a informações financeiras. Isto sugere que muitas empresas ainda não dispõem de meios adequados ou pessoas qualificadas para elaborar e analisar este tipo de informação e que ainda há um longo caminho a percorrer no que toca à sensibilização e educação dos gestores para os consciencializar da importância da informação não financeira na tomada de decisões, como forma até de complementar a informação financeira.

Finalmente, no que diz respeito ao estágio curricular, este permitiu-me adquirir competências e experiência no mercado de trabalho, além de me preparar para futuros desafios. Assim, foram cumpridas todas as práticas previstas n.º 1 do artigo 9.º do RIEEP da OCC (em vigor na data de início do estágio), de modo a ficar dispensada da realização de um estágio profissional.

6.2. Contribuições do estudo

Os estudos sobre a importância e utilização da informação não financeira no processo de tomada de decisão e estudos sobre a contabilidade nas empresas familiares são temas ainda pouco explorados na literatura. Desta forma, pretende-se que esta investigação ajude a preencher a lacuna existente na literatura e promova o desenvolvimento desta área de investigação.

Além disso, espera-se que esta investigação contribua para proporcionar uma visão clara sobre como a informação financeira e não financeira são percecionadas pelos gestores de empresas familiares, relevando se são consideradas instrumentos que auxiliam na tomada de decisão e ferramentas úteis para gerir a empresa. Além disso, ao identificar os fatores que influenciam a sua importância e utilização, que podem estar relacionados com as características dos gestores, da empresa ou do próprio serviço de contabilidade, bem como ao identificar as limitações e desafios relacionados com a utilização da informação contabilística, será possível elaborar estratégias que incentivem a uma maior integração dessas informações nas práticas de gestão, permitindo, assim, a tomada de decisões mais conscientes e informadas.

6.3. Limitações

A maior limitação a apontar nesta investigação foi a baixa taxa de resposta ao inquérito por questionário, o que pode afetar a representatividade da amostra e limitar a generalização dos resultados. Por isso, as respostas às questões de investigação devem ser lidas no contexto da amostra.

Outra limitação prende-se com a falta de acesso a uma base de dados específica sobre empresas familiares, pelo que foi necessário optar por métodos alternativos. Contudo, também com esses métodos foi difícil identificar com precisão quais empresas se enquadravam na categoria de empresas familiares.

6.4. Pistas para investigações futuras

Relativamente às pistas para investigações futuras, sugere-se a realização de um estudo semelhante a este, mas na perspetiva do contabilista, ou seja, perceber qual a opinião do mesmo em relação ao papel da informação contabilística no processo de tomada de decisão dos gestores nas empresas familiares. Além disso, também seria pertinente a realização de um estudo semelhante a este, mas a amostra ser constituída tanto por empresas familiares como por empresas não familiares, de modo a ser possível fazer uma comparação entre as mesmas. Por fim, também poderia ser realizado o mesmo estudo, mas utilizando uma metodologia mista (quantitativa e qualitativa) ou apenas qualitativa, de forma a ser possível uma compreensão mais aprofundada das perceções e experiências dos gestores em relação à utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdulshakour, S. (2020). Impact of financial statements for financial decision-making. *Open Science Journal*, 5(2). <https://doi.org/10.23954/osj.v5i2.2260>
- AICEP (2020). *A Importância das Empresas Familiares na Economia Portuguesa*. Obtido 15 de novembro de 2023, de <https://www.portugalglobal.pt/PT/RevistaPortugalglobal/2020/Documents/revista-137-dezembro.pdf>
- Alharahsheh, H. H., & Pius, A. (2020). A review of key paradigms: Positivism VS interpretivism. *Global Academic Journal of Humanities and Social Sciences*, 2(3), 39-43. https://gajrc.com/media/articles/GAJHSS_23_39-43_VMGJbOK.pdf
- Alves, C. A. (2015). O Efeito Da influência Da família No Desempenho: evidência empírica Nas Empresas Familiares Portuguesas [Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior]. Covilhã. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/3949>
- American Accounting Association. Committee to Prepare a Statement of Basic Accounting Theory. (1966). *A statement of basic accounting theory*. American Accounting Association.
- American Institute of Certified Public Accountants. Accounting Principles Board (1970). *Basic concepts and accounting principles underlying financial statements of business enterprises; Statement of the Accounting Principles Board 4; APB Statement 4*. Association Sections, Divisions, Boards, Teams.
- American Institute of Certified Public Accountants. Committee on Terminology (1953). Review and resume. *Accounting Terminology Bulletins*, 1,1-32. https://egrove.olemiss.edu/dl_aia/356
- Amoako, G. K. (2013). Accounting Practices of SMEs: A Case Study of Kumasi Metropolis in Ghana. *International Journal of Business and Management*, 8(24), 73-83. <http://dx.doi.org/10.5539/ijbm.v8n24p73>
- Anderson, R., & Reeb D. (2003). Founding-Family Ownership and Firm Performance: Evidence from the S&P 500. *The Journal of Finance*, 58(3), 1301-1328. <https://doi.org/10.1111/1540-6261.00567>
- Aronoff, C., & Ward, J. (2011). *Family business governance: Maximizing family and business potential*. Palgrave Macmillan.
- Arrondo-Garcia, R., Fernandez-Mendez, C., & Menéndez-Requejo, S. (2016), The growth and performance of family businesses during the global financial crisis: The role of the generation in control. *Journal of Family Business Strategy*, 7(4), 227- 237. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2016.11.003>
- Associação das Empresas Familiares (2023). *Mensagem do Presidente*. Obtido 25 de outubro de 2023, de <https://empresasfamiliares.pt/about-us/mensagem-do-presidente/>
- Atrill, P., & McLaney, E. (2019). *Financial Accounting for Decision Makers* (9ª ed.). Pearson Education Limited.
- Belenzon, S., & Zarutskie, R. (2012). Married to the Firm? Family Ownership, Performance and Survival in Private Firms. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1710321>
- Brigham, K. H., & Payne G. T. (2023). *Field Guide to Family Business Research*. Edward Elgar Publishing Limited.

Business for Social Responsibility (2020). *Five Steps to Good Sustainability Reporting: A Practical Guide for Companies*. <https://www.millicom.com/media/4318/bsr-five-steps-good-sustainability-reporting.pdf>

Carnegie, G. D., Gomes, D., & McBride, K. (2023). COVID-19 and accounting as multidimensional technical, social and moral practice: a framework for future research. *Meditari Accountancy Research*, 31(1), 1-26. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-10-2022-1826>

Carnegie, G., & Napier, C. (2023). *Handbook of accounting, accountability and governance*. Edward Elgar Publishing.

Carnegie, G., Parker, L., & Tsahuridu, E. (2021). It's 2020: What is Accounting Today? *Australian Accounting Review*, 96(31), 65–73. <https://doi.org/10.1111/auar.12325>

Comissão de Normalização Contabilística (2013). *Sistema de Normalização Contabilística – SNC*. Obtido 12 de março de 2024, de <https://www.cnc.min-financas.pt/snc.html>

Comissão Europeia (2009). *Overview of Family-Business-Relevant Issues: Research, Networks, Policy Measures and Existing Studies*.

Commission of the European Communities (2006). *Implementing the partnership for growth and jobs: Making Europe a pole of excellence on corporate social responsibility*. <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0136:FIN:en:PDF>

Correia, M. J. C. (2020). Análise do processo de sucessão, liderança e GRH nas empresas familiares [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Braga. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/69638>

Deegan, C. (2023). *An Introduction to Accounting: Accountability in Organisations and Society* (2ª ed.). Cengage Learning Australia Pty Limited.

Demiraj, R., Shkurti, A., & Demiraj, E. (2021). Assessing The Perceived Usefulness of Accounting Information in Albania. *Management and Economics Research Journal*, 7(4), 1-14. <https://doi.org/10.18639/MERJ.2021.1478488>

Donnelley, R. G. (1964). The family business. *Harvard business review*, 42(4), 93-105.

Elkington, J. (1997). *Cannibals with forks: The triple bottom line of 21st century business*. Capstone.

Euronext (2024). *Euronext lance Euronext® Family Business, le premier indice Européen dédié aux entreprises familiales*. Obtido 10 de janeiro de 2024, de <https://www.euronext.com/en/about/media/euronext-press-releases/euronext-lance-uronextr-family-business-le-premier-indice>

Ferreira, B. M. (2020). Internacionalização e o desempenho das empresas familiares [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Braga. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/78860>

Figueiredo, F., Figueiredo, A., Ramos, A., & Teles, P. (2017). *Inferência estatística: Problemas resolvidos e propostos com aplicações em R*. Escolar Editora.

Floştoiu, S. (2019). The Role and Place of Accounting Information in the Decision Making System. *International Conference Knowledge-Based Organization*, 25(2), 46-51. <https://intapi.sciendo.com/pdf/10.2478/kbo-2019-0055>

- Fuentes-Lombardo, G., Fernández-Ortiz, R., & Cano-Rubio, M. (2011). Intangible assets in the internationalization of Spanish wineries: Directive and compared perception between family and non family businesses. *Intangible Capital*, 7(2), 428-473. <https://doi.org/10.3926/ic.259>
- Gencia, A., Sandu, A., Puscas, A., & Mates, D. (2016). An International Perspective Upon the Impact of Financial Statement Form on the Business Decision Making Process. *Lucrări științifice management agrico*, 18(1), 109-116. <https://lsma.ro/index.php/lsma/article/view/954>
- Gersick, K. E., Davis, J. A., Hampton, M. M., & Lansberg, I. (1997). *Generation to generation: Life cycles of the family business*. Harvard Business Press.
- Gouveia, H. M. N., Fernandes, J. S., & Gonçalves, C. I. (2015). A utilidade da Contabilidade para os gestores das Microempresas. *Portuguese Journal of Accounting and Management*, 16, 77-104. <https://antigo.occ.pt/fotos/editor2/cegmarco2015.pdf#page=77>
- Gullberg, C. (2014). Roles of accounting information in managerial work [Tese de Doutoramento, Företagsekonomiska institutionen]. Suécia. <https://www.diva-portal.org/smash/record.jsf?dswid=-2692&pid=diva2%3A713549>
- Hall, M. (2010). Accounting information and managerial work. *Accounting, Organizations and Society*, 35(3), 301-315. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.09.003>
- Hamadi, Z. B., Bonache, A., Chapellier, P., & Mohammed, A. (2011). Les determinants de la complexite des systemes de donnees comptables des dirigeants de petites et moyennes entreprises: Une meta-analyse sur donnees individuelles. *Comptabilites, economie et societe*. <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00646518>
- Handler, W. C. (1989). Methodological issues and considerations in studying family businesses. *Family business review*, 2(3), 257-276. <https://doi.org/10.1111/j.1741-6248.1989.00257.x>
- Harms, H. (2014). Review of family business definitions: cluster approach and implications of heterogeneous application for family business research. *International journal of financial studies*, 2(3), 280-314. <https://doi.org/10.3390/ijfs2030280>
- Hernández-Linares, R., Sarkar, S., & Cobo, M. J. (2018). Inspecting the Achilles heel: A quantitative analysis of 50 years of family business definitions. *Scientometrics*, 115, 929-951. <https://doi.org/10.1007/s11192-018-2702-1>
- Hill, M. M., & Hill, A. (1998). A construção de um questionário. *DINÂMIA - Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica*. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/469/4/DINAMIA_WP_1998-11.pdf
- Hopper, T. (2023). What is accounting? What should it be? What should we profess and teach? *Accounting and Management Review*, 27, 9-31. <https://doi.org/10.55486/amrrgg.v27i1.1>
- Hopper, T., & Powell, A. (1985). Making sense of research into the organizational and social aspects of management accounting: A review of its underlying assumptions. *Journal of Management Studies (Wiley-Blackwell)*, 22(5), 429-465. <https://abrir.link/dliiJ>
- Horvat, T., & Mojzer, J. (2019). Influence of Company Size on Accounting Information for Decision-Making of Management. *Naše gospodarstvo/Our Economy*, 65(2), 11-20. <https://doi.org/10.2478/ngoe-2019-0007>

- IAPMEI (2024). *PME Líder / Resultados da edição de 2023 disponíveis!* Obtido 20 de agosto de 2024, de <https://www.iapmei.pt/NOTICIAS/PME-Lider-Resultados-da-edicao-de-2023-disponive.aspx>
- İbicioğlu, H., Kocabıyık, T., & Dalğar, H. (2010). Financial statement utilization during decision making process in SMEs: A comparative study on European and Turkish managers. *Marmara Üniversitesi İktisadi ve İdari Bilimler Dergisi*, 28(1), 209-226. <https://dergipark.org.tr/en/download/article-file/3547>
- IFB Research Foundation (2019). *Family Business Challenges: Building Family Governance* (2^a ed.). <https://www.fbrf.org.uk/family-business-challenges>
- Igwenagu, C. (2016). *Fundamentals of research methodology and data collection*. LAP Lambert Academic Publishing.
- International Accounting Standards Board (2007). International Accounting Standard 1: Presentation of financial statements. <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-1-presentation-of-financial-statements/>
- International Finance Corporation (2018). *IFC Family Business Governance Handbook* (4^a ed.). <https://www.ifc.org/en/insights-reports/2011/ifc-family-business-governance-handbook>
- Jajairam, P. (2017). Ethics in accounting. *Journal of finance and accountancy*, 23, 1-13. <https://www.researchgate.net/publication/321167489>
- Jain, K., & Tripathi, P. S. (2022). Challenges of Sustainability Reporting from Managerial Perspective: A Review and Future Agenda. *Indian Institute of Management*, 21(2), 140–151. <https://doi.org/10.1177/09726225221127481>
- Kontinen, T., & Ojala, A. (2012). Internationalization pathways among family-owned SMEs. *International Marketing Review*, 29(5), 496-518. <https://doi.org/10.1108/02651331211260359>
- Krechovská, M., & Procházková, P. T. (2014). Sustainability and its Integration into Corporate Governance Focusing on Corporate Performance Management and Reporting. *Procedia Engineering*, 69, 1144-1151. <https://doi.org/10.1016/j.proeng.2014.03.103>
- Kumar, R. (2011). *Research methodology: A step-by-step guide for beginners*. SAGE Publications Ltd.
- Kuruppuge, R. H., & Gregar, A. (2020). Strategic, Tactical and Operational Decisions in Family Businesses: A Qualitative Case Study. *The Qualitative Report*, 25(6), 1599-1618. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2020.2945>
- Leocádio, M. (2017). Relato Integrado em Portugal [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia do Porto]. Porto. https://sigarra.up.pt/fep/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=234892
- Lima, H. M. A., Melo, F. A. O., Reis, P. N. C., Lima, C. C. S., & Oliveira, V. M. S. (2012). Controle interno como ferramenta essencial contra erros e fraudes dentro das organizações. *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia-SEGeT*. <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/25416604.pdf>
- Lunenburg, F. C. (2010). The Decision Making Process. *National Forum of Education Administration and Supervision Journal*, 27(4), 1-12. <https://nationalforum.com/Electronic%20Journal%20Volumes/Lunenburg,%20Fred%20C.%20The%20Decision%20Making%20Process%20NFEASJ%20V27%20N4%202010.pdf>

- Major, M. J. (2017). O positivismo e a pesquisa 'alternativa' em Contabilidade. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28, 173-178. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201790190>
- Marques, A. P., Couto, A. I., Costa, A. N., Cunha, J. M., Freire, P., Silvestre, P., Jorge, S., & Jayantilal, S. (2018). Empresas familiares da Região Norte: Mapeamento, retratos e testemunhos. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/55802>
- Mautz, R. K. (1963). Accounting as a social science. *The Accounting Review*, 38(2), 317-325. <https://www.jstor.org/stable/242922>
- McHugh, M. L. (2013). The chi-square test of independence. *Biochemia Medica*, 23(2), 143-149. <https://doi.org/10.11613/BM.2013.018>
- Meseguer-Sánchez, V., Gálvez-Sánchez, F. J., López-Martínez, G., & Molina-Moreno, V. (2021). Corporate Social Responsibility and Sustainability. A Bibliometric Analysis of Their Interrelations. *Sustainability*, 13(4), 1636. <https://doi.org/10.3390/su13041636>
- Monteiro, A. P., Cepêda, C., & Silva, A. (2021). Linking decision and utility theories to financial information usefulness and company performance: A study applied to Portuguese's certified accountants. *Accounting*, 7, 1395-1406. <https://dx.doi.org/10.5267/j.ac.2021.3.025>
- Moreira, R. L., Encarnação, L. V., Bispo, O. N. A., Colauto, R. D., & Angotti, M. (2013). A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 10(19), 119-140. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2013v10n19p119>
- Murinova, A. & Koráb, V. (2018). Strengths and Weaknesses of Family Business of the Czech Republic: Case of Family Wine Firms. *Innovation Management, Entrepreneurship and Sustainability (IMES)*. <https://www.cceol.com/search/chapter-detail?id=694488>
- Nora, N. C. & Marques, A. P. (2021). Empresas familiares: desafios e dilemas de uma conceptualização. *XI Congresso Português de Sociologia Identidades ao rubro: diferenças, pertenças e populismos num mundo efervescente*. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/85995>
- Nunes, L. C. F., & Serrasqueiro, Z. M. S. (2004). A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 15(36), 87-96. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772004000300005>
- Ordem dos Contabilistas Certificados (s.d.). *Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados e Código Deontológico dos Contabilistas Certificados*. Obtido 15 de janeiro de 2024, de https://www.occ.pt/fotos/editor2/estatutos2023_dig.pdf
- Ordem dos Contabilistas Certificados (s.d.). *Regulamento de inscrição, estágio e exame profissionais*. Obtido 14 de janeiro de 2024, de https://www.occ.pt/fotos/editor2/rieep_v6.pdf
- Pereira, A., Vaz, Â., & Rocha, A. (2021). A Utilidade da Informação Financeira e Não Financeira para a Tomada de Decisão. *Congresso da AECA*. <https://aeca.es/wp-content/uploads/ixjor/6.pdf>
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de Dados para Ciências Sociais: A Complementaridade do SPSS* (4ª ed.). Edições Sílabo.

- Porton, R. A. D. B., & Longaray, A. A. (2006). Relevância do uso das informações contábeis nos processos decisoriais. *Revista Angrad*, 7(4), 89-110. <https://www.yumpu.com/pt/document/read/20775265/relevancia-do-uso-das-informacoes-contabeis-fecap>
- Poza, E. J., & Daugherty, M. S. (2014). *Family Business* (3^a ed). South-Western Cengage Learning.
- Prencipe, A., Bar-Yosef, S., & Dekker, H. C. (2014). Accounting Research in Family Firms: Theoretical and Empirical Challenges. *European Accounting Review*, 23(3), 361-385. <https://doi.org/10.1080/09638180.2014.895621>
- Salehi, A. K. (2024). Critical review of the role of accounting in the decision-making process. *Journal of Islamic Accounting and Business Research*, 15(2), 244-264. <https://doi.org/10.1108/JIABR-12-2021-0310>
- Sánchez-Hernández, M. I., Vázquez-Burguete, J. L., García-Miguélez, M. P., & Lanero-Carrizo, A. (2021). Internal Corporate Social Responsibility for Sustainability. *Sustainability*, 13, 7920. <https://doi.org/10.3390/su13147920>
- Santos, A. C. F. V (2016). A utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão: Um estudo sobre as PME Portuguesas [Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior]. Covilhã. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/6301>
- Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2009). *Research methods for business students*. Person Education Limited.
- Serrasqueiro, Z. M. S., & Nunes, L. (2004). A Informação Contabilística na Tomada de Decisão dos Empresários e/ou Gestores-Um estudo sobre pequenas empresas. *X Congresso de Contabilidade*. <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/1640>
- Serrasqueiro, Z., & Nunes, P. M. (2012). Is age a determinant of SMEs' financing decisions? Empirical evidence using panel data models. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 36(4), 627-654. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2010.00433>
- Shim, J., Moon, J., Lee, W. S., & Chung, N. (2021). The Impact of CSR on Corporate Value of Restaurant Businesses Using Triple Bottom Line Theory. *Sustainability*, 13(4), 2131. <https://doi.org/10.3390/su13042131>
- Sobh, R., & Perry, C. (2006). Research design and data analysis in realism research. *European Journal of marketing*, 40(11/12), 1194-1209. <https://doi.org/10.1108/03090560610702777>
- Socea, A.D. (2012). Managerial decision-making and financial accounting information. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 58, 47-55. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.09.977>
- Songini, L., Gnan, L., & Malmi, T. (2013). The role and impact of accounting in family business. *Journal of Family Business Strategy*, 4(2), 71–83. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2013.04.002>
- Tagiuri, R., & Davis, J. (1996). Bivalent attributes of the family firm. *Family business review*, 9(2), 199-208. <https://doi.org/10.1111/j.1741-6248.1996.00199.x>
- Todo Bom, L. (2020). *Manual de Gestão de Empresas Familiares: Uma aproximação integrada Empresa-Família*. Edições Sílabo.
- Ussman, A. M. (2004). *Empresas Familiares*. Edições Sílabo.

- Vieira, R. (2009). Paradigmas Teóricos da Investigação em Contabilidade. In M. Major, & R. Vieira, *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática* (pp. 15-19). Lisboa: Escolar Editora.
- Vukić, N. M., Vuković, R., & Calace, D. (2017). Non-Financial Reporting as a New Trend In Sustainability Accounting. *Journal of Accounting and Management*, 7(2), 13-26. <https://hrcak.srce.hr/310832>
- Weygandt, J. J., Kimmel, P. D., & Kieso, D. E. (2011). *Financial Accounting: IFRS*. John Wiley & Sons, Inc.
- Witt, C., Pletsch, C. S., Hein, N., & Kroenke, A. (2018). Utilização de informações contábeis e gerenciais por parte dos empresários de micros e pequenas empresas. *Ágora: revista de divulgação científica*, 23(2), 73-94. <https://doi.org/10.24302/agora.v23i2.1931>
- World commission on environment and development (1987). *Our common future*. Oxford University Press.
- Zattoni, A., Gnan, L. & Huse, M. (2012), Does Family Involvement Influence Firm Performance? Exploring the Mediating Effects of Board Processes and Tasks. *Journal of Management*, 41(4), 1214–1243. <https://doi.org/10.1177/0149206312463936>
- Zellweger, T. (2017). *Managing the Family Business: Theory and Practice*. Edward Elgar Publishing Limited.

Legislação in <https://dre.pt/dre/>

Código das Sociedades Comerciais

Código de Procedimento e de Processo Tributário

Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

Código do Trabalho

Lei Geral Tributária

Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias

Portaria n.º 4/2024, de 3 de janeiro

Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março

Portaria n.º 55/2010, de 21 de janeiro

Portaria n.º 92-A/2011, de 28 de fevereiro

DL n.º 8/2007, de 17 de janeiro

APÊNDICES

Apêndice 1 – Inquérito por questionário

O Papel da Informação Contabilística no Processo de Tomada de Decisão nas Empresas Familiares

O presente questionário, elaborado no âmbito do Mestrado em Contabilidade da Universidade do Minho, tem como objetivo analisar a importância da informação contabilística no processo de tomada de decisão dos gestores nas **empresas familiares**. Neste sentido, apelo à participação de gestores e/ou proprietários de empresas familiares com funções de gestão, cuja contribuição será fundamental para a realização desta investigação.

As suas respostas são confidenciais e serão utilizadas exclusivamente para fins académicos.

O tempo estimado para completar o questionário é de 6 minutos.

Nota: Considera-se que uma empresa é familiar quando é predominantemente propriedade e gestão de membros da mesma família. Portanto, se não faz parte de uma empresa familiar, por favor, não responda a este questionário.

Agradeço, desde já, a sua colaboração.

1) Caracterização do Respondente

1- Género*

- Feminino
- Masculino
- Outro

2- Idade*

- Menos de 30 anos
- Entre 30 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Mais de 50 anos

3- Nível de escolaridade concluído*

- Ensino Básico
- Ensino Secundário
- Curso Profissional
- Licenciatura
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutoramento

4- Área de formação*

- Gestão/economia/contabilidade/finanças/fiscalidade ou similares
- Nenhuma
- Outra: _____

5- Anos de experiência profissional*

- Menos de 5 anos
- Entre 5 e 15 anos
- Entre 16 e 25 anos
- Mais de 25 anos

6- Função na empresa*

- Sócio
- Sócio-Gerente
- Gestor Contratado
- Outra: _____

7- Pertence à família proprietária da empresa? *

- Sim
- Não

8- Se respondeu "Sim" na pergunta anterior, foi um dos fundadores da empresa? *

- Sim
- Não
- Não aplicável (se respondeu "Não" à pergunta 7)

2) Caraterização da Empresa Familiar

9- Número de efetivos (em 31/12/2023) *

- Até 9
- De 10 a 49
- De 50 a 249
- Mais do que 249

10- Volume de negócios anual (em 31/12/2023) *

- Até 2.000.000 €
- De 2.000.001 € a 10.000.000 €
- De 10.000.001 € a 50.000.000 €
- Mais do que 50.000.000 €

11- Balanço total anual (em 31/12/2023) *

- Até 2.000.000 €
- De 2.000.001 € a 10.000.000 €
- De 10.000.001 € a 43.000.000 €
- Mais do que 43.000.000 €

12- Categoria da empresa (segundo a Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003) *

- Microentidade
- Pequena entidade
- Média entidade
- Grande entidade

13- Normativo contabilístico aplicável*

- NCRF-ME (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Microentidades)
- NCRF-PE (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades)
- NCRF (Norma Contabilística e de Relato Financeiro)
- NCRF-ESNL (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo)
- IAS/IFRS (International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards)

14- Setor (es) de atividade (assinale todas as opções que se aplicam) *

- Prestação de Serviços
- Comércio
- Indústria
- Construção
- Agricultura
- Outra: _____

15- Início de atividade da empresa*

- Menos de 5 anos
- Entre 5 e 15 anos
- Entre 16 e 30 anos
- Entre 31 e 50 anos
- Superior a 50 anos

16- Periodicidade do regime de IVA*

- Mensal
- Trimestral
- Não sei

17- A família proprietária da empresa tem nacionalidade portuguesa? *

- Sim
- Não

18- A empresa está sediada em Portugal? *

- Sim
- Não

19- Se respondeu "Sim" na pergunta 18, em que distrito está sediada a empresa?

20- Se respondeu "Não" na pergunta 18, em que país está sediada a empresa?

21- Como classifica a sua empresa quanto ao tipo de gestão? *

- Gestão familiar
- Gestão não familiar ou profissional

3) Caracterização do Serviço de Contabilidade

22- O serviço de contabilidade está centralizado: *

- Internamente (dentro da própria empresa)
- Externamente (gabinete de contabilidade)

23- A informação contabilística é disponibilizada, maioritariamente, por iniciativa do contabilista ou tem de ser solicitada pelo gestor? *

- Entregue por iniciativa do contabilista
- Entregue quando solicitada
- Ambos os casos

24- Com que frequência é que o responsável pela contabilidade disponibiliza informação contabilística ao gestor? *

- Mensalmente
- Trimestralmente
- Semestralmente
- Anualmente
- Sempre que solicitado, de uma forma contínua

25- A empresa tem sistemas de contabilidade de gestão/analítica implementados? *

- Sim
- Não
- Não sei

4) Informações que Contribuem para a Eficácia da Gestão Empresarial

26- Como avalia, numa escala de “1- Nada importante” a “5- Muito importante”, os seguintes tipos de informação no âmbito de uma gestão eficaz da sua empresa? *

	1- Nada importante	2- Pouco importante	3- Neutro	4- Importante	5- Muito importante
Informação financeira (e.g., demonstrações financeiras)					
Informação sobre sustentabilidade (ambiental, social e de governação)					
Informação sobre desempenho operacional (e.g., produção, vendas, inventário)					
Informação sobre indicadores-chave de desempenho (KPI's)					
Informação sobre clientes e mercado-alvo					
Informação sobre a concorrência					

5) A Informação Financeira no Processo de Tomada de Decisão

27- Utilizando a escala apresentada, de “1- Nada importante” a “5- Muito importante”, avalie a importância que atribui à informação financeira considerando as seguintes finalidades: *

	1- Nada importante	2- Pouco importante	3- Neutro	4- Importante	5- Muito importante
Dar cumprimento às obrigações legais e fiscais					
Fornecer informação às partes interessadas (e.g., bancos, funcionários, clientes, fornecedores, investidores)					
Apoiar na tomada de decisão (e.g., decisões de investimento,					

financiamento, planeamento, estratégicas, operacionais, orçamentais)					
Avaliar o desempenho da empresa					

28- Para além das finalidades anteriormente apresentadas, há alguma outra para a qual considere a informação financeira importante ou muito importante? Se sim, por favor especifique:

29- Como é efetuada, normalmente, a análise à informação financeira? *

- Integralmente pelo gestor
- Com o apoio do contabilista
- Outra: _____

30- Com que frequência utiliza a informação financeira para tomar decisões? *

- 1- Nunca
- 2- Raramente
- 3- Ocasionalmente
- 4- Frequentemente
- 5- Sempre

31- Se possível, apresente exemplos de tomada de decisão em que utiliza a informação financeira.

32- Numa escala de “1- Nada importante” a “5- Muito importante”, como avalia a importância que atribui a cada uma das seguintes demonstrações financeiras no processo de tomada de decisão?

*

	1- Nada importante	2- Pouco importante	3- Neutro	4- Importante	5- Muito importante
Balanço					
Demonstração dos Resultados					
Demonstração de Fluxos de Caixa					
Demonstração das Alterações no Capital Próprio					
Anexo às Demonstrações Financeiras					

33- Utilizando a escala apresentada, de “1- Nada importante” a “5- Muito importante”, avalie a importância que atribui à informação financeira para cada um dos seguintes tipos de decisão: *

	1- Nada importante	2- Pouco importante	3- Neutro	4- Importante	5- Muito importante
Decisões operacionais (são tomadas no dia a dia da empresa)					
Decisões táticas (relacionadas com o financiamento, o investimento e os recursos humanos da empresa)					
Decisões estratégicas (afetam o funcionamento global da empresa)					

34- Na sua opinião, quais são as principais limitações inerentes ao papel da informação financeira no processo de tomada de decisão? (assinale todas as opções que se aplicam) *

- Apenas retrata os efeitos financeiros de acontecimentos passados
- Não tem em consideração a informação não financeira (e.g., satisfação de clientes, sustentabilidade, responsabilidade social)
- Nem sempre a informação está disponível e atualizada
- Complexidade da informação e diferentes métodos contabilísticos
- Fragilidade dos sistemas de controlo internos o que pode comprometer a confiabilidade da informação
- Falta de aderência dos contabilistas aos padrões éticos o que pode afetar a qualidade da informação
- Falta de tempo e formação dos gestores para analisar a informação contabilística adequadamente
- Possibilidade de gestores ocultarem informações negativas para melhorar os resultados
- Outra: _____

35- Manteria os serviços de contabilidade na sua empresa se a contabilidade deixasse de ser uma exigência legal? *

- Sim
- Não
- Não sei

6) A Informação Não Financeira no Processo de Tomada de Decisão

A informação não financeira abordada nesta secção refere-se à informação sobre sustentabilidade (ambiental, social e de governação).

36- A empresa elabora informação não financeira? *

- Sim
- Não

37- Se respondeu "Sim" na pergunta anterior, a empresa elabora informação não financeira com que finalidade?

- Divulgação interna
- Divulgação externa
- Ambas

38- Se a empresa divulga internamente informação não financeira, esta é direccionada a quem?

Nota: Apenas responder a esta pergunta se assinalou "Divulgação interna" ou "Ambas" na questão 37.

- Gestores
- Funcionários
- Proprietários
- Outra: _____

39- Se a empresa divulga externamente informação não financeira, em que documento essa informação é divulgada?

Nota: Apenas responder a esta pergunta se assinalou "Divulgação externa" ou "Ambas" na questão 37.

- Relatório e Contas
- Relatório de Sustentabilidade
- Outra: _____

40- Se a empresa divulga externamente informação não financeira, esta é direccionada a quem?

Nota: Apenas responder a esta pergunta se assinalou "Divulgação externa" ou "Ambas" na questão 37.

- Clientes
- Fornecedores
- Credores
- Investidores atuais ou potenciais
- Governo
- Representantes da comunidade
- Outra: _____

41- Na sua opinião, quais são os principais desafios para a elaboração de informação não financeira? (assinale todas as opções que se aplicam) *

- Falta de conhecimento e consciência acerca de conceitos relacionados com responsabilidade social e desenvolvimento sustentável
- Falta de recursos (incluindo tempo)
- Baixa prioridade em relação a informações financeiras
- Custo elevado em comparação com os benefícios percebidos
- Dificuldade em medir o impacto social e ambiental
- Falta de requisitos legais e iniciativas governamentais
- Falta de procura das partes interessadas
- Outra: _____

42- Utilizando a escala apresentada, de “1- Nada importante” a “5- Muito importante”, avalie a importância que atribui à informação não financeira nos processos de tomada de decisão: *

- Nada importante
- Pouco importante
- Neutro
- Importante
- Muito importante

43- Com que frequência utiliza a informação não financeira no processo de tomada de decisão? *

- Nunca
- Raramente
- Ocasionalmente
- Frequentemente
- Sempre

44- Como avalia a importância que atribui à informação não financeira em comparação com a informação financeira na tomada de decisão? *

- Considero a informação financeira mais importante
- Considero a informação não financeira mais importante
- Considero ambas igualmente importante

45- Para a tomada de decisões na empresa, qual é a abordagem que adota em relação à informação financeira e não financeira? *

- Baseio-me unicamente na informação financeira
- Baseio-me unicamente na informação não financeira
- Utilizo ambas complementarmente

Apêndice 2 – Corpo de texto do *e-mail*

Bom dia,

Espero que este *e-mail* a(o) encontre bem.

O meu nome é Sofia Magalhães e sou aluna do Mestrado em Contabilidade da Universidade do Minho. Neste momento, estou a realizar uma dissertação com o objetivo de analisar a importância da informação contabilística no processo de tomada de decisão dos gestores nas empresas familiares. Neste sentido, apelo à participação de gestores e/ou proprietários de empresas familiares com funções de gestão, cuja contribuição será fundamental para a realização desta investigação.

O tempo estimado para completar o questionário é de 6 minutos, sendo que as suas respostas são confidenciais e serão utilizadas exclusivamente para fins académicos.

Link do questionário: <https://forms.gle/No6A7bCZjXnyDRga6>

Nota: Considera-se que uma empresa é familiar quando é predominantemente propriedade e gestão de membros da mesma família. Portanto, se não faz parte de uma empresa familiar, por favor, não responda a este questionário.

Agradeço, desde já, a compreensão e colaboração.

Com os melhores cumprimentos,

Sofia Magalhães

Apêndice 3 – Posições médias resultantes dos testes H de Kruskal-Wallis e testes U de Mann Whitney

Tabela 50. Posições médias da experiência profissional na utilização da informação financeira

	Experiência profissional	N	Posição Média
Utilização informação financeira	Menos de 5 anos	4	56,50
	Entre 5 e 15 anos	22	43,45
	Entre 16 e 25 anos	33	50,85
	Mais de 25 anos	50	62,70
	Total	109	-

Tabela 51. Posições médias do início de atividade da empresa na utilização da informação financeira

	Início de atividade da empresa	N	Posição Média
Utilização informação financeira	Entre 5 e 15 anos	17	45,00
	Entre 16 e 30 anos	36	66,75
	Entre 31 e 50 anos	36	47,83
	Mais de 50 anos	20	57,05
	Total	109	-

Tabela 52. Posições médias da periodicidade de disponibilização da informação contabilística na utilização da informação financeira

	Disponibilização informação contabilística	N	Posição Média
Utilização informação financeira	Mensalmente	49	55,29
	Trimestralmente	14	51,43
	Semestralmente	10	27,50
	Anualmente	1	91,00
	Sempre que solicitado, de uma forma contínua	35	62,86
	Total	109	-

Tabela 53. Posições médias da contabilidade de gestão na utilização da informação financeira

	Contabilidade de gestão	N	Posição Média
Utilização informação financeira	Sim	65	62,57
	Não	37	40,81
	Não sei	7	59,71
	Total	109	-

Tabela 54. Posições médias do início de atividade da empresa na importância atribuída à informação financeira nas decisões táticas

	Início de atividade da empresa	N	Posição Média
Importância informação financeira nas decisões táticas	Entre 5 e 15 anos	17	50,82
	Entre 16 e 30 anos	36	68,67
	Entre 31 e 50 anos	36	46,83
	Mais de 50 anos	20	48,65
	Total	109	-

Tabela 55. Posições médias da categoria da empresa na importância atribuída à informação financeira nas decisões estratégicas

	Categoria da empresa	N	Posição Média
Importância informação financeira nas decisões estratégicas	Microempresa	8	40,50
	Pequena empresa	76	52,52
	Média empresa	23	66,11
	Grande empresa	2	79,50
	Total	109	-

Tabela 56. Posições médias do normativo contabilístico aplicável na importância atribuída à informação financeira nas decisões estratégicas

	Normativo contabilístico	N	Posição Média
Importância informação financeira nas decisões estratégicas	NCRF-ME	8	40,50
	NCRF-PE	76	52,52
	NCRF	25	67,18
	Total	109	-

Tabela 57. Posições médias da contabilidade de gestão na importância atribuída à informação financeira nas decisões operacionais

	Contabilidade de gestão	N	Posição Média
Importância informação financeira nas decisões operacionais	Sim	65	59,62
	Não	37	45,24
	Não sei	7	63,64
	Total	109	-

Tabela 58. Posições médias da iniciativa de entrega da informação contabilística na importância atribuída à informação financeira nas decisões táticas

	Entrega informação contabilística	N	Posição Média
Importância informação financeira nas decisões táticas	Entregue por iniciativa do contabilista	33	41,79
	Entregue quando solicitada	15	58,57
	Ambos os casos	61	61,27
	Total	109	-

Tabela 59. Posições médias do nível de escolaridade na utilização da informação não financeira

	Nível de escolaridade	N	Posição Média
Utilização informação não financeira	Ensino Básico	4	14,38
	Ensino Secundário	25	59,56
	Curso Profissional	7	65,43
	Licenciatura	46	47,96
	Pós-Graduação	11	60,23
	Mestrado	15	69,53
	Doutoramento	1	79,00
	Total	109	-

Tabela 60. Posições médias da experiência profissional na utilização da informação não financeira

	Experiência profissional	N	Posição Média
Utilização informação não financeira	Menos de 5 anos	4	85,50
	Entre 5 e 15 anos	22	61,55
	Entre 16 e 25 anos	33	57,41
	Mais de 25 anos	50	48,09
	Total	109	-

Tabela 61. Posições médias do início de atividade da empresa na importância atribuída à informação não financeira

	Início de atividade da empresa	N	Posição Média
Importância informação não financeira	Entre 5 e 15 anos	17	48,15
	Entre 16 e 30 anos	36	67,17
	Entre 31 e 50 anos	36	47,97
	Mais de 50 anos	20	51,58
	Total	109	-

Tabela 62. Posições médias do início de atividade da empresa na utilização da informação não financeira

	Início de atividade da empresa	N	Posição Média
Utilização informação não financeira	Entre 5 e 15 anos	17	44,03
	Entre 16 e 30 anos	36	67,08
	Entre 31 e 50 anos	36	50,99
	Mais de 50 anos	20	49,80
	Total	109	-

Tabela 63. Posições médias da contabilidade de gestão na importância atribuída à informação não financeira

	Contabilidade de gestão	N	Posição Média
Importância informação não financeira	Sim	65	60,99
	Não	37	47,64
	Não sei	7	38,29
	Total	109	-

Tabela 64. Posições médias da localização do serviço de contabilidade na utilização da informação não financeira

	Serviço de contabilidade	N	Posição média	Soma de classificações
Utilização informação não financeira	Internamente	56	49,28	2759,50
	Externamente	53	61,05	3235,50
	Total	109	-	-